



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Onde estão os livros?
Uma história da Biblioteca Pública de Brejinho-PE (1964-2005)

Abraão Francisco da Costa Filho

JOÃO PESSOA - PB
2021

Onde estão os livros?
Uma história da Biblioteca Pública de Brejinho-PE (1964-2005)

Abrahão Francisco da Costa Filho

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História. Área de Concentração: História e Cultura Histórica.

Orientadora: Prof.^a. Dra. Cláudia Engler Cury

Linha de Pesquisa: História e Regionalidades

**Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação**

C838o Costa Filho, Abrahão Francisco da.

Onde estão os livros? Uma história da Biblioteca Pública de Brejinho-PE (1964-2005) / Abrahão Francisco da Costa Filho. - João Pessoa, 2021.

168 f. : il.

Orientação: Cláudia Engler Cury.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Livros e leitura - História. 2. Biblioteca Pública Manoel Nunes Ferreira. 3. Brejinho (PE) - História. I. Cury, Cláudia Engler. II. Título.

UFPB/BC

CDU 002(091)(043)

**Onde estão os livros?
Uma história da Biblioteca Pública de Brejinho-PE (1964-2005)**

Abraão Francisco da Costa Filho

Dissertação de Mestrado avaliada em **12/ 08/ 2021** com conceito **Aprovado**

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Cláudia Engler Cury
Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba
Orientadora

Prof. Dr. César Augusto Castro
Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão
Examinador Externo



Prof. Dr. Ângelo Emilio da Silva Pessoa
Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba
Examinador Interno

Prof. Dr. Azemar dos Santos Soares Júnior
Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Suplente Externo

Prof. Dr. Antônio Carlos Ferreira Pinheiro
Departamento de Metodologia da Educação da Universidade Federal da Paraíba
Suplente Externo

“Tal como conhecemos, o livro terá ainda uma longa vida. Uma biblioteca é um lugar especial, os livros são os homens e as mulheres que os escreveram. Estar numa biblioteca é estar acompanhado.”

(José Saramago)

À minha família, à minha amada,
aos meus amigos e aos meus professores.

AGRADECIMENTOS

Meu primeiro agradecimento é ao Programa de Pós-Graduação em História da UFPB que tão bem me acolheu, ainda como aluno especial e depois como mestrando, gratidão à coordenação do curso e a todos os professores.

Não posso deixar de citar e agradecer a CAPES pela ajuda financeira que me foi concedida através da Bolsa que recebi durante esse período; essa ajuda financeira foi imprescindível para realização dessa pesquisa.

Não há palavras que possam expressar a gratidão que tenho a minha estimada orientadora Cláudia Engler Cury, que me acolheu com todo carinho, acreditou na minha pesquisa quando nem eu acreditava, me orientou com máxima perfeição, cuidou de mim e da dissertação. Cláudia, por todo seu zelo e carinho, muito obrigado.

Agradeço imensamente aos professores Dr. Ângelo Emílio e Dr. César Augusto pela excelente contribuição com este trabalho durante as explanações na Qualificação e posteriormente na Defesa, agradeço pela leitura, pelos apontamentos e sugestões.

Meu sincero agradecimento a todos os companheiros de turma, e aqui destaco os amigos Daniel, Alexandre, Elissandra, Fabiana, Cássio e Luiz. Guardo um agradecimento especial para minha querida Dêis Maria, que me mostrou o caminho do mestrado e me ajudou na caminhada, nesse caminho José Cunha surgiu e seguiu comigo.

Agradeço muito a minha amada esposa Lana Martins, companheira de todas as horas, aos meus amados pais, Maria José Bento e Abrahão Francisco da Costa, por tudo que fizeram e fazem por mim. Aos meus irmãos, em especial minhas irmãs Jacilene, Jacinete e Maria José, muito obrigado.

Enfim, agradeço a todos os amigos e a cada um que contribuiu com a realização desse trabalho que é tão significativo para mim, a caminhada até aqui não foi fácil, mas os frutos dessa jornada me deixam muito feliz e realizado. Gratidão, essa é a palavra que me define nesse momento.

RESUMO

O referido trabalho tem como objetivo investigar e analisar o processo através do qual os livros e os impressos chegam às cidades do interior do Brasil, especificamente a Brejinho-PE, cidade na qual a pesquisa se desenvolve, abordando o período entre 1964–2005. Buscamos entender as circunstâncias nas quais a Biblioteca Pública Municipal de Brejinho foi fundada e seu desenvolvimento ao longo dos anos, percebendo as políticas públicas oriundas da esfera federal e sua chegada à pequena cidade; bem como as práticas desenvolvidas pela gestão municipal para fundação e manutenção de espaços destinados às práticas de leitura. Para isso, se faz necessário situar essa localidade nesse contexto, destacando os principais pontos de sua história; também se tratou da questão do acesso aos livros e à leitura na esfera nacional, e também os desafios encontrados para formação de uma sociedade leitora. Dessa forma, as obras de autores como: Chartier (1999, 2003), Abreu (1999, 2010), Milanesi (1986, 1998, 2002), Araújo (2002), Almeida Júnior (2016), Casson (2018), Ferreira (2016), Barbier (2018), Goulemot (2011), Higounet (2003), Babosa (2007), Febvre e Martin (2017), Gomes (2005), Motta (2009), Sirinelli (2003), entre outros, nos deram suporte para fundamentação do trabalho. Nesse percurso, diversas fontes foram identificadas em acervos, entre as quais podemos destacar: os arquivos da Prefeitura e da Câmara de Vereadores, arquivos da Biblioteca Manoel Nunes Ferreira e das escolas São Sebastião e José Severino de Araújo, e o Livro de Tombo da Paróquia de São Pedro em Itapetim; da Paróquia de São José em São José do Egito e da de São Sebastião em Brejinho. Alguns dos impressos referidos estão disponíveis no *site* da Biblioteca Nacional e também foram importantes para pesquisa, como, por exemplo: *Jornal do Recife*, *Diário de Pernambuco*, *Última Hora* e *A Província*, bem como dados do IBGE e de outros órgãos federais e estaduais quando foram necessários. Nessa perspectiva, pretende-se compreender o caminho trilhado pelos impressos e como se deu a sua chegada ao interior do estado de Pernambuco possibilitando modificações ou não nas estruturas vigentes, destacando a importância da leitura e as barreiras que são constantemente impostas para sua realização. Por conseguinte, essa dissertação se insere na linha de pesquisa História e Regionalidades, dentro da área de concentração História e Cultura Histórica do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Paraíba - UFPB.

Palavras chaves: Brejinho/PE, Leitura e História do livro, Biblioteca Pública Manoel Nunes Ferreira.

ABSTRACT

The referred undergraduate thesis aims to investigate and analyze the process through which books and printed materials reach cities in the interior of Brazil, specifically in Brejinho, city which the research is realized in, covering the period between 1964-2005. We seek to understand the circumstances in which the Municipal Public Library of this town was established and its development over the years, seeing the public policies emerging from the sphere of federal government and its arrival in the small town; as well as practices developed by municipal management for foundation and maintenance of reading spaces. For this, it is necessary to situate the town in this context, highlighting the main points of its history; it also treated of the question of access to books and the reading in the social sphere, and also the encountered challenges for a formation of a reader society. Thus, the works by authors such as: Chartier (1999, 2003), Abreu (1999, 2010), Milanesi (1986, 1998, 2002), Araújo (2002), Almeida Júnior (2016), Casson (2018), Ferreira (2016), Barbier (2018), Goulemot (2011), Higounet (2003), Babosa (2007), Febvre and Martin (2017), Gomes (2005), Motta (2009), Sirinelli (2003), among others, gave us support for reasoning of work. Along this path, several sources were identified in collection among which we can highlight: the files of Town Hall and of the Chamber of the Councilors, files of Library Manoel Nunes Ferreira, and of the schools São Sebastião and José Severino de Araújo and the Parish of São Pedro's Book of Tombo in Itapetim, Parish of São José in São José do Egito and Parish of São Sebastião in Brejinho. Some of the printed are available on the National Library website and were also important for research such as: *Jornal do Recife*, *Diário de Pernambuco*, *Última Hora*, and *A Província*, as well as data from IBGE and other federal and state agencies when they were needed. In this perspective, it is intended to understand the path followed through printed material and how it arrived in the interior of the state of Pernambuco enabling modifications or not in the current structures, highlighting the importance of reading and the barriers that are constantly imposed for its realization. Therefore, this dissertation is inserted in the line of research History and Regionalities within the History and Historical Culture concentration area of the Graduate Program degree in History from the Federal University of Paraíba - UFPB.

Keywords: Brejinho/PE, Reading and Book History, Public Library Manoel Nunes Ferreira.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AI-2 – Ato Institucional número dois

AI-5 – Ato Institucional número cinco

ABL – Academia Brasileira de Letras

ABRELIVROS – Associação Brasileira de Editores e Produtores de Conteúdo e Tecnologia Educacional

ANL – Associação Nacional de Livrarias

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

BE – Biblioteca Escolar

BN – Biblioteca Nacional

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEPE – Companhia Editora de Pernambuco

CEUB – Centro Esportivo União Brejinhense

CBL – Câmara Brasileira do Livro

CIA – Agência de Inteligência Norte-Americana

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

DCDP – Divisão de Censura de Diversões Públicas

EJA – Educação de Jovens e Adultos

FBN – Fundação Biblioteca Nacional

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FIP – Faculdades Integradas de Patos

IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IFLA – Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Bibliotecas

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

INAF – Indicador de Alfabetismo Funcional

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INL – Instituto Nacional do Livro

IPL – Instituto Pró-Livro

IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MEC – Ministério da Educação

MinC – Ministério da Cultura

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PDC – Partido Democrata Cristão

PDS – Partido Democrático Social

PFL – Partido da Frente Liberal

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNLD – Programa Nacional do Livro Didático

PNBE – Programa Nacional Biblioteca da Escola

PPGH – Programa de Pós-Graduação em História

PRC – Partido Republicano Conservador

PRM – Partido Republicano Mineiro

PRN – Partido da Reconstrução Nacional

PROLER – Programa Nacional de Incentivo à Leitura

PROUNI – Programa Universidade para Todos

PRP – Partido Republicano Paulista

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSD – Partido Social Democrático

PSP – Partido Social Progressista

PST – Partido Social Trabalhista

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PTN – Partido Trabalhista Nacional

SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica

SNEL – Sindicato Nacional dos Editores de Livros

SBPE – Sistema de Bibliotecas Públicas de Pernambuco

SNBP – Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

UDN – União Democrática Nacional

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01 – Pedra do Letreiro em Brejinho-PE	26
Imagem 02 – Foto da Capela de São Sebastião (início dos anos 1970)	31
Imagem 03 – O Senhor José do Nascimento Leite trabalhando em seu Engenho de Corda em Brejinho (setembro de 1981)	36
Imagem 04 – Sisal (Agave Sisalana)	37
Imagem 05 – Padre João Leite Gonçalves de Andrade	38
Imagem 06 – Antigo Açude do Belém, hoje Barragem de Tão.....	42
Imagem 07 – Grupo Escolar Marta Leite, que passou a ser a sede da Prefeitura Municipal e da Câmara de Vereadores a partir de 1964.....	47
Imagem 08 – Che Guevara e Jânio Quadros	49
Imagem 09 – Jango ao lado de Arraes em carro aberto.....	52
Imagem 10 – O deputado estadual Walfredo Siqueira ao lado do Governador Paulo Guerra durante discurso de inauguração da energia elétrica da cidade de Itapetim-PE em 1965	55
Imagem 11 – O deputado estadual Walfredo Siqueira na casa do prefeito de Brejinho João Resende Neto (Que não aparece na foto) em 1970	56
Imagem 12 – José Bento Ferreira e sua esposa Josefa Pereira da Silva	63
Imagem 13 – A Biblioteca de Neumagen (reproduzida também por Christoph Schwarz, <i>De Ornamentis Librorum</i> , Leipzig, Langenheim, 1756, Coleção Quelleriana).....	71
Imagem 14 – Cartaz da campanha eleitoral de 1972. João Manoel da Silva e Gervásio Alves da Costa foram eleitos para o mandato de 1973/1976.....	81
Imagem 15 – Escola Municipal São Sebastião, local onde a Biblioteca Pública fundada em 1979 funcionou.....	85
Imagem 16 – Foto do prédio onde a Biblioteca Pública fundada em 1995 funcionou.....	91
Imagem 17 – Foto do prédio onde a Biblioteca Pública fundada em 1995 funcionou no ano de 2004	92
Imagem 18 – Prédio onde a Biblioteca Pública Municipal Manoel Nunes Ferreira funcionou entre os anos de 2005/2008	94
Imagem 19 – Foto do Projeto de Modernização de Bibliotecas Públicas	98
Imagem 20 – Foto da sede da Biblioteca Pública Municipal Manoel Nunes Ferreira entre 2009/2020	105
Imagem 21 – Foto do interior da Biblioteca Pública Municipal Manoel Nunes Ferreira entre 2009/2020	106

Imagem 22 – Foto do interior da Biblioteca Pública Municipal Manoel Nunes Ferreira entre 2009/2020	106
Imagem 23 – Foto da atual sede (2021) da Biblioteca Pública Manoel Nunes Ferreira	109
Imagem 24 – Foto da feira de Brejinho no centro da cidade em 1979.....	111
Imagem 25 – Frente do Estádio Municipal Dr. Antônio Alves de Lima.....	113
Imagem 26 – Matéria sobre o estádio de futebol de Brejinho no Jornal Folha de São Paulo.....	114
Imagem 27 – Livros do Projeto Literatura em Minha Casa – 2001.....	122
Imagem 28 – Livro “A Formação das Almas” de José Murilo de Carvalho, doado às Bibliotecas Escolares em 2003	125
Imagem 29 – Reportagem que cita o nome de Brejinho no Jornal Diário de Pernambuco, no dia 22 de setembro de 1938	127
Imagem 30 – Folheto de cordel	129
Imagem 31 – Folheto de cordel da campanha eleitoral de 1974 - Josias Leite e Walfredo Siqueira.....	130
Imagem 32 – Capa de uma Fotonovela da Revista Kolossal, de janeiro de 1977	131
Imagem 33 – Livros na revista Avon (revista em formato digital no site da Avon)	133

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Gráfico 01 - Gráfico com o total de matérias sobre Brejinho-PE no <i>Jornal Diário de Pernambuco</i>	57
Gráfico 02 - Gráfico com o total de escolas públicas e bibliotecas escolares	120
Tabela 01 – Tabela de implantação de bibliotecas entre 2004/2010	96
Tabela 02 – Tabela de distribuição de livros entre 2004/2010.....	97
Tabela 03 – Principais personagens que estiveram presentes na história da fundação da Biblioteca Pública de Brejinho-PE.....	104
Tabela 04 – Trajetória de funcionamento da Biblioteca Pública Municipal de Brejinho-PE.....	108
Tabela 05 – Leitor e não leitor.....	134

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 – Mapa de Pernambuco	17
Mapa 02 – São José do Egito, Itapetim, Brejinho e Teixeira-PB	29
Mapa 03 – Microrregião do Pajeú	35

Sumário

INTRODUÇÃO	16
I. Uma cidade, algumas palavras e tantas histórias	23
1.1. As origens da comunidade.....	23
1.2. A emancipação política de Brejinho em 1964 e o golpe militar no Brasil.....	37
1.3. O nome de Brejinho nas páginas do <i>Diário de Pernambuco</i>	48
II. Os caminhos dos livros	61
2.1. Sem palavras para ler e com histórias para contar.....	61
2.2. História das Bibliotecas	68
2.3. Uma Biblioteca sem nome e sem endereço	75
2.4. Se uma é pouco, duas é bom, mas três não é demais	85
2.5. E a Biblioteca de Brejinho? Onde está?	93
III. Os desafios da leitura em Brejinho	110
3.1. As prioridades do Governo Municipal	110
3.2. Os livros e as escolas	118
3.3. Os desafios para formar leitores	126
Considerações finais	138
Fontes	142
Referências bibliográficas	144
ANEXOS	151

INTRODUÇÃO

“Livros não mudam o mundo, quem muda o mundo são as pessoas. Os livros só mudam as pessoas”.

(Mario Quintana)

Nasci em uma casa sem livros, no ano de 1989. Porém, ao ingressar na escola pública de Brejinho¹, minha cidade (ver mapa 01), comecei a ter contato com as palavras, e descobri nos livros uma fonte inesgotável de aventuras e conhecimentos. Minha mãe não conheceu as palavras escritas, em sua infância entre a opção de estudar e trabalhar, meu avô escolheu a segunda para ela. Meu pai cursou até a 1ª série do que hoje seria o Ensino Fundamental I. Fui matriculado na idade correta, na Escola Estadual José Severino de Araújo, onde minha irmã já estudava há um ano. Após aprender a ler, juntos nós frequentávamos a Biblioteca Pública Municipal. Recordo-me do funcionário, um professor readaptado, ou seja, retirado da sala de aula para atuar em outro setor, como ainda hoje é comum em várias bibliotecas, “pois de um modo geral, a biblioteca pública não tem bibliotecário” (MILANESI, 1986). Recordo-me mais ainda de caminhar por entre as estantes, de tocar os livros, de folheá-los e desejar que todos fossem meus e eu os pudesse levar para minha casa.

Como diz Chartier (1999, p. 77) “A leitura é sempre apropriação, invenção, produção de significados. Segundo a bela imagem de Michel de Certeau, o leitor é um caçador que percorre terras alheias”. Nesse percurso, há dois livros que ficaram marcados em minha memória. Um é *João de Barro*² (ver anexo D), um livro publicado pela Editora Edelbra³ em uma coleção intitulada de *Paraíso da Criança*, que venceu o prêmio Jabuti de 1984 como a melhor produção editorial do Brasil, no quesito coleções. João, o personagem, adorava erguer casas, as fazia com perfeição e sua fama corria o mundo. “Todos queriam que suas casas fossem feitas por ele”. Depois de muitos anos de trabalho, João de Barro deixou essa terra, e

¹ Brejinho fica localizado no Sertão do Pajeú (ver anexo L), a 408 Km de Recife, capital pernambucana, e 325 km de João Pessoa, capital da Paraíba. A cidade faz divisa com o Estado da Paraíba, ficando a 15 km de Teixeira-PB. Foi emancipada pela Lei nº 4.996 de 20 de dezembro de 1963, sendo o município instalado em janeiro de 1964.

² Nas informações do livro não aparece nome de autor da obra, apenas que faz parte da coleção “Paraíso da Criança” da Editora Edelbra.

³ A Editora Edelbra surgiu em 1972, quando Jaci José De Lazzari resolveu multiplicar conhecimento na região de Erechim - RS trabalhando como distribuidor de livros de diversas editoras. Em 1978, a Edelbra começou a desenvolver suas próprias publicações. Com uma linha de livros de artesanato, uma enciclopédia para estudantes e a Bíblia. Nos anos 80 e 90, a linha editorial teve três focos principais: as crianças, as escolas e a família. Em 1989 a editora implementou seu próprio parque gráfico. Em 2008, reposicionou sua linha editorial e passou a publicar literatura infantojuvenil, paradidáticos e obras pedagógicas para formação de professores, naquele ano, o livro “Sei por ouvir dizer” recebeu o Prêmio Jabuti “Melhor Livro Infantil”.

como narra a história, o criador enviou um passarinho que também constrói sua casa de barro para que ninguém se esquecesse das ações do bom homem. Eu acreditava piamente no livro.

MAPA 01 – MAPA DE PERNAMBUCO



Fonte: www.mapasblog.blogspot.com

Recordo-me também do livro *Passarolindo* (ver anexo E) do autor Mario Vale, publicado em 1989 pela Editora RHJ⁴, que conta a história de um passarinho que morava dentro de um sapato pendurado em um poste de energia. Certo dia, uma chuva alagou sua casa e ele acabou ficando doente, sendo ajudado por um menino. Lia e relia o livro, ficava na rua olhando os postes, imaginando como seria ser um pássaro e morar dentro de um sapato. A leitura é mesmo algo extraordinário. Depois de um tempo essa Biblioteca ficou desativada; na escola havia alguns exemplares de livros, mas não um lugar destinado para eles.

Encontrar livros para ler não era algo tão fácil, comprá-los então, era mais complicado ainda. Não há livrarias na minha cidade e em muitas outras cidades do interior de Pernambuco e da Paraíba, quando muito, há bancas de revistas em umas poucas cidades. Mas a Revista *Avon* vinha, desde 1993, investindo na venda de livros, os preços são melhores do que nas livrarias, pois são edições mais econômicas e exclusivas para venda no catálogo, e sempre

⁴ A Editora RHJ iniciou suas atividades como distribuidora em 1974 e em 1987 inaugurou a publicação de obras infantis e juvenis. Em 2009, lançou uma nova linha editorial direcionada aos professores. Atualmente, possui mais de 300 títulos - literatura infantil, juvenil e obras metodológicas. São obras de autores consagrados, professores universitários e jovens talentos. Dentre os prêmios recebidos destacam-se o Prêmio ABL - Literatura Infanto-juvenil e o Jabuti.

encontramos uma revendedora nas pequenas cidades. Foi assim que comecei a ter acesso a outros títulos: minha mãe recebia uma bolsa do governo⁵, e todo mês eu olhava o livro mais barato na revista de nossa vizinha para pedir que ela o comprasse, e embora ela não soubesse ler, fazia todo esforço para que eu lesse.

Esse empecilho de acesso aos livros para as camadas mais pobres e o desestímulo à prática de leitura é algo presente ao longo da história de nosso país; onde as bibliotecas públicas, além de precárias, não atendem à maioria da população, e ainda, as bibliotecas escolares só começam a estar presentes em um maior número de escolas no final dos anos 1990, em decorrência do Manifesto da Unesco para Biblioteca Escolar publicado em 1999. Já os livros didáticos, geridos pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que embora tenha sido criado em 1985, foi só a partir de 1996, quando o Brasil passou por uma série de reformas educacionais, como a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que eles chegaram às escolas públicas de Ensino Fundamental; no Ensino Médio o PNLD passou a atuar em 2011. Essas dificuldades de acesso aos livros serão mais aprofundadas no decorrer da Dissertação.

O tempo passou, consegui um emprego, cursei licenciatura em História na FIP - Faculdades Integradas de Patos, na Paraíba, concluindo em 2013; lecionava em turmas do Ensino Fundamental II, na Escola Municipal São Sebastião durante o dia, e à noite estudava. Nas aulas sempre procurei despertar nos alunos o gosto pela leitura, pois assim como Abreu (1999, p. 10), penso que “a leitura é fator determinante para o sucesso das pessoas, sendo capaz de minimizar os efeitos da pobreza, da cor, do gênero [...] a leitura, revestida de uma aura positiva, é capaz de proporcionar os mais variados benefícios [...]”. E agora, diferente do período em que estudei, havia uma Biblioteca funcionando na Escola Municipal São Sebastião onde trabalhava, e a Biblioteca Municipal também se encontrava em pleno funcionamento. Em 2014 cursei especialização em História do Brasil, também na FIP, e sonhava com o mestrado. Até que em 2018, comecei a cursar uma cadeira como aluno especial no PPGH da UFPB, na disciplina de “Tópicos Especiais em História Cultural - Imprensa e impressos para a pesquisa Histórica” com a Professora Dra. Cláudia Engler Cury. Através dessa disciplina, mediante a leitura e discussão dos textos em sala, comecei a elaborar meu projeto de pesquisa sobre o acesso aos impressos em Brejinho e a criação da Biblioteca Pública, era o primeiro passo dado no caminho para o mestrado.

⁵ Programa Bolsa Escola, criado em 2001 no Governo FHC. Em 2003, no primeiro ano de seu mandato, Lula criou o Programa Fome Zero, incluindo e ampliando o Bolsa Escola, que passou a integrar o Programa Bolsa Família.

O fato de não ter tido fácil acesso aos livros na infância e juventude, atrelado ao enorme amor que tenho por eles e pela leitura, sempre me despertou muitos questionamentos, afinal, onde estão os livros? Sei que para alguém que tenha nascido em uma grande cidade, é muito comum ir a uma livraria, parar em uma banca de revistas na rua, comprar um jornal enquanto o semáforo está fechado, entre outras coisas. Porém, a realidade de quem reside no interior do Nordeste do Brasil é um pouco diferente; e mesmo com o advento da internet, esse acesso não está tão fácil, pois o valor do frete muitas vezes é maior que o do livro. Se bem que estamos vivenciando uma queda vertiginosa das livrarias; é o que aponta a ANL (Associação Nacional de Livrarias), em 2012, havia no país 3.481 livrarias, em 2014, 3.095, e 2018, 2.500 lojas, sendo que o Brasil tem 5.570 cidades.

No que concerne às bibliotecas públicas, segundo dados do SNBP (Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas), existem no Brasil 6.057 bibliotecas⁶, o que dá em média uma para cada 34 mil habitantes. Em 1990, eram somente 4.000 (FERREIRA, 2016). Todavia, ainda existem municípios que não dispõem de uma sequer, e a diferença entre as regiões é alarmante, o Norte conta com apenas 462, enquanto 1.957 se encontram no Sudeste. Em Pernambuco existem 194 bibliotecas, no entanto, dos 185 municípios, em 4 deles não há biblioteca pública. Na vizinha Paraíba, dos 223 municípios, 213 contam com bibliotecas, mas há um fato curioso, a capital João Pessoa dispõe de 3, todas estaduais, não existe biblioteca mantida pela prefeitura na capital, inclusive, todas as demais bibliotecas do estado são municipais, com exceção das de João Pessoa. Quando adentramos à questão do acesso às bibliotecas, percebemos que a situação é realmente preocupante, conforme pesquisa realizada pelo Instituto Pró-Livro em 2020, 68% dos brasileiros não as frequentam. A política de incentivo à leitura caminha a passos muito lentos.

Partindo dessas questões, indico que o principal objetivo deste estudo é o de contar uma história de uma biblioteca pública, e por meio dessa história refletir sobre o processo através do qual os livros chegam às cidades do interior de Pernambuco, com foco em Brejinho-PE. Para isso, parto da minha realidade, uma pequena cidade do sertão pernambucano com 7.487 habitantes (ver anexo A), e uma taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade que hoje chega a 98,2%, contando com um IDEB⁷ que coloca o município entre os dez melhores do Estado em qualidade de educação, com nota 6,1 nos anos iniciais do

⁶ Dados de 2021 – www.snbp.cultura.gov.br

⁷ IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, foi criado em 2007 e reúne, em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. Ele é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho nas avaliações do Inep, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), é importante por ser o condutor de uma política pública em prol da qualidade da educação.

Ensino Fundamental e 5,9 nos anos finais⁸. Para entender esse acesso aos livros é imprescindível adentrar na história da biblioteca pública, sendo que, assim como em Brejinho, elas são, para muitas cidades do interior, o único lugar de acesso à leitura. Dessa forma, comecei a buscar fontes que me permitissem compreender a sua fundação e manutenção.

Como nos diz Arlette Farge em sua obra *O sabor do Arquivo* (2017, p. 14):

O arquivo é uma brecha no tecido dos dias, a visão retraída de um fato inesperado. Nele, tudo se focaliza em alguns instantes de vida de personagens comuns, raramente visitados pela história, a não ser que um dia decidam se unir em massa e construir aquilo que mais tarde se chamará de história.

E foi assim que me deparei com um riquíssimo acervo. Personagens e fatos estavam adormecidos à espera que alguém os despertasse; ansiavam por trazer à luz a história de fundação da Biblioteca Pública Manoel Nunes Ferreira, e mais ainda, revelar que os impressos circulavam pelas ruas da pequena cidade em uma época em que muitos não tinham acesso nem à escola e nem aos impressos. Pois, para minha surpresa ao pesquisar nos arquivos do Jornal *Diário de Pernambuco*, através do site da *Hemeroteca Digital*, descobri muitas matérias sobre Brejinho e outras cidades da região do Pajeú.

O processo de fundação da Biblioteca é permeado de curiosos detalhes: inicialmente havia encontrado dois documentos que faziam referência à sua criação, um de 1995 e outro de 2005. Brejinho emancipou-se em 1964, de forma que, foram muitos anos sem uma biblioteca na cidade. Apesar de que o Brasil, ainda na condição de Reino Unido a Portugal e Algarve, teve a primeira Biblioteca Pública criada em Salvador apenas em 1811 (MILANESI, 2013). Entretanto, durante a pesquisa descobri uma Lei de 1975 e uma de 1979, ambas relacionadas à criação de uma biblioteca em Brejinho, o que me levou a reposicionar o olhar, redefinindo a cartografia inicial da pesquisa. Outro ponto importante é que durante todos esses anos ela sempre funcionou em prédios alugados sem uma sede própria. Mais uma vez se assemelhando à realidade nacional; Ferreira (2016) enfatiza que grande parte das bibliotecas funcionam em prédios alugados, adaptados ou impróprios.

As fontes para minha pesquisa foram identificadas e coletadas nos arquivos da Prefeitura Municipal, Câmara Municipal de Vereadores e Biblioteca Pública Manoel Nunes Ferreira, e também na documentação da Escola Municipal São Sebastião e na Escola Estadual José Severino de Araújo de Brejinho-PE; no Livro de Tombo da Paróquia de Itapetim-PE⁹,

⁸ IBGE - cidades.ibge.gov.br

⁹ Brejinho foi capela da Paróquia de São Pedro em Itapetim até 22 de agosto de 2008, quando a capela de São Sebastião foi elevada a Paróquia.

São José do Egito e Brejinho-PE, bem como no Arquivo da Câmara Municipal de Vereadores de Itapetim, cidade a qual Brejinho pertenceu até sua emancipação.

Luca (2008, p. 140) destaca que

O pesquisador dos jornais e revistas trabalha com o que se tornou notícia, o que por si só já abarca um espectro de questões, pois será preciso dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa. Entretanto, ter sido publicado implica atentar para o destaque conferido ao acontecimento, assim como para o local em que se deu a publicação [...].

Desse modo, há dois impressos que foram fundamentais para o desenvolvimento da dissertação, o Jornal *Diário de Pernambuco* e o *Jornal Oficial do Estado*. O primeiro, o consultei no *site* da Biblioteca Nacional, através da Hemeroteca Digital; o segundo, no *site* da Cepe (Companhia Editora de Pernambuco), editora responsável pela publicação, que tem todos os periódicos digitalizados em seu portal. Ambos trazem em suas páginas diversas notícias sobre Brejinho. Entender os motivos que levaram uma cidade tão pequena a figurar nas páginas de um jornal da capital foi imprescindível para compreender sua história.

A *internet* foi importante ferramenta para pesquisa, me possibilitando o acesso a diversos dados e informações disponíveis nos variados *sites* em que tenho pesquisado. Como por exemplo: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), SNBP (Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas), ANL (Associação Nacional de Livrarias), CPDOC - FGV (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - Fundação Getúlio Vargas), Instituto Pró-Livro, Governo do Estado, Assembleia Legislativa e Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco.

A discussão em torno dessa temática foi guiada pelos trabalhos de diversos autores que têm significativas contribuições nessa área, como Roger Chartier (1999, 2003), pesquisador da História do livro e da leitura, e referência no tema, assim como Márcia Abreu (1999, 2010), que tem importantes obras sobre os impressos. Milanesi (1986, 1998, 2002), Almeida Júnior (2016), Casson (2018), Ferreira (2016), Goulemot (2011) e Barbier (2018) me ajudaram nas questões mais específicas sobre as Bibliotecas. Barbosa (2007), Carneiro (2006), Merege (2011), Higounet (2003), Febvre e Martin (2017), Motta (2006, 2009), Gomes (2005), Sirinelli (2003) entre outros, estão embasando a fundamentação teórica desta dissertação.

Quanto à temporalidade, primeiramente pensei em iniciar no ano de 1995 e terminar em 2005, pois era o ano da fundação da Biblioteca que constava no primeiro documento encontrado, todavia, mediante a descoberta de novos documentos, dos anos de 1970, fez-se

necessário um novo recorte temporal, e assim, resolvi tomar por base o ano da emancipação política da cidade porque os documentos identificados por ocasião dessa emancipação de Brejinho, em 1964, permitiram compreender melhor o universo das culturas políticas no qual esteve inserida a criação da Biblioteca em estudo, seguindo até o ano de 2005, em que figura uma nova fundação da biblioteca municipal.

Seguindo o pensamento de Gomes (2005, p. 31) ao destacar que a “cultura política é definida como um sistema de representações, complexo e heterogêneo, mas capaz de permitir a compreensão dos sentidos que um determinado grupo atribui a uma dada realidade social, em determinado momento do tempo”, considero fundamental apreender essas questões, tendo em vista que o processo de acesso aos livros em Brejinho esteve intimamente ligado com a política local e as relações de poder exercidas pelo grupo que governou a cidade durante os anos da pesquisa, assim se faz necessário entender as redes de sociabilidade que envolveram esses agentes.

O texto aqui é apresentado para fins de cumprimento da Dissertação do Mestrado do PPGH/UFPB, de modo que no I capítulo faço uma abordagem sobre a história de Brejinho, situando a cidade e seus principais personagens, adiante, no capítulo II, ao abordar a história das bibliotecas, faço uma análise sobre a história da fundação da biblioteca pública municipal desvelando sua trajetória ao longo dos anos e debatendo sobre os impactos de seu funcionamento para a sociedade brejinhense. No capítulo III analisamos os desafios para a formação de leitores bem como a relação dos livros com as escolas, dando destaque para as verdadeiras prioridades do governo municipal.



I. Uma cidade, algumas palavras e tantas histórias

“Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”.

(Karl Marx, 2020)

1.1. As origens da comunidade

Há registros da presença de famílias residindo no território que hoje pertence à cidade de Brejinho desde meados da década de 1910. O Padre José Guerel da Paróquia de São José, cidade de São José do Egito-PE, realizou conforme consta no livro de registro de casamentos, uma cerimônia no sítio Caldeirão em 20 de novembro de 1913. No ano seguinte outro casamento foi realizado, dessa vez no sítio Gato, vizinho ao anterior. Já a partir do ano de 1923 o Padre Sebastião Rabelo, que havia tomado posse como pároco no ano de 1922, realizou uma série de casamentos e batizados em mais sítios que hoje pertencem ao município de Brejinho.

Os sítios onde aconteceram os casamentos foram: Santana, Caldeirão, Serraria, Logradouro, Serrinha, Foveira, Tamboril e Vidéo; atualmente todos eles fazem parte do município. Em 1923 foram nove casamentos realizados, em 1924 foram quatro batizados e cinco casamentos, em 1925 seis cerimônias foram realizadas, posteriormente, mais duas em 1927. Ao analisar tais dados, percebemos que durante a década de 1920 já havia várias famílias residindo nessa região e que tinham uma vivência regrada pela religiosidade, a circulação dos padres de São José do Egito nessas terras demonstra que já havia certa organização da comunidade.

Nas ocasiões em que o padre visitava essas localidades, ele celebrava a missa, e além de realizar os sacramentos do casamento e do batismo, também atendia os fiéis com o sacramento da confissão. Dessa forma, as atuações religiosas no território que hoje se denomina de Brejinho, já eram realizadas desde meados da década de 1910, tendo se intensificado com a chegada do Padre Sebastião Rabelo a partir de 1923. No entanto, é no ano de 1928, com a chegada de um novo sacerdote, que a comunidade vai dar um passo importante para seu crescimento e desenvolvimento, como veremos a seguir.

Era o fim dos anos de 1920 e algumas mudanças começavam a se desenhar no cenário nacional. O Brasil era governado desde 1926 por Washington Luís, do PRP (Partido Republicano Paulista), o último presidente da chamada República Velha. Em Pernambuco, Estácio de Albuquerque Coimbra do PRC (Partido Republicano Conservador), governava o estado. A Igreja Católica exercia grande influência na vida social e política, os padres ainda usavam batina e a primeira sessão para marcar o início do Concílio Vaticano II¹⁰ que trouxe mudanças no perfil da Igreja Católica só aconteceria mais de trinta anos depois.

Em 1928 a República no Brasil tinha apenas trinta e nove anos de idade; fazia dez anos que acabara a Primeira Guerra Mundial, os Estados Unidos haviam se tornado uma das maiores potências do mundo e, no ano seguinte, os dois países sofreriam os efeitos da quebra da Bolsa de Valores de Nova York em 1929. Desde 1922, que o rádio no Brasil havia começado suas primeiras transmissões e politicamente as oligarquias estaduais alinhadas com o governo federal teciam os rumos do país, políticos de São Paulo e Minas Gerais se alternavam na Presidência da República.

Era 6 de fevereiro de 1928, uma segunda-feira, o recém-empossado Padre João Leite Gonçalves de Andrade chegava à casa do Senhor Manoel Simão da Silva, popularmente chamado de Seu Paizinho, no sítio Brejo de José Nunes, para em latim e de costas para os fiéis, celebrar pela primeira vez a missa naquela localidade. Já havia certo número de famílias que vinham residindo nessas imediações, e com isso o vigário conseguiu articular que se fizesse uma feira, obtendo com o Senhor José Oscar de Melo, prefeito da cidade de São José do Egyp¹¹, a qual pertencia o território, que não se cobrassem impostos por dois anos como forma de incentivar os comerciantes a atuarem na nova feira.

Depois de organizada a feira, foi iniciada a construção de uma capela, em um terreno cerca de 600m da casa do senhor Manoel Simão, local conhecido como Brejo de José Nunes, e que depois ficou denominado de Brejinho. O terreno foi escolhido pelo próprio vigário, e o padroeiro escolhido foi São Sebastião, o Padre João Leite deixou registrado no Livro de

¹⁰ O Concílio Vaticano II foi uma série de conferências realizadas entre 1962 e 1965, consideradas o grande evento da Igreja Católica no século XX. Com o objetivo de modernizar a Igreja e atrair os cristãos afastados da religião, o papa João XXIII convidou bispos de todo o mundo para diversos encontros, debates e votações no Vaticano. Com o Concílio cai o uso obrigatório da batina e, a missa, antes rezada em latim e com o padre voltado para o altar, de costas para os fiéis, passa a ser rezada no idioma de cada país, com o padre de frente para o público.

¹¹ Durante esse período o nome da cidade se escrevia “São José do Egypto”, hoje a escrita usada é “São José do Egito”.

Tombo¹² da paróquia que o senhor Manoel Resende de França¹³ foi um dos grandes contribuintes para tal realização. De acordo com os arquivos pesquisados, e pela tradição oral dos moradores, foi a partir dessa celebração do Padre João Leite e posterior realização da feira que Brejinho passou a se constituir enquanto comunidade, o novo vigário conseguiu organizar e articular os moradores para tal feito.

A nova capela passou a pertencer à recém-criada Freguesia¹⁴ de São Pedro de Umburanas, fundada em 24 de agosto de 1927 pelo Bispo da Diocese de Pesqueira, Dom José Antônio de Oliveira Lopes. Pesqueira-PE fica a uma distância de 178 km, uma viagem de Brejinho até lá, hoje em dia leva em torno de 3 horas, o que em 1927 demoraria muito mais devido às condições da época. A comunidade de São Pedro pertencia à cidade de São José do Egypto, freguesia do mesmo nome. Mediante sua grande extensão, o Bispo diocesano achou por bem criar uma nova, no intuito de facilitar o acesso aos sacramentos por todos os fiéis. Vale ressaltar que a vila de Umburanas ainda continuou pertencendo a São José, o desligamento foi apenas da paróquia.

De acordo com dados do IBGE, a região da atual São José do Egito foi habitada inicialmente por vários povos indígenas, sendo os Chocós, Pipipãs e Avis alguns deles, que viviam nas proximidades do Rio Pajeú, que nasce no sítio Brejinho dos Ferreiras em Brejinho-PE, e foram expulsos de suas terras pelos colonizadores por volta do século XVIII. Gomes (2012, p. 419) afirma que “junto com o africano desenraizado e escravizado, [...] o índio autóctone ao território brasileiro foi quem mais sofreu as agruras do sistema colonialista português”. Na região de Itapetim e Brejinho, também há registros da presença indígena, Costa (2007, p. 39) destaca que “habitavam nessas terras os índios Babicos e, por muitos, é defendida a tese de que esses eram os verdadeiros donos das terras, que foram expulsos pelos portugueses”.

Há também várias pedras em localidades brejinhenses com pinturas rupestres, duas delas estão no Sítio Laje do Agostinho, na propriedade de José Carlos Pereira de Lira, é a Pedra do Índio e a Pedra do Milho (ver anexo M). Já no sítio Belém, na terra pertencente à família do senhor José Marques Irmão, popularmente conhecido por Zuza Marques, há uma enorme pedra, com uma loca e pinturas rupestres, chamada de Pedra Bonita (ver anexo N).

¹² O Livro de Tombo surgiu para registrar cronologicamente os principais fatos acontecidos na paróquia, podendo ser mostrado e consultado a qualquer tempo; serve como um documento histórico. Está embasado no Código de Direito Canônico, documento que contém as leis da Igreja Católica Apostólica Romana.

¹³ Manoel Resende de França foi eleito vice-prefeito de Itapetim-PE, pelo PSD na eleição de 1958, ano em que Brejinho pertencia a Itapetim. Ele era o pai de João Resende Neto, que foi vereador e prefeito de Brejinho depois da emancipação política.

¹⁴ Freguesia é uma palavra portuguesa, tem o mesmo significado de Paróquia, é uma comunidade administrada por um padre.

Ainda no sítio Belém, em um terreno distante cerca de 2 km da zona urbana de Brejinho, que pertence à família de Gervásio Alves da Costa; encontramos mais uma pedra chamada “Pedra do Letreiro” (ver imagem 01), nela há figuras rupestres. Essas pinturas revelam a presença do homem primitivo nessa região. As pinturas, segundo pesquisas já realizadas, datam de aproximadamente 10 mil anos. Posteriormente essa mesma região foi habitada pelos índios Babicos, conforme Costa (2007). Desde a época que Brejinho pertencia a São José do Egito, a Pedra do Letreiro já era um atrativo da comunidade, sendo destaque em estudo realizado em 1956 pelo governo estadual.

Imagem 01 – Pedra do Letreiro em Brejinho-PE



Fonte: Arquivo pessoal

Existem muitas pedras nesse sítio e pequenas locas onde é possível se proteger de chuva e sol, um lugar propício para abrigo humano. Em Itapetim também existem muitas pedras, o próprio nome é oriundo da língua Tupi, significando pedra achatada branca, itá (pedra), peb (achatado) e ting (branco), muitos a denominam de cidade das pedras soltas.

Segundo a obra de Lopes e Gomes (1993, p. 26), há figuras rupestres em pelo menos cinco localidades da zona rural de Itapetim, sendo que eles ainda enfatizam que:

Alguns populares que acompanharam a realização dessas pesquisas e que são moradores da localidade nos contaram que uma Empresa de pesquisas minerais fez uma sondagem na região, certa de que as figuras contidas nas pedras eram indicativos de minérios. Após uma vasta escavação, encontraram numa das pedras restos de ossos humanos. Isso nos faz crer ainda mais que existiu uma geração habitante pioneira nessa região, muito distante no tempo, primitiva até [...].

Já no século XIX, por volta de 1830, a região de São José do Egito foi ocupada por fazendeiros vindos da Serra da Borborema, como relata Oliveira (2017, p. 25), “aproximadamente em 1830, um grupo de fazendeiros da Serra da Borborema abriu caminho no meio da caatinga e veio com as famílias e os animais domésticos, se instalar na confluência do riacho São Felipe com o rio Pajeú”. Foi transformada em distrito em 1872, pela Lei Provincial nº 1.028 de 21/03/1872 e elevada à Vila pela Lei Provincial nº 1.516 de 11/04/1881. Seguindo a rota em direção ao estado da Paraíba, a região da atual cidade de Teixeira era habitada desde 1761, segundo dados do IBGE, tendo os irmãos Manoel Lopes e João Leite chegado à localidade em 1792, e o primeiro doado um terreno para construção de uma capela em honra de Santa Maria Madalena, que seria elevada à freguesia em 1857, sendo seu primeiro vigário Geminiano Ferreira Régis. Nesse mesmo ano, o povoado foi transformado em distrito pela Lei Provincial nº 16, de 06/10/1857.

Brejinho se localiza entre essas duas cidades, ficando a 15 km de distância de São José do Egito-PE e 16 km de Teixeira-PB. As terras brejinhenses também já eram ocupadas desde meados do século XIX. Uma matéria publicada no *Jornal Diário de Pernambuco*, no dia 29 de março, uma terça-feira do ano 1960, trata sobre o arrombamento de um açude no sítio Belém, que fica a 3 km da atual cidade, a matéria diz que o mesmo foi construído por escravos na época do Império, em 1825. O sistema escravocrata esteve mais próximo de nós do que imaginamos; esse fato nos faz perceber como foi intensa a presença de mão de obra escrava pelo território nacional, adentrando nos lugares mais remotos do interior; Aladrén (2012, p. 26) destaca que “na segunda metade do século XVII a presença da escravidão passou a dominar as paisagens brasileiras”. E mais, “foram os africanos e seus descendentes, que constituíram a força de trabalho principal durante os mais de trezentos anos de escravidão” (REIS e GOMES, 2012, p. 9).

Na medida em que o colonizador ia adentrando pelos sertões e formando fazendas de criação de gado entre outras atividades, os povos indígenas foram sendo guerreados e

escravizados. Muitos povos nativos adentraram ainda mais pelo interior, no entanto, a grande maioria foi completamente dizimada. Nesse sentido, Falci (2000, p. 259) enfatiza que:

Com os escravos índios desaparecendo ‘oficialmente’ ou conseguindo se internar em novas fronteiras, foram trazidos mais escravos, agora negros, para desenvolver não só a criação do gado e a produção da carne charqueada com sal, abundante no litoral, mas também para implantar o cultivo do algodão, nas regiões mais úmidas, desenvolver o cultivo do fumo, implementar a produção do açúcar mascavo e introduzir o arroz na região.

Falci (2000), ainda tratando sobre a presença de escravos no interior do Piauí, destaca que eles eram “pau-para-toda-obra”, ou seja, desenvolviam os mais variados trabalhos nas fazendas de gado, algodão, eram barbeiros, artesãos, vaqueiros, entre outros. Essa realidade esteve presente nos demais estados, como em Pernambuco por exemplo. Embora tal fato não seja muito abordado nas obras que tratam da história do Sertão do Pajeú, a análise da citada matéria do *Diário*, bem como a existência ainda hoje do açude, deixa claro que em Brejinho a força da mão de obra escrava deixou suas marcas.

Em 1825, quando o açude do Belém foi construído, conforme relata o *Diário de Pernambuco*, o Império brasileiro tinha apenas três anos de existência, emancipou-se de Portugal em 1822 com uma das maiores populações de escravos das Américas, segundo Reis e Gomes (2012, p. 9), estima-se que vieram para o Brasil cerca de 40% dos escravos africanos. A primeira lei a tratar da escravidão veio somente em 7 de novembro de 1831, declarando extinto o comércio transatlântico de escravos para o Brasil. Mas não saiu do papel, ficou conhecida como lei para inglês ver e “presume-se que, entre 1831 e 1850, mais de meio milhão de escravos entraram no Brasil ilegalmente” (NEPOMUCENO e MENDONÇA, 2012, p. 75). Uma nova lei em 1850 voltava a tratar do tema, abolindo o tráfico negreiro. Antes da liberdade definitiva em 1988 com a Lei Áurea, houve a Lei do Ventre Livre em 1871 e a Lei dos Sexagenários em 1885. Quando as águas do inverno de 1960 levaram o açude do Belém, já não havia escravidão legal no Brasil, todavia, “aos libertos não foram dados nem escola, nem terras e nem empregos” (CARVALHO, 2012, p. 52).

Nessa perspectiva, por localizar-se às margens da estrada que liga São José do Egito-PE a Teixeira-PB, Brejinho era um ponto de parada e descanso para os viajantes que passavam por ela. Vejamos o mapa a seguir:

MAPA 02 – SÃO JOSÉ DO EGITO, ITAPETIM, BREJINHO E TEIXEIRA-PB



Fonte: *Google Maps*

Ambas as cidades mantinham relações comerciais e políticas entre si, pude perceber isso quando me deparei com telegrama publicado no extinto *Jornal do Recife*, em 10 de março de 1922, em que o coronel Antônio Felix da Rocha, de São José escreve ao amigo Dr. Ribeiro de Brito, da cidade de Teixeira-PB, para se queixar que alguns de seus eleitores foram impedidos de votar, sendo assim, ele teria sido prejudicado nas eleições municipais pelo chefe político da cidade que era aliado do governador de Pernambuco, Sérgio Teixeira Lins de Barros Loreto, do PRC (Partido Republicano Conservador); a matéria diz que Antônio Felix era político bernardista, uma referência ao Presidente do Brasil (1922-1926) Arthur Bernardes do PRM (Partido Republicano Mineiro).

Em um bilhete dessa mesma década, uma professora de Teixeira-PB, escreve a um amigo seu que morava em Brejinho para pedir um cavalo emprestado para ir passear no sítio São Pedro, em São José do Egito. Alguns moradores de Teixeira frequentavam com muita assiduidade a feira de São José do Egito que acontecia aos sábados.

“Seu Paizinho, saudações
Com ardente desejo de dar um passeio em São Pedro e me tem sido difícil encontrar quem me arrume um cavalo, pesso por obséquio que me empreste o seu, se for possível mande-me no próximo sábbado pelos feieiros.

Desde já fico-lhe muito grata. Lembranças para toda família.
Senhora Dona Jacintha Dantas, professora diplomada” (Transcrição do bilhete com grafia original).

Em outra matéria do *Jornal do Recife*, constata-se a existência da feira de Umburanas em 1921. Em matéria publicada em 17 de janeiro de 1924, o jornal cita um episódio que aconteceu em 1º de abril de 1921, quando José Esperidião de Sousa disparou dois tiros de pistola contra José Luiz Fernandes, que veio a óbito, a vítima tinha ido para a feira em Umburanas e ao retornar à noite para casa, sofreu o atentado, era uma sexta-feira. Esperidião foi preso, julgado e condenado a 24 anos e seis meses de prisão pelo Juiz de direito da Comarca de São José do Egito. Penso que o episódio mereceu destaque no Jornal devido ao fato de que, em 1924, o preso recorreu ao Superior Tribunal de Justiça pedindo a nulidade do julgamento, alegando ter tomado parte no conselho de sentença, um jurado que não foi sorteado.

Umburanas passou a se chamar São Pedro das Lajes em 1928 e Itapetim em dezembro de 1943, a emancipação política veio em 29 de dezembro de 1953, instalando-se o governo municipal em 1º de junho de 1954, tendo o Padre João Leite desempenhado um importante papel nessa conquista, chegando inclusive a presidir a sessão que deu posse ao prefeito interino Francisco José de Maria. O referido padre sempre teve uma atuação social e política bastante forte, atuação que esteve presente desde seus primeiros anos à frente de paróquia de São Pedro das Lajes. O jornal *A Província*, atualmente sem circulação, noticiou em 8 de outubro de 1929 que ele havia tido a iniciativa de abrir uma frente de trabalho para construir uma estrada de rodagem ligando a vila de Umburanas à Paraíba.

Por Iniciativa particular acaba de ser feita uma estrada de rodagem no município de São José do Egypto ligando o povoado Umburanas daquelle município ao systema rodoviário do visinho Estado da Parahyba. Tal serviço foi chefiado pelo revmo. Padre João Leite de Andrade, vigário daquella freguezia o que, nesse sentido, acaba de se comunicar com o dr. Estácio Coimbra, governador do Estado, participando a inauguração da nova estrada (*A Província*, 8 de outubro de 1929).

Quando João Leite tomou posse como primeiro pároco, no dia 9 de janeiro de 1928, às 5 horas da manhã, havia apenas uma capela na paróquia, a de São Vicente Ferrer, no povoado de São Vicente. A nova paróquia abrangia todo o território da atual cidade de Itapetim, chegando até à divisa com a Paraíba. A tradição oral da comunidade conta que os moradores doaram as terras para o patrimônio de São Sebastião, padroeiro da comunidade, ou seja, as

terras pertenciam à Igreja, no entanto, o Livro de Tombo da paróquia de São Pedro das Lajes traz outra informação, de acordo com o registro feito nele o Padre João Leite comprou em outubro de 1929 pela quantia de cem mil reis (100\$000) as terras em volta da capela de São Sebastião para criar o patrimônio¹⁵ e iniciar uma vila em torno dela.

Imagem 02 – Foto da Capela de São Sebastião - meados dos anos 1970



Fonte: Arquivo pessoal

De acordo com o livro de Tombo, foram os vendedores do terreno: Manoel Simão da Silva, Pedro Sampaio da Silva, José Gomes Alves, João Sampaio Sobrinho, Manoel Valentim de Sousa e Felix Alves da Costa. Conforme o registro feito pelo tabelião público, José de Deus Teixeira, na Coletoria do Estado de Pernambuco, município de São José do Egito, assinaram a certidão apenas os senhores José Gomes Alves, Pedro Sampaio da Silva e Manoel Valentim de Sousa, pois os outros não sabiam ler e nem escrever¹⁶. As testemunhas foram

¹⁵ O “Patrimônio” constitui-se um conjunto de bens materiais pertencentes às paróquias ou a diocese, como móveis, imóveis e terrenos, adquiridos mediante doação, compra ou usucapião. Na zona urbana de Brejinho, precisamente no centro da cidade, o terreno pertence à Igreja, isso significa que as casas foram construídas no terreno do “patrimônio de São Sebastião” e os moradores pagam anualmente à paróquia uma taxa pelo uso da terra, algo aos moldes do IPTU que se paga à prefeitura da cidade.

¹⁶ No recenseamento de 1906, primeiras estatísticas do século XX, o Brasil apresentava uma média nacional de analfabetismo na ordem dos 74,6%. Em Pernambuco, para cada grupo de 1.000 habitantes apenas 193 sabiam ler (BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. Estatística da Instrução. Primeira parte: Estatística Escolar, 1916). Ainda em 1920, 75% da população em idade escolar ou mais era analfabeta (FERREIRA, 2019).

Manoel Resende de França e Antônio Felix da Rocha. No inventário da paróquia de 1928 constava uma imagem de São Sebastião e do Sagrado Coração de Jesus, essas imagens foram trazidas para a capela quando ela ficou pronta, por volta de 1932, ocorrendo a primeira festa do padroeiro em 20 de janeiro desse ano, que é tradição até os dias atuais. Dito isto, ressaltamos que Brejinho, em seus primórdios, pertencia politicamente a São José do Egito, enquanto religiosamente estava ligado à paróquia de Itapetim.

Mediante a análise dos documentos pesquisados, fica evidente que a criação da Paróquia de São Pedro, e a conseqüente chegada do Padre João Leite na comunidade trouxe mudanças importantes tanto para Itapetim como para Brejinho. João Leite, cuja família residia em Itapetim, saiu de casa muito novo para estudar no Seminário de Olinda, ordenou-se padre muito jovem e retornou para o sertão com muitas ideias na cabeça. Em uma região em que nos anos 1920 os índices de analfabetismo eram altíssimos, ele figurava como um dos poucos moradores que sabia ler e escrever. Outro ponto que fez com que ele se tornasse uma figura importante para as famílias dessa localidade estava no fato de ser sacerdote, numa época em que praticamente não se via outras vertentes religiosas no Brasil, principalmente nas pequenas cidades do interior.

Com pouco mais de uma década após o Padre João Leite ter celebrado uma missa pela primeira vez em Brejinho, havia no Brasil, conforme dados do IBGE referentes a 1940, apenas 2,7% de evangélicos enquanto os católicos chagavam a 95% da população. Em razão disso, a primeira iniciativa dos moradores da comunidade foi de construir uma capela, primeiro se celebrou a missa, e só depois se organizou a feira. O povoado nasceu mergulhado em uma religiosidade marcada pela presença da Igreja Católica. As redes de sociabilidade começaram a se formar a partir de questões pertinentes à fé. Só no ano de 1928 foram realizados oitenta batizados em Brejinho, e com isso as relações familiares e de amizades iam aumentando, pois como é costume no rito da Igreja Católica, a criança batizada recebe um casal como padrinho, que se tornam compadres dos pais e corresponsáveis pela educação da criança. O próprio Padre João Leite foi padrinho de muitas dessas crianças, adquirindo dezenas de compadres; assim, a formação dessa sociedade foi sendo moldada, em certa medida, pela influência exercida pelo vigário.

Sirinelli (2003, p. 249) destaca que “as estruturas de sociabilidade variam, naturalmente, com as épocas e os subgrupos estudados”; dessa forma, os laços que permeiam o surgimento de Brejinho enquanto comunidade até sua emancipação política em 1964, e mesmo depois disso, estão conectados com essas questões. As afinidades políticas do Padre João Leite, assim como sua atuação religiosa e social na convivência com as famílias vai

formando uma rede que conecta os sujeitos entrelaçando as histórias em comum. Nessa perspectiva de sociabilidade, além da missa como local de socialização, a feira era um ponto de comércio, mas também de encontro, e começou a funcionar a partir de fevereiro de 1928, acontecendo sempre às sextas-feiras, o mesmo dia em que era celebrada a missa mensalmente, e como ainda não havia energia elétrica, ela acontecia sempre pela manhã.

A feira, conforme explica Gonçalves (2019), como “uma formação de comércio, tem origem na Idade Média, especificamente, no período do renascimento do comércio, com o aumento da circulação de mercadorias entre as cidades e o campo”. O papel que elas desempenharam ao longo dos séculos foi importantíssimo para o desenvolvimento das cidades. Essas práticas estão muito interligadas com o processo de colonização do Brasil, que contou com uma atuação muito forte da Igreja Católica.

Ainda hoje em muitas cidades do interior, a feira é o dia em que as pessoas da zona rural vão para cidade para comprar mercadorias, alguns para vender, e também para socializar com os amigos. Nas cidades que têm paróquia, além da missa dominical há também a “missa dos feirantes” celebrada no dia da feira para atender aos moradores dos sítios. O dia da feira é o dia de procurar o político, de resolver problemas nos órgãos públicos, de conversar com o padre. Isso se confirma no estudo de Gonçalves (2019, p. 53-54):

As feiras sempre tiveram grande importância na dinâmica sócio espacial da região Nordeste, do Brasil. Em princípio, atreladas, sobretudo, ao importante papel da pecuária, destacando-se nesse sentido as feiras de gado que deram, ao mesmo tempo, origem a vilas e cidades. O papel desempenhado pela pecuária no sertão nordestino fomentou o aparecimento da feira, que foi se ampliando de modo a tornar essa modalidade de comércio muito popular no Nordeste. As feiras tiveram grande importância nos núcleos urbanos de povoamento na região, de modo que várias cidades se originaram com elas [...] várias cidades do interior nordestino cresceram pela importância do comércio e movimentação de suas feiras [...].

A principal atividade econômica, não diferia do restante do Nordeste, a agricultura era predominante, os agricultores de Brejinho plantavam milho e feijão para consumo familiar e em alguns casos para venda. A cana-de-açúcar também chegou a ser cultivada, e havia alguns engenhos que produziam mel e rapadura. Na década de 1930 o algodão passou a ser o principal produto da economia de São José do Egito, e Brejinho conseqüentemente, como parte do território desse município, passou a cultivá-lo também. Assim, “o município viveu um período de razoável prosperidade, com sustentação em duas unidades industriais de beneficiamento de algodão” (CIRANO, 2009, p. 38).

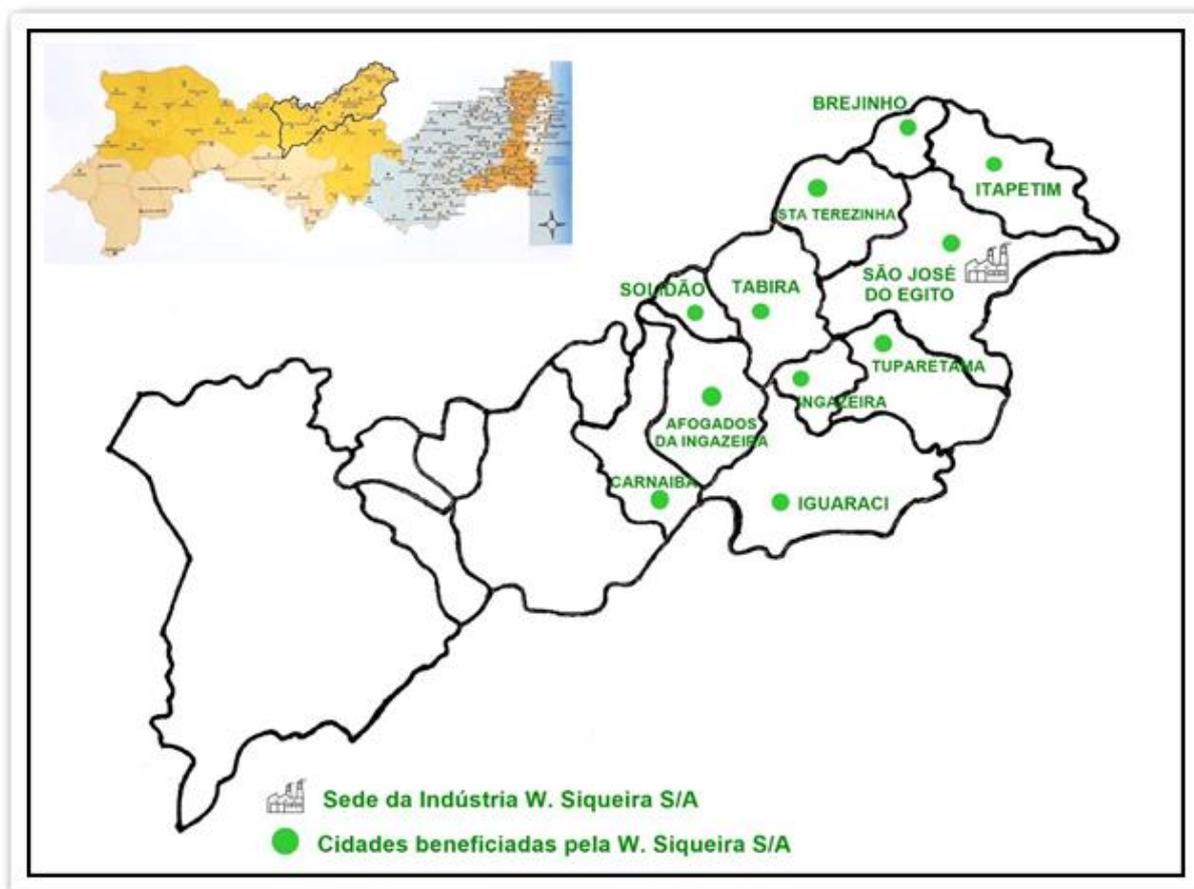
Porém, foi o agave, também chamado de sisal, que movimentou de forma mais duradoura e intensa a economia da comunidade de Brejinho. Depois de colhidas as folhas do agave, se formavam duas frentes de trabalho, uma no chamado “Motor de agave”, onde sua folha é desfibrada em um processo que elimina a polpa das fibras pela raspagem mecânica. O motor de agave era sempre propriedade de pessoas com mais condições financeiras que contratavam os trabalhadores para desempenhar o serviço. A outra frente se desenvolvia nos “Engenhos de corda”, com máquinas mais simples, muitos brejinhenses tinham engenho, geralmente seu dono comprava a fibra ao dono do motor, e a partir disso, fazia as cordas que posteriormente eram vendidas aos comerciantes locais, que repassavam a corda produzida para outras cidades da região, inclusive para outros estados brasileiros.

O agave era parte da paisagem brejinhense, sendo encontrado em diversas propriedades. De acordo com as fontes pesquisadas, essa atividade era desenvolvida desde meados dos anos 1950, tendo se intensificado nas décadas de 1960 e 1970 e, no final dos anos 1980, começou a entrar em declínio, mas, alguns engenhos de corda funcionaram em Brejinho até o início dos anos 1990, como por exemplo, o do Senhor José do Nascimento Leite (Deda Leite), que funcionou até 1993 (Ver imagem 03).

O agave (Sisal) (ver Imagem 04) é uma planta originária da América Central, propícia para o cultivo em regiões semiáridas, planta resistente à aridez e ao sol intenso do sertão nordestino. Foi introduzida no Brasil a partir de 1903, inicialmente na Bahia, depois levada para Paraíba, de onde chegou a Brejinho e conseqüentemente ao Pajeú. Do sisal, utiliza-se principalmente a fibra das folhas que, após o beneficiamento, é destinada majoritariamente à indústria de cordas. Segundo matéria publicada no *Diário de Pernambuco* em 9 agosto de 1967, os Astecas foram os primeiros cultivadores do agave, e dele obtinham não só fibras para roupas, como também uma bebida chamada “pulque” com forte teor alcoólico.

A microrregião do Pajeú se tornou nos anos 1960 a segunda maior zona produtora de sisal em Pernambuco, uma região tradicionalmente ligada à agricultura e à pecuária, mas que por alguns anos se destacou nessa outra atividade econômica. Em meados dos anos 1960 o senhor Walfredo Siqueira implantou uma indústria de beneficiamento, aproveitamento de resíduos e prensagem de sisal, Indústria W. Siqueira S/A. Essa indústria beneficiou indiretamente cerca de 12.000 pessoas, atingindo 65% das cidades do Pajeú, ou seja, onze das dezessete cidades dessa microrregião, e gerou 100 empregos diretos em São José do Egito. Veja no mapa a seguir as cidades atendidas pela W. Siqueira S/A.

MAPA 03 – MICRORREGIÃO DO PAJEÚ



Fonte: Elaborado pelo autor

O agave se constituiu numa das mais importantes fontes de renda do Nordeste, “em 1962, por exemplo, foram produzidas na região 174 toneladas de fibras no valor de, a preços históricos, 11,6 bilhões de cruzeiros antigos, com emprego de 200 mil famílias” (*Diário de Pernambuco*, 9 de agosto de 1967). Antes da indústria de Walfredo Siqueira todo o agave do Pajeú era escoado para a Paraíba, principalmente para cidade de Campina Grande. A partir de 1976, a W. Siqueira S/A passou a fornecer seus produtos para os estados da Guanabara¹⁷ e São Paulo, e exportou também para vários países da Europa.

¹⁷ A Guanabara foi um estado do Brasil de 1960 a 1975, que existiu no território correspondente à atual localização do município do Rio de Janeiro. Em sua área, esteve situado o antigo Distrito Federal, que justamente em decorrência da mudança da capital do país para Brasília, se criou o Estado da Guanabara.

Imagem 03 – O Senhor José do Nascimento Leite trabalhando em seu Engenho de Corda em Brejinho (setembro de 1981)



Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 04 – Sisal (Agave Sisalana)



Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Agave-azul>

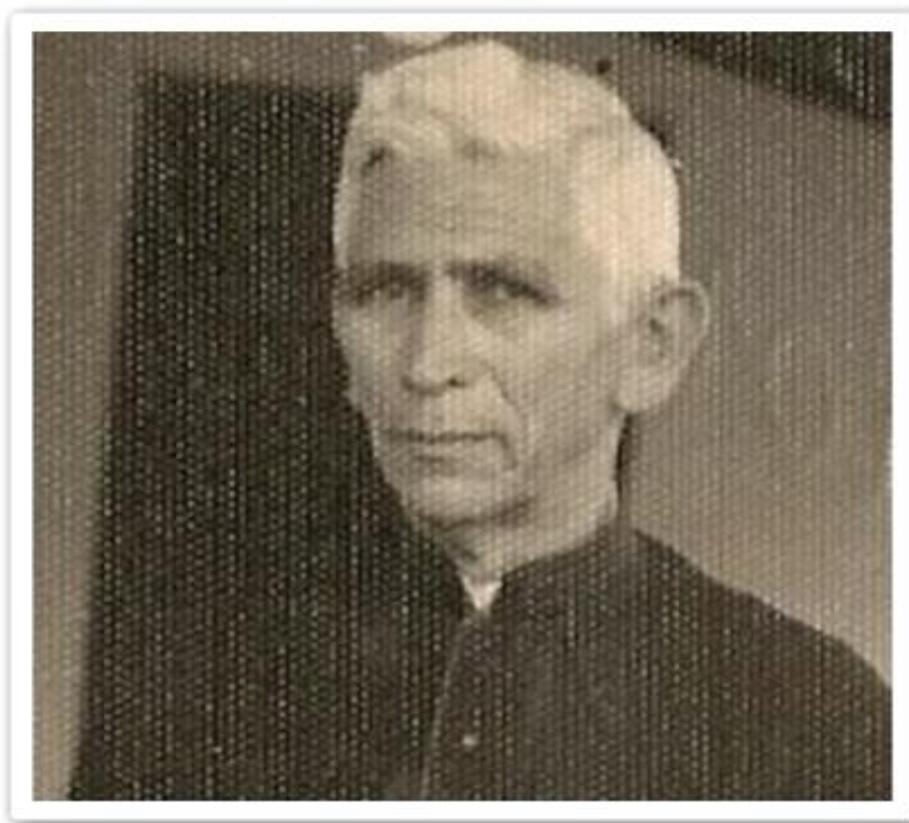
1.2. A emancipação política de Brejinho em 1964 e o golpe militar no Brasil

Depois de 1928, nas terras compradas pelo Padre João Leite, deu-se início à construção da capela de São Sebastião, em torno da qual várias casas também começaram a ser construídas, o povoado nascia no entorno da capela, e esse trecho ao lado do sítio Tamboril passou a se chamar de Brejinho. A capela foi concluída somente em 1932 quando foi realizada a primeira festa em homenagem ao padroeiro São Sebastião. Em 1929, a estrada

que liga Teixeira-PB a São José do Egito-PE já era bastante transitada, com uma linha dos Correios funcionando entre as cidades.

O Padre João Leite seguia como a principal liderança da comunidade; inclusive chegou a assumir o cargo de prefeito de São José do Egito, cidade a qual Brejinho pertencia; de acordo com matéria publicada no jornal *Diário de Pernambuco* em 18 de dezembro de 1937, “exonerado, a pedido, o Padre João Leite de Andrade do cargo de prefeito do município de São José do Egito e nomeado José Borja Gonçalves de Mello para exercer o mesmo cargo”. A nomeação do padre para prefeito durante o Estado Novo não agradou o bispo Diocesano Dom Adalberto Acciole Sobral, que mandou que ele optasse ou pelo exercício do sacerdócio ou pelo cargo de prefeito, após vários embates com o bispo, João Leite pediu exoneração da prefeitura, mas continuou atuando nos bastidores da política.

Imagem 05 – Padre João Leite Gonçalves de Andrade



Fonte: Arquivo pessoal

No ano de 1938, já havia um posto fiscal no povoado de Brejinho, cujo guarda era Clarindo Antônio da Silva; conforme matéria do mesmo jornal, que também destaca o ensino primário no povoado sendo implantado em 1947. A partir da segunda metade dos anos 1940, Brejinho viveu momentos de insegurança por falta de policiamento, as disputas entre as

lideranças da UDN (União Democrática Nacional) e do PSD (Partido Social Democrático) da cidade de São José do Egito chegavam com bastante força ao povoado. Em 1950, por ocasião das eleições estaduais, a caravana da UDN visitou o interior e, por conseguinte, São José. Entre as lideranças da caravana estava o candidato a governador João Cleófas, que acabou perdendo a eleição para o candidato do PSD Agamenon Magalhães. Nessa eleição, a segurança dos eleitores de Brejinho já era motivo de preocupação para os políticos egipcenses. “Espera-se e propala-se que a eleição será perturbada no município, principalmente no povoado Brejinho” (*Diário de Pernambuco*, 12 de setembro de 1950).

As questões políticas se entrelaçavam com as religiosas, em decorrência da atuação do Padre João Leite. O vigário era tão envolvido com a política que no ano de 1959 um boato surgido em Itapetim, e que chegou à capital do estado, virou notícia com destaque no *Jornal Diário de Pernambuco*. A notícia publicada em 31 de junho dizia que o padre tinha se recusado a batizar um menino com o nome de Cid. Explico: Cid Sampaio da UDN foi governador de Pernambuco entre 1959-1963, tendo vencido as eleições em 1958 quando disputou com o candidato do PSD Jarbas Maranhão. A vitória do udenista¹⁸ tinha posto fim a uma hegemonia do PSD que governava o estado desde 1948, cujo grupo político provavelmente contava com o apoio do vigário citado acima. No mês seguinte, o secretário do PSD, Josias Ferreira Leite, da cidade de São José do Egito, escreveu ao jornal com a finalidade de esclarecer o que considerava um “boato”.

Não é verdade que o padre João Leite, vigário de Itapetim, tenha se recusado a batizar um menino com o nome de Cid. Também é mentirosa a informação de que o padre tenha, por ocasião da última campanha eleitoral, perturbado um comício do atual ocupante do Palácio das Princesas. Somente um irresponsável, como no caso do informante, poderia fazer acusações desse tipo. O padre João Leite é uma figura respeitável do nosso clero e jamais praticaria um ato como este (*Diário de Pernambuco*, 04 de junho de 1959).

No início dos anos 1950 se intensificavam as ações de políticos da região para tornar a vila de Itapetim em uma cidade. O deputado estadual Walfredo Siqueira, aliado ao vigário João Leite, eram entusiastas desse projeto. Sendo que em julho 1952, foi apresentado um projeto emancipatório na Assembleia Legislativa de autoria do deputado Santa Cruz Valadares, da UDN, com a ajuda de Walfredo Siqueira do PSD, ambos de São José do Egito. Um ponto que chamou minha atenção foi o destaque dado ao povoado de Brejinho. O projeto de Santa Cruz não incluía incorporar Brejinho ao território de Itapetim, e sim deixar pertencendo a São José do Egito, no entanto, Walfredo Siqueira divergia desse ponto e

¹⁸ Udenistas, expressão usada para se referir aos filiados ao partido UDN (União Democrática Nacional).

colocou uma emenda ao mesmo projeto de lei para que Brejinho ficasse com Itapetim, justificando: “pois só com a inclusão desse povoado, bem produtor, aliás, poderá Itapetim progredir, com sua merecida e justa independência”¹⁹. Em outubro de 1953 outra matéria do *Diário de Pernambuco* destaca como um ponto importante a inclusão de Brejinho ao território de Itapetim, sendo este um povoado em adiantado progresso.

Nessa perspectiva, esses sujeitos precisam ser analisados em face de suas imbricações com as questões políticas de seu tempo, evidenciando-se que em meio aos arranjos da emancipação, os interesses políticos vão surgindo pelas entrelinhas. O grupo político da UDN controlava a cidade de São José do Egito, enquanto que o PSD era mais forte em Itapetim, dessa forma, Brejinho se tornou objeto de interesse e disputa entre ambos. Walfredo Siqueira, para não deixar que apenas a UDN ganhasse o mérito pela emancipação de Itapetim, acrescentou uma emenda ao projeto. Ao mesmo tempo em que o grupo udenista trabalhava pelo projeto emancipatório, não pretendia abrir mão do povoado de Brejinho. No final do processo de emancipação, o Padre João Leite e o deputado Walfredo Siqueira, que nesse momento tinham uma rede de contatos muito eficaz na capital, com o apoio do governador do Estado que era do PSD e com a maioria dos deputados da Assembleia Legislativa fizeram prevalecer a sua vontade. Com a emancipação de Itapetim consolidada, Brejinho deixou de pertencer a São José do Egito.

Após a emancipação política de Itapetim, seguida pela instalação do município que se deu em 1º de junho de 1954, a comunidade de Brejinho passou a ser o principal distrito da nova cidade. Na primeira eleição para prefeito de Itapetim, ocorrida ao final de 1954, foi eleito um vereador do povoado de Brejinho, o comerciante Manoel Nunes Ferreira²⁰, do PSD. Na eleição de 1958, que elegeu o prefeito Simão Leite Ferreira, do mesmo partido, seu vice era o agricultor brejinhense Manoel Resende de França; sendo eleitos também os vereadores do PSD por Brejinho, José Severino de Araújo e João Resende Neto. Eram as lideranças de Brejinho atuando na política itapetinense.

Nesse mesmo ano de 1958, a festa de São Sebastião em Brejinho mereceu destaque nas páginas do *Diário de Pernambuco*. A festa organizada pelo pároco João Leite de Andrade aconteceu entre os dias 18 e 20 de janeiro, sendo celebrada a missa onde depois havia uma animação que ficava por conta da rádio amplificadora *A Voz de Itapetim*. Quando o citado jornal publicou essa matéria abordando a festa de São Sebastião, já fazia vinte e seis anos que

¹⁹ Trecho do projeto publicado no *Diário de Pernambuco* em 29 de julho de 1952.

²⁰ A Biblioteca Pública de Brejinho recebeu o nome de Manoel Nunes Ferreira, trataremos mais sobre ele no capítulo II.

ela se realizava na comunidade, tendo se iniciado no ano de 1932. Sua menção no jornal revela que embora nesse período Brejinho fosse ainda um povoado pequeno, já dispunha de uma festa tradicional na região do Pajeú.

No início dos anos 1960, já havia duas escolas funcionando em Brejinho, uma mantida pela prefeitura de Itapetim e outra pelo Governo do Estado, que nomeou, pela portaria 1.254/1960, a professora Maria do Carmo Firmino para lecionar as primeiras letras na Escola Típica Rural de Brejinho. No mês de junho, o então governador de Pernambuco, Cid Sampaio, da UDN, também nomeou um delegado de ensino, cargo que hoje corresponde ao de secretário de ensino, para atuar no povoado.

Outro fato ocorrido em março de 1960 acabou tendo uma enorme repercussão tanto na cidade como na capital do estado. O ano de 1960 foi um ano de muitas chuvas no sertão pernambucano, com isso, o açude do Belém, que fora construído em 1825 por escravos durante o Império, rompeu, causando grande prejuízo. Perante tal acontecido, o deputado estadual Augusto Lucena²¹, do PDC (Partido Democrata Cristão), colocou em discussão na Assembleia Legislativa um projeto que visava à reconstrução do açude, isso em julho de 1962, dois anos após o rompimento. Naquele mesmo ano, o *Diário de Pernambuco* fazia referência ao fato em suas páginas.

O senhor Augusto Lucena apresentou projeto de lei autorizando o Executivo a abrir o crédito especial de três milhões de cruzeiros para atender às despesas com a reconstrução do açude de Belém no Distrito de Brejinho, Município de Itapetim, o qual foi destruído pelas enchentes, do inverno de 1960 (*Diário de Pernambuco*, 19 de maio de 1962).

O projeto volta a ser discutido novamente em agosto e dezembro daquele ano; em sua justificativa o deputado enaltece a figura do sertanejo, faz referência à grande importância que o referido açude tinha para a comunidade, pois, além de ter sido construído há mais de cem anos, abastecia um contingente significativo da população e fornecia água para irrigação, e finaliza cobrando do governo a imediata execução da obra. Todavia, a urgência só foi atendida em janeiro de 1963, quando o governador de Pernambuco já era Miguel Arraes de Alencar. Em 1981 o açude passou por nova reforma, tendo acontecido outras posteriormente.

²¹ Augusto da Silva Lucena nasceu em Guarabira (PB) no dia 14 de fevereiro de 1916. Formado em direito, em outubro de 1954, elegeu-se primeiro suplente de deputado estadual em Pernambuco; chegou a assumir o mandato em 1955 e nos pleitos de outubro de 1958 e de 1962 conseguiu eleger-se deputado estadual, primeiro pelo PSP e depois pelo PDC. Em agosto de 1963 foi eleito vice-prefeito de Recife e após o golpe Civil-Militar de 1964 assumiu a prefeitura de Recife. Em novembro de 1970 elegeu-se deputado federal por Pernambuco, na legenda da Arena. No ano seguinte assumiu novamente a prefeitura da capital pernambucana, ficando no cargo até 1975. Em novembro de 1978 voltou a eleger-se deputado federal pela Arena, concluiu seu mandato em janeiro de 1983. Faleceu em 22 de outubro de 1995.

Mas o fato é que ele ainda existe, no mesmo local, embora com uma configuração diferente. Na imagem a seguir podemos ver o açude do Belém²² nos dias atuais.

Imagem 06 – Antigo Açude do Belém, hoje Barragem de Tão.



Fonte: Arquivo pessoal

A busca pela emancipação política aparece nos documentos pesquisados desde o ano de 1962, no qual o deputado Inácio Valadares Filho, da UDN, que era natural da cidade de São José do Egito e filho de um grande chefe político da região, o senhor Inácio Mariano Valadares²³, apresentou, em 20 de dezembro de 1962, o projeto nº 2.183 que criava o município de Brejinho. Tal projeto também foi destaque nas páginas do *Diário de Pernambuco*. Inacinho, como era conhecido no meio político, já era deputado estadual desde 1954, quando foi eleito com apenas 21 anos de idade. Sua influência, atrelada à força política de seu pai e ligada às lideranças udenistas, sempre foi muito forte em todo sertão do Pajeú. Nesse mesmo ano, os nomes de alguns brejinhenses continuavam figurando como destaque na

²² Hoje o açude do Belém é conhecido como a “Barragem de Tão”. Sebastião Travasso de Lucena, conhecido como Tão, é o atual dono do sítio onde o açude está localizado, ele já foi vereador e vice-prefeito de Brejinho.

²³ Inácio Mariano Valadares era um rico comerciante de São José do Egito, dono de uma fábrica de beneficiamento de algodão. Filiado à UDN, foi prefeito da cidade por dois mandatos (1947/1951 e 1960/1964). Em 1966, ele estava em Brejinho quando passou mal e foi socorrido às pressas, vindo a falecer poucos dias depois em virtude do rompimento de uma úlcera, aos 70 anos de idade. Ele tinha negócios e atuava politicamente em Brejinho.

política regional: Pedro Guedes Pinheiro, que viria a ser eleito vereador na primeira eleição municipal, e Manoel Nunes Ferreira, cujo nome foi dado à atual Biblioteca Pública Municipal. O projeto de emancipação, conduzido por Inácio Valadares, volta a aparecer nas páginas do *Diário Oficial do Estado* em março de 1963, agora como projeto nº 7.

Em meio à discussão desse processo aconteceu a eleição municipal em Itapetim em 18 de agosto de 1963, na qual Brejinho teve papel de destaque. Eram 3.828 eleitores distribuídos em 23 seções. O prefeito eleito foi Antônio Piancó Sobrinho, com 2.006 votos, e o vice-prefeito Agostinho Pereira de Vasconcelos com 1.748 votos, ambos do PSD; João Resende Neto, que depois de 1964 seria eleito vereador e prefeito por Brejinho, e que já tinha um mandato de vereador por Itapetim, foi candidato a vice-prefeito pela UDN, ficando com 1.456, perdeu por 292 votos.

O vereador mais votado foi o itapetinese Geraldo de Souza Lima, da UDN, com 297 votos, em segundo lugar, com um voto a menos, 296, estava José Severino de Araújo, do PSD, popularmente conhecido como Zé Peba, do então povoado de Brejinho, nome este que figura como um dos mais importantes para a história da cidade até os dias atuais, sendo após a emancipação o primeiro prefeito eleito da cidade de Brejinho. Ainda nessa eleição de 1963, Brejinho teve Benedito Formiga da Silva (PSD) eleito vereador em 5º lugar, com 236 votos, e ficaram na suplência três nomes da UDN, Pedro Guedes Pinheiro, com 114 votos, João Silva Filho, com 96 e Antônio Lopes Sobrinho, com 79. Ou seja, entre os candidatos ao cargo de vereador, cinco eram de Brejinho, dois foram eleitos com expressiva votação e o candidato à vice, embora tenha perdido, foi bem votado.

O projeto de emancipação viria a se consolidar em dezembro de 1963. Em outubro do corrente ano foi publicada no *Diário Oficial* uma lista com o nome de alguns projetos de emancipação de distritos que estavam com pendências na documentação, e lá estava Brejinho. Em matéria do *Diário de Pernambuco*, um problema fica bastante evidente, o total de habitantes.

Concordam os deputados da Maioria e da Minoria em só aprovar a criação de município que tivesse parecer favorável da Comissão de Negócios Municipais e, devido à “combinação” os projetos emancipacionistas estão transitando pela Assembléia sem maiores sustos. Mas acontece que estão os senhores relatores daquela comissão, oferecendo pareceres favoráveis a municípios sem condições de independência, como é o caso do município de Rainha Isabel, desmembrando-se de Bom Conselho, e Brejinho, de Itapetim. Na Assembléia se dizia ontem que nenhum dos dois tem número exigido de habitantes, entre outras deficiências (*Diário de Pernambuco*, 14 de dezembro de 1963).

Segundo o Censo de 1960 havia 6.028 habitantes na área que pretendia desmembrar-se de Itapetim. De acordo com a lei 445 de 4 de janeiro de 1949, que regulamentava a criação de novos municípios, a exigência era de no mínimo 7.000 mil, assim, faltavam 972 habitantes. Contudo, havia um significativo interesse em se criar essa nova cidade no sertão do Pajeú, tanto as forças políticas da UDN como seus opositores do PSD ansiavam por tal feito, penso que esse mútuo interesse foi bastante importante para a consumação do projeto, tal afirmação se comprova pelo fato de que o deputado estadual Inácio Mariano e o deputado Walfredo Siqueira²⁴, que embora fossem adversários políticos na região, trabalharam juntos pela emancipação.

O juiz eleitoral informou via ofício que o eleitorado era de 1.316 votantes, o número de casas que constava no livro de registro predial era de 312 prédios de alvenaria, a renda do distrito em 1962 foi de C\$ 596.615,00, boa parte das terras pertencia ao patrimônio de São Sebastião. Havia dois grupos escolares na sede do distrito e um prédio da cadeia pública construída em 1963 via emenda do deputado estadual Walfredo Siqueira. O prefeito de Itapetim se pronunciou favorável à emancipação, bem como a Câmara de Vereadores que aprovou o projeto por unanimidade. A justificativa ainda enfatizava que do total de habitantes, aproximadamente 2.000 pessoas viviam na área urbana com um número superior a 800 propriedades, todas em regiões bem habitadas. Tudo estava favorável para aprovação do projeto, faltava apenas a questão do número de habitantes, pois não tinha como negar o dado oficial do censo.

Para solucionar o problema do total de habitantes, entra em cena mais uma vez o padre da Paróquia de Itapetim, João Leite Gonçalves de Andrade, com a influência política, que desempenhava à época na região. Foi anexado ao projeto nº 7 uma certidão fornecida pelo vigário, em que ele afirmava que desde o censo de 1960 até o dia 30 de outubro de 1963, foram batizados em Brejinho 1.322 crianças, dessa forma, estava sanada a deficiência inicial. “Desde que a palavra de um sacerdote, ao nosso ver, deve merecer todo o acato desta comissão²⁵”, dizia o deputado Inácio Valadares em sua justificativa. O Padre chegou a proferir palestra em reunião com os líderes políticos para mostrar os dados de batizados que redigira na certidão. Sendo assim, o projeto de Inácio Valadares foi votado e aprovado em 1ª e 2ª discussão por unanimidade e transformado em Lei Nº 9.996 de 20 de dezembro de 1963, foi sancionada pelo Governador Miguel Arraes de Alencar, entrando em vigor a partir de 1º

²⁴ Walfredo Siqueira se elegeu deputado estadual pela primeira vez na eleição de 1950 pelo PSD, e reeleito para gestão de 1954 pelo mesmo partido. Sendo que, na eleição de 1962 foi eleito pelo PST (Partido Social Trabalhista) (SIQUEIRA, 2011, p. 37).

²⁵ *Diário Oficial do Estado*, 13 de dezembro de 1963.

de janeiro de 1964. Desmembrado de Itapetim, estava enfim, criado o município de Brejinho-PE.

De acordo com a matéria publicada no *Jornal Diário de Pernambuco* em 14 de dezembro de 1963, Brejinho e Rainha Isabel não tinham habitantes suficientes para se emancipar. Os líderes políticos que atuavam em Brejinho agiram rápido para solucionar o problema, como acabamos de ver. O mesmo não aconteceu com o distrito de Rainha Isabel, que mesmo após ter sido elevado à categoria de município através da lei Nº 4.975 de 20 de dezembro do mesmo ano de 1963, acabou recebendo do Tribunal de Justiça um mandado de segurança Nº 57.049 de 03/08/1964, extinguindo o município e anexando o território ao município de Bom Conselho, ao qual pertencia antes da publicação da lei. De acordo com dados do IBGE, o distrito de Rainha Isabel possui em sua sede 2.768 habitantes²⁶, e ainda hoje pertence a Bom Conselho-PE.

O próximo passo foi a nomeação do prefeito interino e consequente instalação do município. “O secretário de Governo, Hélio Mariano, disse à imprensa que os nomes escolhidos e designados foram indicados, em sua grande maioria, pelos prefeitos dos antigos municípios de que foram desmembrados”²⁷. O comerciante Ivo Vicente Ferreira foi o escolhido; ele era amigo do prefeito de Itapetim, Antônio Piancó Sobrinho, e também do deputado Walfredo Siqueira, que nesse ano de 1964 estava como presidente da Assembleia Legislativa de Pernambuco. A nomeação de Ivo, juntamente com a de mais 20 prefeitos, foi publicada em 15 de fevereiro do ano em curso. No total foram criados 61 novos municípios em Pernambuco, as demais nomeações vieram posteriormente. O prefeito interino de Brejinho tomou posse pelas mãos de Miguel Arraes em uma solenidade realizada às 09h00min do dia 22 de fevereiro, um sábado, no Palácio do Campo das Princesas, em Recife.

O chefe do Executivo estadual presidirá, às 9 horas de hoje, a solenidade de posse dos Prefeitos nomeados interinamente, para os municípios recentemente criados em Pernambuco. A solenidade terá lugar no salão Nobre do Palácio do Campo das Princesas e contará com a presença do secretário Hélio Mariano, que vem coordenando os trabalhos de designação dos Prefeitos (*Última Hora*, 22 de fevereiro de 1964).²⁸

²⁶ Censo de 2010, IBGE.

²⁷ *Diário de Pernambuco*, 15 de fevereiro de 1964.

²⁸ O *Diário de Pernambuco* também noticiou a solenidade de posse dos prefeitos interinos.

A prefeitura municipal foi instalada no prédio onde funcionava o Grupo Escolar Marta Leite²⁹ (ver imagem 07), que também abrigou a Câmara de Vereadores. Em 17 de março de 1964, Ivo Vicente encaminhou ofício à Assembleia Legislativa informando que havia tomado posse como prefeito no novo município. Há nos arquivos da prefeitura apenas dois documentos com a assinatura do prefeito interino, um de 10 de maio onde ele cria o Órgão Rodoviário Municipal e outro de 31 de outubro em que cria o Perímetro Urbano e Suburbano da cidade, ambos de 1964. Ivo teve a missão de organizar o governo municipal e preparar a cidade para a primeira eleição.

No último domingo de abril, dia 25, de 1965, aconteceu a primeira eleição em Brejinho. Concorreram José Severino de Araújo, do PSD, apoiado pelo deputado estadual Walfredo Siqueira, e Lourival Costa, da UDN, com o apoio do deputado Inácio Valadares e de seu pai, o coronel Inácio Mariano Valadares. A votação apurada nessa primeira eleição foi de 988 votos, dos quais José Severino saiu vitorioso com 497 deles, sendo eleitos pelo seu partido 5 vereadores; já a UDN elegeu 4. A posse do primeiro prefeito eleito e dos vereadores aconteceu na manhã de 16 de maio, um domingo, do citado ano. A eleição para a mesa diretora elegeu o vereador do PSD Mário Leite Gomes como presidente da casa. O prefeito interino Ivo Vicente, que apoiou José Severino na eleição, estava presente na solenidade, assim como o Padre João Leite de Andrade, que foi o primeiro a assinar o livro de Ata.

Quando se realizou a terceira sessão da Câmara de Vereadores no dia 24 de maio de 1965, o vereador João Resende Neto apresentou um projeto para dar nome a uma rua de Brejinho, o projeto nº 03/65 homenageou o senhor Major Cláudio Leite de Andrade, pai do vigário João Leite, ele residiu em Itapetim e tinha amigos na nova cidade. A aprovação por unanimidade e a confecção da placa da rua ainda no mês de maio, pode ser entendido como um gesto de gratidão dos parlamentares pela colaboração do padre no processo de emancipação política. Ele, que embora fosse aliado das forças do PSD, desfrutava da amizade da maioria dos políticos, vale destacar que o projeto que homenageou seu pai foi de autoria de João Resende, eleito pela UDN; Resende era o filho de Manoel Resende de França, figura importante na fundação da comunidade brejinhense e grande amigo do padre.

²⁹ Marta Leite era professora da Rede Estadual desde 1947, lecionando em escolas de São José do Egito, depois passou a lecionar em Brejinho no ano de 1952. Foi casada com José Severino de Araújo. Morreu precocemente em 30/11/1957, após sua morte o Grupo Escolar de Brejinho recebeu seu nome.

Imagem 07 - Grupo Escolar Marta Leite, que passou a ser a sede da Prefeitura Municipal e da Câmara de Vereadores a partir de 1964. Esse prédio existiu até julho de 1979 quando foi demolido na gestão do prefeito Gervário Alves da Costa (Arena), o prédio se localizava no meio da avenida central, no final da Rua João Nunes e início da Rua Major Cláudio Leite de Andrade. Com a construção de uma nova sede para o governo municipal, o prefeito tratou de demolir o antigo e assim liberar a via pública.



Fonte: Arquivo pessoal.

O governador Miguel Arraes não teve oportunidade de ver Brejinho e as novas cidades darem seus primeiros passos, não viu sequer a primeira eleição dos novos municípios; com pouco mais de um mês da solenidade de posse que acontecera no Palácio do Governo, viu o mesmo ambiente, ser tomado pelos militares do IV Exército que o levaram preso. Como destaca Sampaio (2001, p. 51), “o governador Miguel Arraes tinha seu nome inscrito na lista negra dos inimigos da caserna, era um dos mais fiéis escudeiros do presidente João Goulart”. O Golpe Civil-Militar que depôs Jango e instaurou uma Ditadura que durou 21 anos, também derrubou o governador de Pernambuco. Brejinho nasceu em meio a uma ferrenha ditadura imposta pelos militares, mas, as consequências desse duro golpe trouxeram mudanças que de forma indireta acabaram por redefinir as linhas de sua história, movendo os olhos da capital para o sertão do Pajeú. Tais mudanças, veremos nas linhas a seguir.

1.3. O nome de Brejinho nas páginas do *Diário de Pernambuco*

O Brasil vinha embalado pelo desenvolvimento empreendido pelo governo de Juscelino Kubitschek, grandes obras haviam sido feitas, o projeto dos “50 anos em 5” havia inclusive, construído uma nova capital para o país. Nas eleições seguintes, Jânio Quadros, político matogrossense radicado em São Paulo, do pequeno PTN (Partido Trabalhista Nacional), mas apoiado pela UDN, ganhou com uma votação bastante expressiva. Como destaca Carmo (2010, p. 42), “a década começa com Jânio Quadros na Presidência da República prometendo varrer toda a bandalheira e sete meses depois renuncia”. Ele venceu em 16 estados, inclusive em Pernambuco. Recebeu um total de 48% dos votos do eleitorado brasileiro.

O vice-presidente eleito foi João Goulart, do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), pois, se votava para presidente e para vice-presidente de forma independente, embora Jango concorresse na chapa de Teixeira Lott, candidato derrotado do PSD, Jango saiu vitorioso, sendo o mais votado em 18 estados e no DF, no entanto, perdeu em Pernambuco, que votou em Milton Campos, da UDN. Ao fim da apuração Jango obteve 36% dos votos, vencendo pela segunda vez o adversário udenista Milton Campos, que ficou com 33% dos votos.

Porém, logo nos primeiros meses a política do novo governo não agradou a UDN e as elites, os conflitos foram intensos, tendo se agravado após visita de Jânio a Cuba e a consequente condecoração a Che Guevara (ver imagem 8) quando visitou o Brasil a convite do presidente, com a Ordem do Cruzeiro do Sul em 19 de agosto de 1961 (CARMO, 2010, p. 38). Jânio, que havia feito uma campanha empolgante, afirmando que iria varrer a corrupção do país, tinha a vassoura como símbolo de campanha, não teve o mesmo êxito no exercício do governo, que ficou insustentável ao assombrar as elites com a homenagem a Che. Jânio Quadros pegou a nação de surpresa com sua renúncia em agosto de 1961.

Imagem 08 – Che Guevara e Jânio Quadros

Fonte: Acervo O Globo (Publicada em 17/05/2016 pelo *Jornal O Globo*).

O resultado das eleições para presidente da República em 1960 e para governador de Pernambuco em 1962 revelam que, em São José do Egito, o grupo dominante na política era a UDN, enquanto que em Itapetim o PSD era mais forte. Na eleição de três de outubro de 1960, Jânio Quadros venceu em São José com 1.662 votos, e Teixeira Lott, do PSD, teve 1.149. Em Itapetim, o vencedor nas urnas foi Lott, com 1.308 votos, de modo que Jânio obteve 1.028 votos. O vice-presidente eleito, João Goulart, foi bem votado em Itapetim, com 1.292 votos, porém em São José do Egito foram apenas 778 votos para Jango. Essa rivalidade entre UDN e PSD vai se fazer presente na política de Brejinho em seus primeiros anos, contando com apoio e influência dos chefes políticos dessas duas cidades vizinhas.

Mediante a renúncia do presidente, os conflitos se intensificaram; o vice João Goulart estava em visita oficial à China, ele não era visto com bons olhos pelos militares e setores conservadores; o medo do comunismo caminhava colado na sombra de Jango; e embora tivesse o direito legal de assumir a presidência que se encontrava vaga, esses setores começaram a se mobilizar para impedir sua posse. Em contrapartida, iniciava-se a campanha pela legalidade, liderada pelo então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, do PTB. Depois de muita articulação, a solução encontrada pelo Congresso Nacional foi transformar o regime presidencialista em parlamentarista. Jango assumiria com seus poderes

limitados e controlados. Este regime duraria até 1963 quando, através de um plebiscito³⁰, o presidencialismo voltou a vigorar, notabilizando uma importante vitória de Jango.

Em 1962, aconteceu a última eleição antes do Golpe Militar de 1964, foram eleitos deputados federais, dois terços do senado e governadores de metade dos 22 estados brasileiros. Nessa eleição, Pernambuco teve um papel de destaque, com um pleito bastante movimentado. Concorreram em 7 de outubro de 1962, o conservador João Cleófas, da UDN, apoiado pelo então governador Cid Sampaio, contra Miguel Arraes de Alencar, do PST (Partido Social Trabalhista). Arraes, que tinha sido eleito prefeito de Recife apoiado em grande maioria por setores da esquerda, assumindo em 15 de dezembro de 1959, fez um governo voltado para as camadas menos privilegiadas da população, com ações que buscavam a melhoria da qualidade de vida dos setores mais pobres. Mediante suas ações à frente da prefeitura, sua candidatura a governador começou a ganhar corpo já em 1961. Sua articulação política foi capaz de trazer o deputado estadual pesedista Paulo Guerra³¹ para compor sua chapa como vice.

Pernambuco, assim como o Brasil, vivia um clima de radicalização política entre os conservadores e as forças de esquerda que defendiam reformas de cunho social; Miguel Arraes não era aceito pelos conservadores pernambucanos, e sua candidatura chamou a atenção dos Estados Unidos, que empreenderam muitos recursos na tentativa de derrotá-lo nas urnas. Pelas ações de cunho social realizadas por Arraes à frente da prefeitura do Recife, que era na época a terceira cidade mais populosa do Brasil, o governo americano passou a vê-lo como um comunista perigoso que precisava ser retido, conforme relata Gomes Junior (2015, p. 41):

[...] A aversão a Arraes decorria principalmente, como dissemos, das fortes convicções de que ele era comunista. Provavelmente, contribuiu para essa visão de Washington o fato de que ele fora eleito prefeito de Recife em 1959 com o apoio de uma coalizão de estudantes, intelectuais e comunistas do PCB – partido então na ilegalidade – com os quais mantinha forte proximidade na prefeitura de Recife. Dessa maneira, o governo americano identificava Arraes como comunista e por isso temia sua vitória. É sabido que o prefeito de Recife não era comunista, muito menos um novo Fidel Castro [...].

³⁰ Em Itapetim-PE, do qual Brejinho era distrito em 1963, 2.071 eleitores votaram pelo fim do parlamentarismo e apenas 307 votaram por sua continuidade.

³¹ Paulo Pessoa Guerra foi vice-governador na gestão de Miguel Arraes (1962-1964), e assumiu o governo do Estado em decorrência do Golpe Civil-Militar de 1964 quando Arraes teve seu mandato cassado, perdeu os direitos políticos e foi obrigado a exilar-se do Brasil. Paulo Guerra governou Pernambuco de 1964 a 1967.

Somaram-se a isso as Ligas Camponesas lideradas por Francisco Julião³², o que fez com que Washington desse total atenção à eleição em Pernambuco, que era em 1962 o estado mais populoso do Nordeste, montando uma grande estrutura via IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), que era basicamente uma organização de ação anticomunista, e até a CIA (Agência de Inteligência Norte-Americana) para favorecer a vitória de Cleófas. As Ligas Camponesas lutavam por igualdade e justiça para os trabalhadores do campo e também almejavam a reforma agrária, conseguindo mobilizar milhares de trabalhadores do Nordeste. O movimento despertou a fúria dos poderosos, que o reprimiram com grande violência. E mediante a consolidação do golpe em 1964, seus líderes foram perseguidos e presos e muitos foram assassinados, dessa forma, as Ligas foram exterminadas.

Apesar de poderosa estrutura montada, que teve apoio das elites do estado que apresentavam João Cleófas como o cidadão de bem e associavam toda negatividade a Miguel Arraes; na luta por representações, ele era apresentando até como o anticristo. Mesmo assim, embora Arraes tenha perdido no interior, conseguiu votos suficientes em Recife para assegurar-lhe a vitória, obtendo 264.499 votos contra 251.146 de seu opositor. O resultado final da eleição que aconteceu em 7 de outubro, só foi totalmente apurada em 15 de novembro.

Na cidade de Itapetim-PE, a qual Brejinho pertenceu até sua emancipação em 1964, João Cleófas teve 1.612 votos, e Miguel Arraes, apoiado pelo prefeito do PSD Simão Leite Ferreira, teve 1.808, 196 votos a mais que seu opositor, inclusive, de acordo com matéria publicada no *Diário de Pernambuco* em 16 de setembro de 1962, até o Padre João Leite declarou publicamente apoio a Arraes. Já na vizinha São José do Egito-PE, a qual outrora Brejinho também pertenceu, Cleófas venceu com o apoio do prefeito da UDN, Inácio Mariano Valadares, com 2.658 votos contra 2.026 de Arraes. Os deputados estaduais que tiveram papel importante no processo de emancipação de Brejinho obtiveram votação expressiva nessa eleição de 1962, Inácio Mariano foi eleito com 5.430 votos e Walfredo Siqueira com 5.379.

“De crise em crise, chega-se ao comício de 13 de março, quando uma concentração de mais de 200 mil pessoas [...] comandada por João Goulart, na presença de todo seu ministério e vários governadores, aclama algumas Reformas de Base assinadas ali pelo presidente” (BRASIL: NUNCA MAIS, 1985, p. 59). O governador de Pernambuco vinha desenvolvendo

³² Francisco Julião Arruda de Paula nasceu a 16 de fevereiro de 1915, bacharelou-se em Direito em 1939 e foi eleito deputado estadual pelo PSB de Pernambuco nas eleições de 1954, 1958 e 1962. Foi um dos líderes das Ligas Camponesas surgidas em Pernambuco. Com o golpe militar em 1964, foi preso e exilado em 1965.

no estado ações parecidas com as que fez na prefeitura do Recife, e seu governo ganhava muita projeção, conforme relata Gorender (1987, p. 47):

Arraes impôs o pagamento rigoroso do salário mínimo na Zona da Mata. Aproveitou a experiência de sua gestão na Prefeitura do Recife e incentivou iniciativas de educação e cultura popular, que mobilizaram milhares de ativistas. Tais realizações em prazo brevíssimo e suas frequentes aparições no Rio, São Paulo e outras capitais, deram ao governador de Pernambuco expressão de líder nacional.

Dentre as diversas viagens pelas capitais do país realizadas por Miguel Arraes, a historiografia considera que uma das mais importantes dos anos 1960 foi a do Rio de Janeiro, quando participou ao lado de João Goulart do comício realizado na Central do Brasil, em 1964, apoiando as reformas de base, entre as quais estavam a reforma agrária, administrativa, bancária e outras. O espectro do comunismo foi usado pelas elites conservadoras para assustar parte das classes médias e ganhar seu apoio à desestabilização do governo Goulart.

Imagem 09 – Jango ao lado de Arraes em carro aberto



Fonte: Arquivo JC imagem (Publicada em 13/18/2005 pelo *Jornal do Commercio*)

Com o agravamento da crise, militares apoiados por setores conservadores e pela Igreja Católica romperam o sistema democrático, conforme relata Chiavenato (1994, p. 46) “o golpe teve início com o deslocamento das tropas em Minas Gerais, na madrugada de 31 de março de 1964. O chefe da IV Região Militar, general Mourão Filho, justificou o movimento

alegando que o presidente Goulart tinha abusado do poder e deveria ser afastado”. Depois da queda do presidente, os militares instauraram um Regime de Ditadura que durou 21 anos. Em Pernambuco, os militares tentaram persuadir Arraes a assinar sua renúncia, mas ele se recusou, e dessa forma foi preso e deposto às 15h00min de 1º de abril. Enquadrado na lei de Segurança Nacional, seguiu para o exílio na Argélia. “Arraes foi o terceiro governador de Pernambuco a deixar o Palácio antes de terminar o mandato” (Cheriño, 1996, p. 115).

É importante destacar aqui que o Nordeste brasileiro vinha chamando a atenção das elites; tanto a burguesia local e nacional quanto a estrangeira temiam por uma revolução no Nordeste, conforme relata Ianni (1998). O sucesso da revolução cubana liderada por Fidel Castro pôs toda a América Latina em sinal de alerta, e um intenso movimento no sentido de controlar os movimentos populares foi posto em prática. As ações das ligas camponesas, a organização política dos trabalhadores rurais, bem como a vitória de Arraes, deixaram o temor do comunismo em níveis elevadíssimos, e ações radicais foram empreendidas para podar essa ascensão das classes populares. Os Militares agiram com força total no Nordeste, como destaca Ianni (1998, p. 111):

[...] Nessa ocasião, a ditadura elegeu o Nordeste como uma região particularmente importante, perigosa, na qual desencadeou uma repressão política especial. As vítimas escolhidas foram os trabalhadores rurais, membros das ligas camponesas e sindicatos rurais, dirigentes dessas organizações. Também foram atingidos pela repressão os políticos, membros de grupos e partidos políticos que lutavam em defesa dos interesses desses trabalhadores [...] Além das demissões, cassações e prisões, muitos desapareceram. Há os que morreram. Há os que ficaram mutilados para sempre. Muitos mortos sem sepultura [...].

Cheriño (1996) analisa que esse não foi apenas um golpe militar, foi também um golpe da classe exploradora (militares, banqueiros, industriais comerciantes, latifundiários e outros privilegiados), todos eles comemoraram o fim do “comunismo” no país. Mas, nem eles nem o Estado resolveram o problema da fome e da desigualdade social que assolava o Nordeste, uma região marcada pela seca que sem ações para saná-la impõem aos trabalhadores longos períodos de fome e sofrimento, “ao contrário, todos os problemas sociais das classes subalternas foram agravados pelas políticas adotadas [...]” (Ianni, 1998, p. 117).

Ao passo que Arraes era levado de Pernambuco, chegava para assumir a Arquidiocese de Olinda e Recife uma importante figura que se destacaria na resistência à Ditadura, Dom

Helder Câmara³³, transferido do Rio de Janeiro. Com a deposição de Miguel Arraes, os militares haviam empossado o vice, Paulo Guerra, esse viajou ao Rio para acompanhar a comitiva que trazia Dom Helder à capital pernambucana.

Na chegada a Recife a recepção foi “triumfal”. O arcebispo desembarcou ao lado do Governador Paulo Guerra e foi logo recebido pelo prefeito da cidade, Augusto Lucena, pelo comandante do IV Exército, general Justino Alves Bastos, pelo brigadeiro Homero Souto e pelo almirante Dias Fernandes. Em seguida houve um desfile pela cidade em carro aberto com direito até a batedores (PILETTI e PRAXEDES, 2008, p. 252).

Augusto Lucena, aquele mesmo deputado que buscou a reconstrução do açude do Belém que se rompeu com as chuvas de 1960 em Brejinho, tinha sido reeleito deputado estadual em 1962 pelo PDC (Partido Democrata Cristão), e eleito vice-prefeito de Recife em 1963, após o golpe, o então prefeito Pelópidas Silveira também foi deposto, e Lucena assumiu a prefeitura da capital.

As agitações no meio político foram intensas já na noite de 29 de março, os parlamentares estavam atentos às notícias de que se iniciara um movimento de tropas militares em Minas Gerais. A sessão que deu posse a Paulo Guerra aconteceu na madrugada do dia 31, com muita apreensão e também tumulto; uma funcionária chegou a esconder o livro de posse para atrasar a cerimônia. Como destaca Sampaio (2001, p. 52), “não se pode dizer que Paulo Guerra tenha conspirado para derrubar o governador Miguel Arraes, mas é evidente que, como fazendeiro e pecuarista ligado aos setores mais conservadores do PSD [...] não via com bons olhos aquela agitação no Estado”. O fato é que com a deposição ele assumiu o governo estadual.

Caberia agora ao presidente da Assembleia Legislativa exercer as funções de vice-governador. O presidente da Assembleia era o deputado egípcioense³⁴ Walfredo Siqueira que havia ganhado a eleição para mesa diretora justamente com o apoio de Guerra. A essa altura,

³³ Hélder Pessoa Câmara nasceu em Fortaleza, no dia 7 de fevereiro de 1909. Ingressou no Seminário da Arquidiocese de Fortaleza em 1923 e foi consagrado padre aos 22 anos, em 15 de agosto de 1931. Aproximou-se do movimento integralista, do qual veio a se afastar mais tarde. Em 1936 ele seguiu para o Rio de Janeiro, aí se fixando por 28 anos. No dia 3 de março de 1952 ele foi consagrado como bispo auxiliar do Rio de Janeiro, sendo nomeado bispo em 20 de abril de 1952 quando tinha ainda 43 anos. Ele foi nomeado arcebispo de Olinda e Recife em 12 de março de 1964, cargo que ocupou até dia 2 de abril de 1985. Por sua atuação na luta pelos direitos humanos, pela justiça e contra o autoritarismo, Dom Hélder entrou em choque com a Ditadura Militar. Perseguido pelos militares, impedido de se expressar na mídia e considerado comunista pelo governo, não deixou de resistir aos abusos estatais e de se comprometer com os explorados e com os condenados pela Ditadura. Dom Hélder faleceu no dia 28 de agosto de 1999, em Recife, aos 90 anos, depois de ser indicado quatro vezes para o Prêmio Nobel da Paz, e de receber pelo menos seiscentas condecorações, entre placas, diplomas, medalhas, certificados, troféus e comendas.

³⁴ Que nasce em São José do Egito-PE.

ele já servia de ponte entre Arraes e Guerra, que vinham mantendo uma relação conflituosa (SAMPAIO, 2001). Walfredo ficou por dois anos consecutivos como presidente da Assembleia Legislativa.

Imagem 10 - O deputado estadual Walfredo Siqueira ao lado do Governador Paulo Guerra durante discurso de inauguração da energia elétrica da cidade de Itapetim-PE em 1965. Na foto: 1 -Walfredo Siqueira, 2 - Paulo Guerra, 3 - Carlézio Monteiro.



Fonte: Arquivo pessoal

Ao pesquisar no jornal *Diário de Pernambuco*, me deparei com diversas matérias sobre a cidade de Brejinho, bem como, as demais do sertão do Pajeú, e uma quantidade mais expressiva de matérias identifiquei, principalmente, a partir dos anos 1960, se acentuando após 1964. Ao analisar tal situação, me deparei com um cidadão da cidade de São José do Egito ocupando a função de vice-governador do estado. O que conseqüentemente fez com que os olhos da capital se voltassem para a região do Pajeú. “Assim, sem ter pretendido nem imaginado, quis o destino que o “matuto” de São José do Egito, beneficiador de algodão e pecuarista, se tornasse de fato e de direito vice-governador de Pernambuco, tendo 17 vezes assumido o cargo como substituto do titular” (SAMPAIO, 2001, p. 54).

Walfredo era uma figura bastante conhecida em Brejinho, sempre frequentou a cidade, tinha amigos e correligionários. Participou de todo processo de emancipação política e atuou diretamente na política municipal apoiando o grupo do PSD. Em matéria publicada no *Diário de Pernambuco* em 23 de abril de 1965, o jornal destaca que ele viajou de Recife para o sertão para acompanhar de perto as primeiras eleições realizadas nos novos municípios criados no Pajeú, entre eles Brejinho. Na Imagem a seguir, Walfredo aparece se confraternizando com seus aliados.

Imagem 11 – O deputado estadual Walfredo Siqueira na casa do prefeito de Brejinho, João Resende Neto (Que não aparece na foto) em 1970. Walfredo é o homem de terno, o primeiro do lado esquerdo, o terceiro (sem terno) é José Severino de Araújo, primeiro prefeito eleito em 1965.



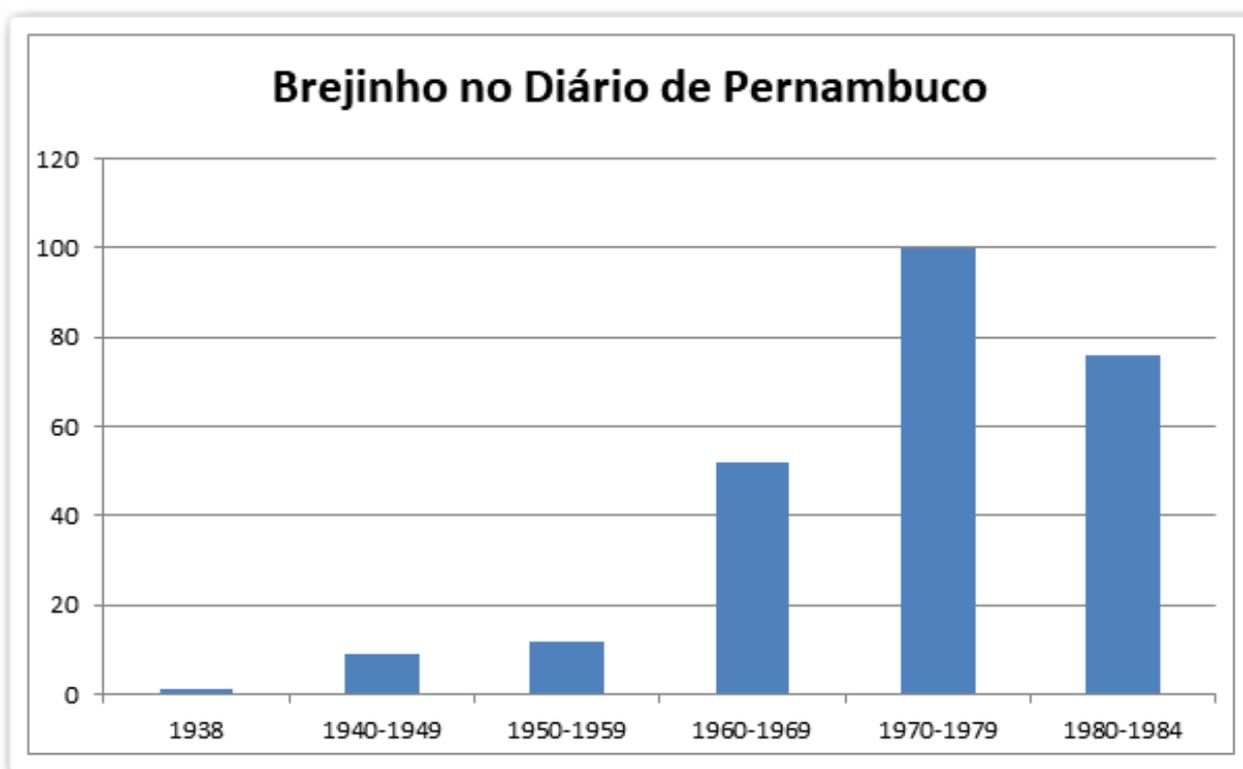
Fonte: Arquivo pessoal

A respeito da presença do *Jornal Diário de Pernambuco* na cidade, é importante destacar que em Pernambuco, a partir do final do século XIX, a imprensa teve um vasto desenvolvimento. Em 1821 surgiu o *Aurora Pernambucana*, primeiro periódico do estado, e em 1825, o *Diário de Pernambuco*, em circulação até os dias atuais, o que lhe confere o título de jornal em circulação mais antigo da América Latina. Conforme destaca Quintela (2013), a

circulação dos impressos não ficou restrita à capital, mas adentrou pelo interior. Isso se comprova pela quantidade de matérias que deram destaque no *Diário* para o sertão pernambucano; as cidades do Pajeú, assim como Brejinho, são exemplos disso.

Em Brejinho, apesar da quantidade reduzida de jornais que circulavam entre os moradores, seja por assinatura ou compra, é possível encontrar seu nome citado diversas vezes no *Diário de Pernambuco*, conforme dados pesquisados no periódico através da Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Em minha pesquisa, localizei uma matéria referente à Brejinho pela primeira vez no dia 22 de setembro de 1938. A partir dessa data as matérias jornalísticas sobre a cidade foram aumentando, conforme se pode acompanhar no gráfico a seguir:

GRÁFICO 01 – GRÁFICO COM O TOTAL DE MATÉRIAS SOBRE BREJINHO-PE NO *JORNAL DIÁRIO DE PERNAMBUCO*



Obs.: O *Diário de Pernambuco* está digitalizado na Hemeroteca Digital somente até o ano de 1984.

Fonte: Elaborado pelo autor

O teor das matérias está relacionado a fatos do cotidiano, bem como às questões da seca, todavia, em sua maioria se relacionam com questões de ordem política; relativos à atuação que políticos da região do Pajeú tiveram no estado de Pernambuco. Pois, como já mencionado anteriormente, a cidade de São José do Egito conseguiu eleger entre os anos 1950

e 1970 alguns deputados filhos da terra, sendo que, dois deles, eleitos deputados estaduais para a Assembleia Legislativa, Inácio Mariano e Walfredo Siqueira, tiveram vários mandatos e estiveram ligados à história e à política de Brejinho. Na eleição de 1967, o egípcio Josias Leite, genro de Walfredo, se elegeu deputado federal, sendo votado e apoiado por lideranças de Brejinho.

Conforme circunstâncias já descritas, Walfredo Siqueira como presidente da Assembleia Legislativa entre 1964 e 1965 atuou na função de vice-governador, assumindo o comando do estado em algumas ocasiões. Walfredo, que era homem de confiança do governador, ainda concorreu à presidência da Assembleia Legislativa no ano de 1966, e sua vitória era tida como certa. Entretanto, o deputado Paulo Rangel Moreira, eleito pela já extinta UDN, contou com o apoio e a articulação do ex-governador também udenista Cid Sampaio para vencer Walfredo com cinco votos de diferença, na tarde de 13 de março, causando enorme surpresa ao governo. A inesperada derrota de Walfredo Siqueira para presidência da Assembleia causou inquietação até na capital federal.

A nova mesa diretora teve em sua composição três deputados do MDB (Movimento Democrático Brasileiro), partido de oposição ao regime militar, o que desagradou o presidente Castelo Branco, que telefonou para Paulo Guerra o convocando para uma audiência na semana seguinte, uma vez que desejava entender o que tinha dado errado com a eleição. A derrota de Walfredo também mudou os planos de Paulo Guerra, que se planejava para deixar o governo estadual e concorrer ao cargo de deputado federal nas eleições seguintes, dessa forma, seu amigo e aliado sertanejo, o deputado Walfredo Siqueira, assumiria definitivamente o governo do estado até a posse do novo governo eleito, esse era o plano. Mas a vitória da oposição na Assembleia fez Paulo Guerra desistir da empreitada e cumprir seu mandato até 31 de janeiro de 1967.

Nessa eleição de 1966 o agora ex-presidente da Assembleia não disputou mandato e, por conseguinte, apresentou seus dois genros como candidatos, Josias Ferreira Leite para a Câmara Federal e Francisco Leite Perazzo para estadual, ambos eleitos. Walfredo buscava com esse feito fazer uma demonstração de força política no Pajeú e no Estado. A vitória de seus genros era também a prova de que soube tirar proveito do prestígio que usufruiu durante o governo de Paulo Guerra e das vezes em que ocupou a cadeira de governador. Nesse ano, já em pleno regime militar a eleição para governador foi indireta, Nilo Coelho, da Arena, foi eleito pelos deputados. Houve voto popular para senador, deputado federal e estadual.

Em Brejinho, as forças políticas das primeiras eleições se dividiam entre o grupo do PSD e o grupo da UDN, apoiado pelo deputado estadual Inácio Mariano, de São José do

Egito. Walfredo Siqueira indicou o prefeito interino, Ivo Vicente, e apoiou o primeiro prefeito eleito, José Severino de Araújo, e o segundo, João Resende Neto; na imagem 11, ele estava comemorando na casa de João Resende sua vitória na eleição municipal de 1969. Siqueira disputou e venceu 4 eleições para deputado estadual, sendo a primeira em 1951 e a segunda em 1954, pelo PSD; em 1962 concorreu pelo PST e em 1974 pela Arena. Sua votação foi aumentando gradativamente, em 1954 teve 3.416 votos, passando para 5.379 em 1962 e alcançando em 1974 um número de 14.278 votos.

Habilidoso nas questões políticas, o deputado tinha apenas o curso ginásial. Porém discursava muito bem sobre os mais variados temas. Até o ano de sua morte em 19 de dezembro de 1975, o deputado manteve forte atuação política em Brejinho e no Vale do Pajeú (SIQUEIRA, 2011). Após sua morte, Josias Leite, seu genro, seguiu como deputado federal, por outras legislaturas. A morte de Walfredo Siqueira foi capa no *Diário de Pernambuco* em 20 de dezembro de 1975, ele faleceu na capital em consequência de complicações cardíacas, e foi sepultado em São José do Egito, cidade que governou em dois mandatos, às 10h00min da manhã de 20 de dezembro, com honras de chefe de estado. O então governador Moura Cavalcante decretou luto oficial por três dias no estado.

Enfim, em seus primeiros anos como cidade (ver anexo B), Brejinho viu crescer a ligação com a figura de Walfredo Siqueira, um dos homens mais influentes na política, que além de angariar recursos para o município marcava presença tanto nas festividades como em dias comuns. Ele teve vários compadres na cidade, era comum vê-lo na casa de seus amigos em Brejinho, fato que deixava os moradores orgulhosos, pois era o mesmo homem que em diversas ocasiões ocupou o governo do estado provisoriamente. Conseguiu realizar diversas obras no interior do estado, principalmente em sua região; dentro do programa de eletrificação³⁵, empreendido pelo governo Paulo Guerra, iniciado em 1965, o Vale do Pajeú foi a microrregião mais beneficiada no sertão. Em suma, mais do que obras Walfredo Siqueira fez os olhos da capital se voltarem para o sertão, principalmente o do Pajeú.

Desta maneira, ao refletir sobre a frase de Marx citada no início deste capítulo, vamos entendendo que os personagens que se destacaram na história de Brejinho foram agentes de sua própria história, que mediante suas relações foram interferindo e construindo a da comunidade; todavia, o desenrolar dos fatos estavam intrinsecamente ligados ao contexto político e social do sertão do Pajeú, bem como de Pernambuco, fatos que foram seguindo, em certa medida, o desenrolar de outros personagens que fizeram com que sua influência

³⁵ Abordaremos de maneira mais enfática a eletrificação em Brejinho e no sertão do Pajeú no Capítulo II, especificamente no item 2.1.

chegasse a Brejinho. Essas redes traçaram o desenrolar da comunidade, e muitas se fazem presentes até os dias atuais.

Nas páginas seguintes, começo destacando a história de um personagem que embora não soubesse ler, era um contador de histórias, para refletir sobre a vida daqueles que no sertão nordestino não tiveram acesso à escolaridade. E, na sequência, trato da história das bibliotecas para em seguida adentrar no processo de fundação da Biblioteca Pública Municipal e seu desenvolvimento ao longo dos anos, apreendendo a influência de políticas federais de promoção da leitura, o impacto causado por elas na cidade e seu desenvolvimento com o passar do tempo.



II. Os caminhos dos livros

“Que coisa assombrosa é um livro. É um objeto plano feito de uma árvore, com partes flexíveis, nas quais estão impressos muitos rabiscos escuros engraçados. Mas em uma olhada, estamos dentro da mente de uma pessoa. Talvez alguém que tenha morrido há milhares de anos. Através do milênio, um autor fala clara e silenciosamente dentro de nossa cabeça, diretamente a nós. Escrever talvez seja a maior das invenções humanas, unindo pessoas estranhas que jamais se conheceram, cidadãos distantes. Os livros rompem os grilhões do tempo, ele é a prova que os humanos são capazes de fazer mágica”.

(Carl Sagan, 2014)

2.1. Sem palavras para ler e com histórias para contar

Para estabelecer comunicação com nossos pares, podemos fazê-la através da linguagem verbal e não verbal; a linguagem esteve presente na história humana desde os primórdios, como diz Higounet (2003), o homem primitivo recorreu a engenhosos arranjos de objetos simbólicos ou sinais materiais para se expressar e estabelecer comunicação. Gomes (1983, p. 5) também atenta que “a capacidade de comunicação é inerente ao homem, que, através do tempo, utilizando-se de símbolos e signos, desenvolveu sistemas gráficos que permitem preservar sua herança cultural”. Hoje, mais do que nunca, a palavra escrita está bastante presente em nosso cotidiano, é preciso ler: livros, placas, letreiros, rótulos, etc., e embora os dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) apontem que ainda há no Brasil 11, 8 milhões de analfabetos³⁶, dos quais 14,8% se encontram no Nordeste, outrora, entre as décadas de 1960 e 1980, esse dado era mais alarmante.

Concordo com Coelho (2011, p. 11) quando aponta que “entre os diversos problemas que afetam a nossa nação, a ausência do hábito de ler é um dos mais graves”; na sociedade contemporânea a leitura tornou-se uma necessidade básica, e é notório que não há país que seja plenamente desenvolvido sem uma população leitora, pois

³⁶ IBGE, dados de 2018.

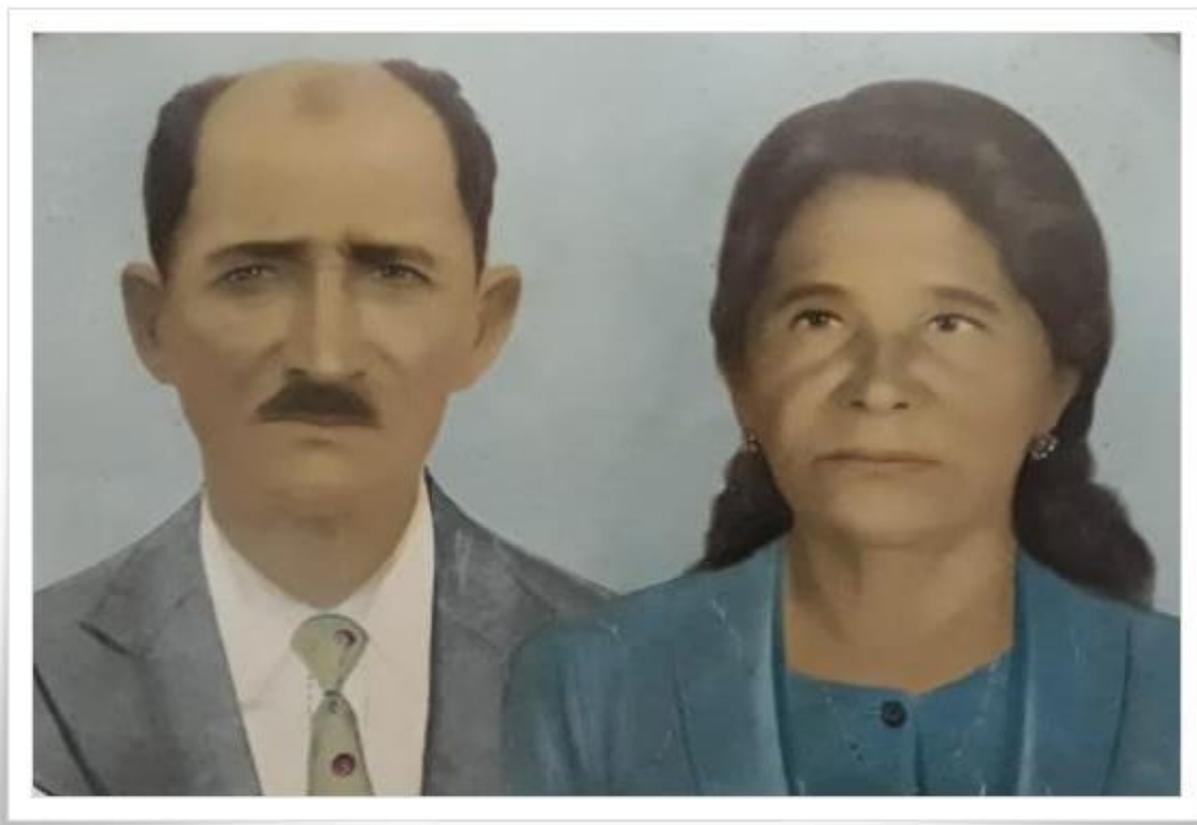
[...] do simples operário que precisa ler instruções e ordens de serviço ao grande empresário diante de um importante contrato; do eleitor na hora do voto ao presidente do país que precisa ler seus discursos e estar atento a tudo o que outorga; dos pais ao acompanhar a educação dos filhos aos pensadores dos sistemas educacionais, todos em uma sociedade civilizada são obrigados a utilizar múltiplas formas de leitura e interpretação de textos (livros, jornais, revistas, computadores, relatórios, pareceres, documentos, tabelas, correspondências, cálculos e uma infinidade de formas escritas) (COELHO, 2011, p. 11).

Como visto anteriormente, o povoado de Brejinho, que pertencia a Itapetim-PE, foi emancipado por meio da lei estadual nº 4.996, de 20/12/1963, com uma população em torno de sete mil habitantes. Em 1960, quando ainda era distrito, dispunha de duas escolas; em 1971, a nova cidade já contava com 502 alunos distribuídos em 11 escolas de ensino primário espalhadas pelo município e uma de ensino médio.

Entre os moradores de Brejinho, se destacava o senhor José Bento Ferreira, que embora não soubesse ler, tinha uma qualidade peculiar, sabia contar histórias. Nos anos 1960 o analfabetismo no Nordeste chegava a 80% nas zonas rurais, conforme Gomes Junior (2015). José Bento nasceu em 10/10/1910, em um sítio chamado Pedra D'água, hoje pertencente ao município de Maturéia-PB. Casou-se com Josefa Pereira da Silva, teve dez filhos, e no início dos anos 1960 foi morar de favores no sítio Lagoa, zona rural de Brejinho; em 1962 comprou um terreno no sítio Serrinha e mudou-se para lá com sua família. Chegou à Brejinho quando era um povoado e ainda pertencia a Itapetim-PE, viu a emancipação política e votou na primeira eleição municipal.

José Bento Ferreira é meu avô materno, quando eu nasci, em fevereiro de 1989, ele já tinha falecido. Tudo que sei sobre ele são relatos que ouvi de minha mãe, são memórias familiares que guardei comigo. A escolha por destacá-lo nessa pesquisa passa por essas memórias, e pelo encantamento que me causa a história de alguém que não sabia ler e nem escrever e que teria a capacidade de criar tantas histórias.

Imagem 12 – José Bento Ferreira e sua esposa Josefa Pereira da Silva



Fonte: Arquivo pessoal

Dos seus 10 filhos, eram quatro homens e seis mulheres³⁷, nenhum deles tinha registro de nascimento, todos foram tirados em 1965, por ocasião da eleição para prefeito e vereadores que ocorreu em 25 de abril daquele ano³⁸. Segundo consta, a família votou no candidato Lourival Costa, da UDN (União Democrática Nacional) e ganharam a certidão de nascimento, mas o seu candidato perdeu a eleição, sendo eleito José Severino de Araújo, do PSD (Partido Social Democrático), assumindo a prefeitura para o mandato de 1965 a 1969.

Um hábito cultural muito comum nas cidades do interior nordestino e, talvez ainda seja, é o das pessoas se reunirem para conversar durante a noite, ouvir cantoria de viola e participar de novenas. Ramalho (2000), inclusive, coloca a cantoria como o maior divertimento do homem do campo, e relata sobre essa arte afirmando que:

Cantoria, portanto é uma instituição que congrega público, através do “promovente” e dos demais “apologistas”, admiradores dessa arte do improvisado cantado – em torno dos cantadores. É, tradicionalmente, uma das festas sertanejas que atrai famílias inteiras das redondezas de uma

³⁷ Dados da Certidão de óbito, 25 de outubro de 1984.

³⁸ Nessa primeira eleição não houve votação para o cargo de vice-prefeito.

comunidade, em torno dessas figuras do improviso cantado. A sua especificidade constitui o Desafio, essa ‘peleja’, essa disputa entre dois artistas concorrentes à construção improvisada do melhor verso cantado (RAMALHO, 2000, p. 89).

Advindo do canto amebau grego, difundido em áreas rurais da Europa, há mais de trinta séculos, a cantoria se assemelha com os trovadores medievais, tendo os árabes se inspirado nessa fonte, juntamente com trovadores de Provença, no Sul da França, século XI, chegando também à Espanha através dos palacianos. Os trovadores de Provença percorriam a Europa levando alegria aos senhores feudais, presos em seus castelos, nessas andanças, as trovas francesas se fundem com a poesia portuguesa, fazendo surgir novas formas poéticas de linguagem.

Em decorrência do processo de colonização da América, a poesia entra no Brasil em meados do século XIX, alojando-se de forma acentuada no interior do Nordeste, mais precisamente na Serra do Teixeira, sertão paraibano; foi lá que nasceram os primeiros repentistas de que se tem notícia. Sendo que dessa forma, o legítimo cantador de viola é genuinamente brasileiro. Como Brejinho-PE está ligado a Teixeira-PB, sendo a porta de ligação entre o Pajeú e a Paraíba, é provável que esse tenha sido o caminho por onde a cantoria desceu a Serra do Teixeira adentrando em Pernambuco. As cidades de São José do Egito e Itapetim são bem conhecidas pela forte presença de cantadores. Como Brejinho emancipou-se apenas em 1964, seu destaque no universo da cantoria teve pouca visibilidade.

Mas desde os tempos em que era apenas um povoado, a cantoria de viola era prática apreciada por seus moradores. Sendo João Izidro Ferreira seu poeta mais conhecido. Ele nasceu em 1897 no sítio Serraria, em Brejinho, a família de seu pai se instalou nessa região no início do século XIX. Como destaca Costa e Passos (2013, p. 42), “foi nas margens do Rio Pajeú que nasceram [...] grandes nomes da poesia nordestina, como, por exemplo, João Izidro”. O Rio Pajeú nasce em terras brejinhenses, no sítio Brejinho dos Ferreiras, bem próximo da Serraria. Izidro começou a cantar de viola entre os anos de 1940 e 1945.

É possível que pela proximidade territorial, João Izidro tenha tido seu primeiro contato com a poesia na vizinha cidade de Teixeira-PB. Cantou com grandes nomes da cantoria nordestina, como: Lourival Batista, Pinto do Monteiro, Jô Patriota, Pedro Amorim e outros. Cantou com outros poetas brejinhenses como: Pedro Jacinto, Vital Paca e Nicolau. Sempre andando a cavalo, cantou em feiras, em casas de família e em grandes salões. Quando faleceu no ano de 1969, aos 72 anos de idade, ele estava residindo no sítio Aroeira, município de Itapetim. Está sepultado no cemitério Manoel Lulu, em Brejinho, sua cidade natal.

É provável que o poeta João Izidro e o contador de histórias José Bento tenham se encontrado algumas vezes nas cantorias realizadas pela zona rural. O sítio Serrinha fica próximo de Brejinho, a 4 km, e José Bento era bastante conhecido, não somente em Serrinha, bem como em sítios próximos. Os vizinhos costumavam ir a sua casa para ouvir suas histórias, ele também ia para a casa dos vizinhos, e algumas vezes até mesmo para sítios da redondeza, como por exemplo, o sítio Serraria.

Sem nunca ter lido uma palavra, sem ao menos saber assinar seu nome, sem que nunca tivesse saído do sertão nordestino para qualquer outro lugar, José Bento criava histórias em sua cabeça e chegava a passar a noite toda narrando aos seus ouvintes. Eram histórias engraçadas, histórias de vida e muitas de assombração, essas eram as preferidas de seus ouvintes, segundo me contaram os que com ele conviveram. José Bento ao que parece conhecia as palavras, brincava com elas, criava histórias, mas não sabia escrever, não aprendeu a colocar no papel toda magia contida nas letras; isso me leva a pensar no que diz Paulo Freire (2011), quando evidencia que a leitura do mundo precede a leitura da palavra e que linguagem e realidade se prendem dinamicamente. Outro fato curioso é que José, apesar de ter um rádio de pilha em casa, não tinha tempo e nem condições de ouvi-lo constantemente, as pilhas eram caras e o dia inteiro a labuta cotidiana lhe tomava tempo.

As memórias sobre essa habilidade de contador de histórias de meu avô que sempre me encantaram e que de certa forma inspiraram esse estudo, me remetem à história da cantoria como uma prática oral, é a palavra cantada, metrificada, o cantador não escrevia seus versos, eles acabavam sendo decorados pelos ouvintes. Em uma época em que o acesso à palavra escrita era muito escasso, principalmente no sertão, a oralidade foi de suma importância, ela levava informações, estabelecia comunicação e, ao mesmo tempo, divertia as pessoas. A oralidade se fez muito presente nas comunidades desde a Idade Média como aponta Merege (2011, p. 129), “durante toda a Idade Média a transmissão da informação e do conhecimento foi feita em sua maior parte por via oral [...] quando menos de 1% da população da Europa ocidental era capaz de ler”.

De acordo com Villalta (1998), a leitura oral, pública e privada era comum em Portugal, o mesmo destaca que o Rei D. José I havia instituído “o sistema de ‘ouvir ler’, em que lavadeiras, carregadores e moleques de rua juntavam-se para ouvir histórias contadas por cegos e adquirir folhetos de cordel” (VILLALTA, 1998, p. 11). Em Coimbra os estudantes costumavam ler em voz alta tanto em suas casas como pelas ruas, emprestavam seus livros e discutiam seus conteúdos. Como sempre havia brasileiros entre eles, essa prática atravessou o oceano, e Villalta (1998) nos diz que a leitura oral, pública e privada, proliferou na medida em

que reinava o analfabetismo. O mesmo autor destaca em sua pesquisa um exemplo ocorrido em Ouro Preto - MG, em que nos idos de 1722 várias pessoas se reuniam com o senhor Diogo Henrique para ouvi-lo ler o livro *Eva e Ave*, de Antônio de Souza de Macedo, e falar sobre a vida dos santos. Por conseguinte, quando os poetas começaram a imprimir seus versos em folhetos, eles ainda carregavam as marcas da oralidade, como destaca Abreu (1999, p. 91), “no final dos anos oitocentos, parte do universo poético das cantorias começa a ganhar forma impressa, guardando, entretanto, fortes marcas de oralidade”.

Quando o Brasil se emancipou de Portugal em 1822, o número de analfabetos era de 80% excluindo-se os índios e os escravos, como revela Milanesi (1998), a grande maioria do universo de leitores naquele período era, provavelmente, de padres, de professores, de bacharéis, de profissionais liberais e de poucos estudantes. A posse do livro se concentrava entre os detentores de terras e escravos, com destaque para os padres e os advogados como os que mais possuíam obras. Esse fato predominou por todo período colonial, tanto no século XVI como XVII, tendo uma pequena alteração a partir do século XVIII, e mesmo assim, o número de proprietários de livros era extremamente pequeno, segundo a historiografia consultada há que se destacar que passados tantos anos, a mudança no panorama dos alfabetizados pouco mudou; já na segunda metade século XX, em meados da década de 1980, Darcy Ribeiro (1986) enfatizava que a crise na educação do Brasil não era uma “crise” de fato, mas um programa, manter o povo sem instrução sempre foi um dos propósitos da classe dominante brasileira. As ações para mudar esse panorama foram bastante tímidas, e o número de alfabetizados cresceu de forma muito lenta, como veremos mais adiante ao tratar da fundação da biblioteca de Brejinho.

Dessa forma, a presença da oralidade se fez marcante em nossa sociedade, com bloqueios diversos do acesso à escolaridade e à leitura, sem que ela tivesse vivido de uma forma mais ampla, um acesso à cultura letrada em todas as camadas sociais. Ao analisar essa falta de acesso aos impressos, que gera até os dias de hoje certo desapego pelos livros e pela leitura, uma sociedade que prefere ver televisão ou fazer qualquer outra coisa ao invés de ler um livro; Milanesi (1998, p. 34) frisa que “a população brasileira passou direto da oralidade aos meios de comunicação que a reforçam, sem que existisse a possibilidade da cultura letrada – como ocorreu em quatrocentos anos pós-Gutenberg na Europa”.

Nas práticas de oralidade empreendidas por José Bento, os encontros aconteciam sempre iluminados pela luz de velas ou candeeiro³⁹, quando era noite de lua cheia, a

³⁹ Objetos utilizados para iluminar o ambiente, funcionam com gás.

iluminação era por conta dela. Quando Brejinho se tornou cidade, ainda não havia energia elétrica na zona urbana. Desde 1954 havia um motor movido a óleo que funcionava das 17h00min às 22h00min iluminando as ruas da cidade. Em 1965 o então Governador de Pernambuco, Paulo Guerra, deu início a uma “grandiosa” obra de eletrificação de toda região do Pajeú, inicialmente seriam atendidas as sedes de cada um dos municípios⁴⁰. A rotina do motor de energia ainda perdurou até novembro de 1966, quando Paulo Guerra visitou Brejinho para inaugurar os serviços de energia elétrica, conforme sua agenda publicada no *Diário Oficial*, a solenidade se deu às 22h00 do dia 5⁴¹, tornando-se uma data bastante significativa para a nova cidade, além da energia, era a primeira vez que um Governador do Estado pisava em terras brejinhenses.

A luz elétrica começou a chegar à zona urbana de algumas cidades do interior, mas, foi uma chegada de forma lenta. Depois de 1966, passaram-se dez anos para que uma comunidade rural de Brejinho recebesse energia elétrica. Em setembro de 1976, o governo do estado começou a implantar o “Programa de eletrificação de vilas e povoados”, Vila de Fátima, distante 10 km da zona urbana, foi beneficiada. Esse povoado havia herdado o antigo motor que gerava energia na cidade de Brejinho, e funcionou de 1968 até o ano da inauguração da eletricidade em 1976. Mas, José Bento partiu sem que visse essa conquista em seu sítio. Em 1981, ele sofreu um AVC (Acidente Vascular Cerebral), que o impossibilitou de andar, e o mais grave, a doença lhe tirou seu bem mais precioso, sua voz. Ele ficou três anos e meio sem falar, faleceu em sua casa no dia 24/10/1984. Naquela noite, na sala que foi testemunha de tantas histórias, ouvia-se apenas choro, ouvia-se silêncio, sentia-se dor.

No sítio Serrinha, onde morava José Bento, os candeeiros só foram apagados em 16 de maio de 1995, 11 anos após sua morte, e 29 anos após a energia ter chegado a Brejinho. Sua esposa havia falecido em 18 de dezembro de 1994, viveu 10 anos sem seu contador de histórias, não viu a luz elétrica em sua casa, mas viu a luz das palavras, viajou sem sair do lugar, teve medo sem ver assombração, sorriu com personagens que não conhecia, conheceu o desconhecido. De onde José tirava suas histórias, como as criava, não sabemos, suas narrativas ficaram esquecidas no tempo, não foram escritas, mas os sentimentos despertados por elas seguem vivos.

Como salienta Ferreira (2016, p. 646), “a leitura é um bem social e deve cumprir o seu papel social de esclarecer, iluminar e igualar todos os cidadãos e cidadãs. Para tanto, o Estado precisa criar as condições favoráveis a esta formação cidadã”; ao refletir sobre essa afirmação,

⁴⁰ *Diário Oficial de Pernambuco*, julho de 1965.

⁴¹ *Diário Oficial de Pernambuco*, novembro de 1966.

vejo que o caso de José Bento Ferreira, meu avô materno, é apenas um entre os milhares que existiram ou existem no Brasil. Um país ainda marcado pelos altos índices de analfabetismo, pela desqualificação de toda uma rica cultura popular onde as marcas da desigualdade social estão presentes por toda parte. Para os mais pobres, falta comida, falta casa, falta escola e faltam livros, muitos ainda não sabem ler, e os que sabem não aprenderam a gostar dessa prática, a escola ensina a ler, mas não forma leitores. Pois como veremos mais adiante, ler é conhecer, e conhecer é poder, nesse sentido, quanto menos leitores existirem mais submissos haverá.

2.2. História das Bibliotecas

Ao pensarmos em uma biblioteca, é comum imaginarmos um lugar com diversos livros organizados em estantes. A própria definição da palavra que consta em dicionários nos remete a isso, uma coleção de livros que se dispõe de maneira ordenada, edifício onde é possível ler ou pesquisar em livros. Goulemot (2011) destaca três sentidos para a palavra “biblioteca”, primeiro uma coleção de livros, de manuscritos; segundo um lugar onde os livros estão arrumados, e em terceiro um móvel com prateleiras que servem para arrumar livros, e conclui dizendo que “uma biblioteca pública é essencialmente um lugar consagrado à leitura” (GOULEMOT, 2011, p. 07). E se hoje podemos encontrar esses ambientes em diversas cidades, é importante saber que sua existência se fez presente já na Antiguidade, sendo assim, é uma instituição que esteve presente ao longo da História; inegável que passou por transformações, ao mesmo tempo em que alguns detalhes permanecem até a contemporaneidade. Nas bibliotecas encontramos os livros, e nos livros a palavra escrita, logo, as primeiras formas de organização de livros, surgiram inicialmente nas civilizações onde as primeiras formas de escrita foram encontradas, como relata Casson (2018, p. 11).

Foi no Egito e na Mesopotâmia, terras abundantemente irrigadas por grandes rios, que surgiu a civilização. É lá que encontramos os mais antigos exemplos desse aspecto fundamental da civilização: a escrita. Tabuletas de argila gravadas que datam de pouco antes de 3.000 a.C. foram descobertas entre os vestígios arqueológicos dos sumérios, um povo talentoso assentado no sul da Mesopotâmia.

Nesse sentido, Barbier (2018, p. 30) enfatiza que “as bibliotecas só podem surgir e se desenvolver em civilizações que não só conhecem a escrita, mas em que esta atingiu um nível de difusão bastante amplo”, ao passo que Goulemot (2011, p. 27) salienta que “elas obrigam a

vincular a origem das bibliotecas não à leitura, mas à escrita”. Dessa maneira, data da metade do quarto milênio o surgimento dos primeiros depósitos de textos, cujos suportes eram tabuinhas de argila e, posteriormente, rolos de papiro. Vale ressaltar que nas primeiras tabuletas de argila são encontradas simples anotações de números e de mercadorias, segundo Casson (2018, p. 12), “a escrita, ao que parece, começou como uma forma primitiva de contabilidade”; mas, seu uso logo foi ampliado para registrar inúmeros acontecimentos ligados ao cotidiano. Milanesi (1998) também destaca que a história da biblioteca é a história do registro da informação, que na medida em que aumentava, necessitava de novas formas de organização.

Por conseguinte, podemos citar a célebre epopeia de Gilgamesh, uma das primeiras obras da literatura mundial, um poema épico em que se narram lendas sobre o mitológico Gilgamesh, e que foi encontrada na biblioteca do rei da Assíria, Assurbanipal, “a mais famosa de todas as bibliotecas [...], em Nínive, construída no período da dominação assíria (séc. IX – VII a. C.)” (MEREGE, 2011, p. 173), e que reunia em seu acervo cerca de trinta mil tabuinhas. Ainda de acordo com Merege (2011) tal como ocorre em nossos dias atuais, as bibliotecas da Mesopotâmia eram organizadas de acordo com normas e sistemas que facilitavam a consulta, ao passo que as tabuinhas eram armazenadas em estantes, caixas ou cestas às quais se amarravam etiquetas – também de argila – que especificavam seu conteúdo.

Nesse processo, Barbier (2018) destaca que os egípcios substituíram a tabuinha de cera, relativamente atravancadora e pouco prática, pelo rolo de papiro, planta comum no delta do Nilo, e que é um suporte barato e mais eficaz. “A mais antiga biblioteca egípcia conhecida até hoje é uma biblioteca real de Gizé que remonta a meados do terceiro milênio” (BARBIER, 2018, p. 36-37). Por volta de meados do século VIII a. C. os gregos pegaram emprestado dos fenícios sua forma de escrita e adaptaram para sua própria língua, assim a escrita alfabética que os gregos inventaram possibilitava uma alfabetização rápida e fácil. É nesse meio que aparecem e se desenvolvem na Grécia as primeiras coleções de livros, em que tanto Eurípedes como Aristóteles, que foi um grande amante de livros (GOULEMOT, 2011), já possuíam uma biblioteca pessoal.

Todavia, ao se falar em bibliotecas no mundo antigo, é inevitável que se comente sobre a de maior destaque, que foi a Biblioteca de Alexandria, no Egito, representando seguramente a primeira verdadeira biblioteca pública de acordo com Goulemot (2011); fundada por Ptolomeu I e fruto das conquistas que o rei da Macedônia, Alexandre O Grande, empreendeu; ele, tendo estudado em Atenas com Aristóteles, foi um grande admirador da cultura grega, difundindo-a em suas conquistas.

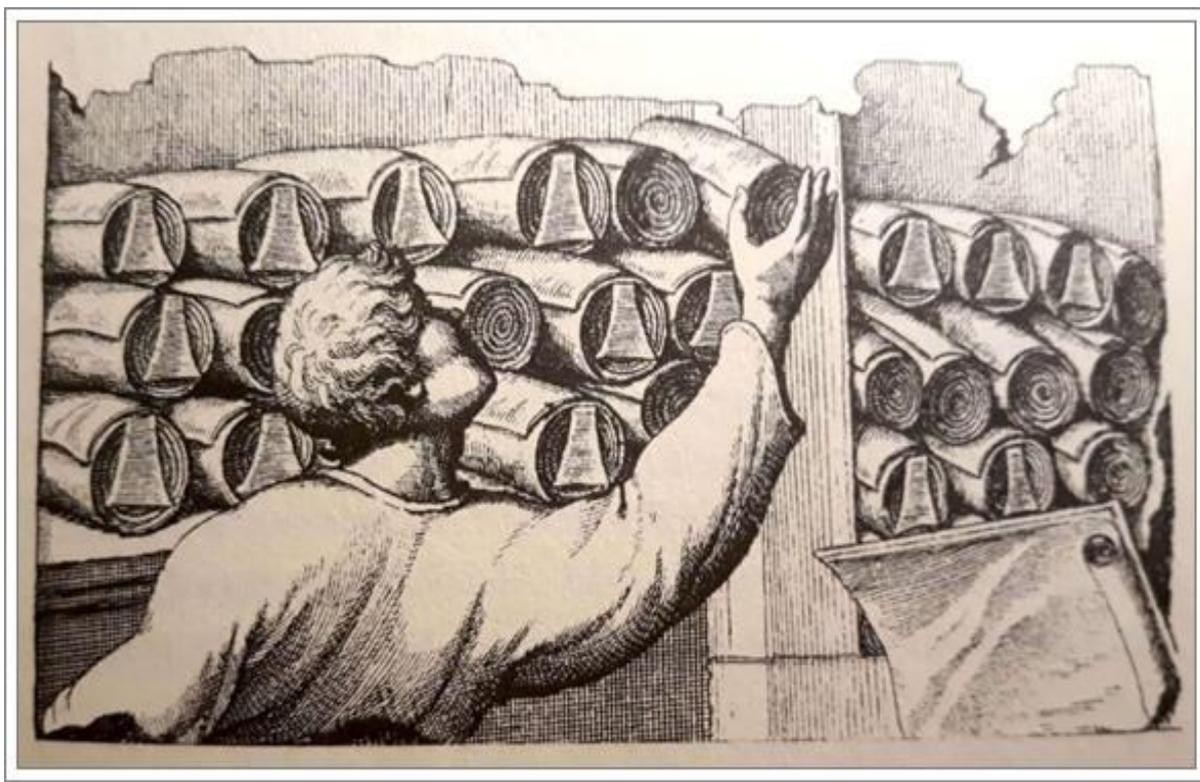
A Biblioteca de Alexandria, fundada por volta de 300 a. C. ou poucas décadas mais tarde, foi a primeira de sua espécie, e por toda história antiga continuou sendo a maior de seu tipo [...] A Biblioteca de Alexandria era abrangente, reunindo livros de todos os tipos oriundos de todos os lugares, e era pública, aberta para qualquer pessoa academicamente apta ou com qualificações literárias (CASSON, 2018, p. 43).

A Biblioteca de Alexandria segundo a historiografia era bastante organizada e contava com um diretor nomeado pela corte. Seus rolos eram organizados de acordo com a natureza do seu conteúdo, verso ou prosa, literário ou científico; havia etiquetas com os nomes dos autores, e tudo organizado em ordem alfabética. “Os rolos da biblioteca principal totalizavam 490 mil, e na ‘biblioteca filha’, 42.800” (CASSON, 2018, p. 49). Mediante rico acervo de obras, Alexandria passou a ser um centro que acolheu vários intelectuais da época. No entanto, sua grandeza não a privou de diversas intempéries, como aponta Goulemot (2011, p. 35):

[...] O primeiro incêndio da biblioteca, foi provocado por César ao sitiá-la Alexandria. Na sequência desse primeiro incêndio, segundo uma lógica defensiva em uma cidade cercada, a biblioteca fora reconstruída e enriquecida pelo reis de Pérgamo, que Antônio diz-se ofereceu a Cleópatra. Ela teria contado com mais de 300 mil títulos antes de voltar a ser parcialmente destruída em 390, por ocasião das lutas que opuseram cristãos e pagãos, para ser enfim reconstruída no começo do século VI e definitivamente aniquilada em 641 [...].

Além da Biblioteca de Alexandria, existiram outras por volta do começo do século II a. C., como por exemplo, a da cidade de Pérgamo. Na imagem a seguir podemos ver diversos rolos organizados em uma estante de biblioteca.

Imagem 13 – A Biblioteca de Neumagen (reproduzida também por Christoph Schwarz, *De Ornamentis Librorum*, Leipzig, Langenheim, 1756), (Coleção Quelleriana).



Fonte: Casson (2018).

Casson (2018) destaca em sua obra, que a partir do século IV a. C. era comum na Grécia a posse de bibliotecas particulares por parte das famílias que tinham dinheiro. E, mais adiante, no século II, os romanos também começaram a adquirir coleções de obras gregas, influenciados por sua admiração com essa cultura. Em 39 a. C., Pólio, pegando uma ideia que era de Júlio César, criou a primeira biblioteca pública romana. Em 14 d. C. Roma contava com três bibliotecas públicas, no ano 350 d. C. esse número chegaria a 29. A partir do século V d. C., com a queda do Império Romano e a ascensão do cristianismo, a literatura passou por significativas mudanças. O número de autores que se dedicaram aos temas religiosos cresceu enormemente, embora isso não signifique que os outros temas tenham deixado de existir na literatura.

Milanesi (1998), ao tratar sobre as bibliotecas também destaca o papel que a Igreja Católica teve para a preservação e difusão dos livros. Os mosteiros se tornaram importantes redutos de livros e do conhecimento medieval (MEREGE, 2011). Lá eles formavam acervos com o objetivo de conservar os livros litúrgicos e os escritos dos padres. Os monges ocupavam parte de seu tempo em copiar os textos, formando os livros, em sua maioria,

religiosos, porém, houve alguns escritos profanos que chegaram a ser copiados dentro dos mosteiros. Milanesi (1998, p. 20) deixa claro que “a obra literária era cara e só os mosteiros (que a produziam) e os homens que detinham o poder davam-se ao luxo de possuir um livro”. Nota-se que o livro como portador do conhecimento e informação, esteve, desde os seus primórdios, restrito a um pequeno grupo. Tendo em vista ainda que o número de pessoas letradas era muito pequeno, foi a Igreja Católica que através de suas organizações religiosas se apossou tanto da palavra escrita como das formas de reprodução delas, mantendo por toda a Idade Média um controle sobre os livros e a leitura.

Contudo, o surgimento de uma outra Instituição acelerou a produção dos manuscritos, levando os livros para fora dos muros dos mosteiros. As primeiras universidades são criadas no final do século XI em Bolonha e em Paris, e em seguida se espalham pela Europa Ocidental. Posteriormente, um novo suporte barateou a produção dos livros, o papel vindo da China através da Arábia, foi introduzido no Ocidente a partir do século XII e gradativamente substituiu o pergaminho. Febvre e Martin (2017) chegam a afirmar que a invenção da imprensa teria sido inoperante se um novo suporte do pensamento, o papel, não tivesse aparecido na Europa. E foi de fato, a invenção de tipo móvel de Gutenberg no século XV que expandiu os livros a uma proporção que jamais os manuscritos poderiam alcançar.

A impressão, a partir dessa época, permitiu que o pensamento humano registrado pela escrita chegasse a um número progressivamente maior de pessoas. O livro deixou de ser produzido pelo trabalho caligráfico dos religiosos, volume por volume, e passou a sair das oficinas, barateando e acelerando o processo. Do artesanato passou-se à fabricação em série (MILANESI, 1998, p. 20).

É preciso entender que essas mudanças foram acontecendo de forma lenta e gradual, segundo Barbier (2018, p. 138), “os impressos, só vão se impor definitivamente diante dos manuscritos nas coleções das principais bibliotecas nas primeiras décadas do século XVI”. O autor ainda destaca que nesse mesmo século a imprensa, embora não seja a causa da Reforma Protestante, é o que a torna possível e, de certa maneira garante seu sucesso; com a Reforma, um novo passo é dado no sentido de facilitar o acesso aos livros. Promover a alfabetização, o ensino e as bibliotecas são partes integrantes do programa da Reforma. Um exemplo está em Genebra que, aderindo à Reforma, instituiu a instrução obrigatória já em 1536. Como mostra Barbier (2018, p. 167), a atenção dada ao livro é consideravelmente reforçada pelas escolhas doutrinárias de Lutero, “ele publica em 1524 uma mensagem aos magistrados para levá-los a

criar escolas para todas as crianças, meninas e meninos, e a manter uma biblioteca aberta para os funcionários, membros do clero e os alunos e professores”.

Novas mudanças ocorrem com a Revolução Francesa que “tirou os livros das mãos dos nobres e colocou-os à disposição da maioria” (MILANESI, 1998, p. 21). Para os líderes reformadores, o livro é o vetor chave do Iluminismo, do progresso e da civilização. Conseqüentemente, as ideias iluministas foram determinantes para o desenrolar de Revoluções na América do Norte e na França, trazendo em seu seio o uso da razão, a ciência e os livros. Barbier (2018, p. 319) acentua que “há séculos, a biblioteca (e a leitura) representa o saber, mas também o poder”, e dessa forma, cada Estado buscou imprimir um modelo de educação e de bibliotecas, com imensos acervos, assim Paris, Londres, Berlim e Washington se destacaram como capitais modelos de bibliotecas; a França também se destaca, no século XIX, como pioneira na criação de bibliotecas escolares.

No Brasil, com a impressão proibida durante todo período colonial e uma forte censura portuguesa acerca dos livros que poderiam circular nessas terras, os impressos ficaram muito restritos a uma pequena parcela da população; principalmente aos membros das ordens religiosas, como os jesuítas que tinham bibliotecas em seus conventos. “Desde a terceira década do século XVI, Portugal garantia com um zelo invulgar a adequação dos textos impressos aos interesses da Corte” (MILANESI, 1986, p. 67); eram três órgãos de censura que funcionavam de forma independente, o Santo Ofício (Inquisição) e o Ordinário, ligados à Igreja Católica; e o Desembargo do Paço, ligado ao Governo. Para que um texto fosse impresso, ele deveria ser aprovado pelos três órgãos. Essa situação se estendeu até o século XVIII, quando sob a administração de Pombal, os três órgãos de censura foram unificados, formando a Real Mesa Censória.

Porquanto, as bibliotecas chegaram ao Brasil com os jesuítas, comandados por Manoel da Nóbrega em 1549, como indica Ferreira (2016) que eles trouxeram livros para suprir os colégios que eram fundados. Na medida em que uma cidade surgia, nasciam junto com ela as igrejas e os conventos e, conseqüentemente, uma biblioteca que servia como espaço de instrução para os alunos e religiosos, esses ambientes religiosos foram durante séculos os únicos espaços de leitura no país. Ainda que de forma restrita, pois embora fosse possível visitar as bibliotecas dos conventos, muitos não o faziam por não saberem ler, “apenas os filhos das famílias abastadas sabiam ler” (FERREIRA, 2016, p. 598), esses clérigos, tanto jesuítas como também beneditinos, franciscanos e carmelitas, contribuíram para fomentar a cultura da leitura na sociedade brasileira.

Todavia, os leigos que tiveram acesso aos livros, em certa medida, conseguiram obter livros que eram proibidos pela Coroa. Isso se comprova pela quantidade de livros apreendidos com os líderes da Inconfidência Mineira em 1789, que como aponta Villalta (1998), conseguiram transformar tanto espaços privados como públicos em palcos de empréstimo, leitura e discussão literária e política acalorada. Nesse quesito merece destaque o intelectual Cônego Luís Vieira da Silva, que tinha em sua biblioteca particular um acervo magnífico para a época e o lugar, com duzentos e setenta obras em cerca de oitocentos volumes, entre os quais havia obras em latim, francês, italiano, espanhol e inglês entre outras (FRIEIRO, 2019).

Esse panorama de um Brasil sem bibliotecas públicas e com pouquíssimos livros em circulação mudou um pouco a partir de 1808 com a chegada da Família Real, que trouxe em sua bagagem um acervo de sessenta mil livros da Real Biblioteca Portuguesa, “uma das mais extraordinárias da Europa, que era na época, vinte vezes maior do que a Biblioteca do Congresso Americano em Washington” (GOMES, 2009, p. 75). Ainda nesse ano, como expõe Abreu (2010, p. 41), “no dia 13 de maio de 1808, encerrou-se um longo período de interdição à publicação de impressos no Brasil, com um decreto assinado pelo príncipe regente dom João VI instituindo a Imprensa Régia no Rio de Janeiro”.

A primeira biblioteca pública brasileira teria sido fundada em 1811 na cidade de Salvador-BA, por iniciativa de vários intelectuais recém-chegados de Coimbra. Após concluírem seus estudos em Portugal, ao desembarcarem no Brasil, esses intelectuais, filhos dos ricos fazendeiros e senhores de engenho, criavam academias e escolas literárias onde se reuniam para estudar e pensar. Como relata Ferreira (2016, p. 594), “a primeira biblioteca pública criada no Brasil, instalada em Salvador-Bahia, teve como grande incentivador Pedro Gomes Ferrão Castelo Branco, senhor de engenho que articulou o projeto com recursos próprios e com o aval do governo [...]”, ele via nos livros um instrumento de instrução popular, inclusive em seu acervo havia livros incluídos no *Index*⁴². De acordo com Milanesi (1986), a proposta inovadora, no entanto, fracassou; apesar de sobreviver de doações, sua falência foi inevitável. E após isso, as bibliotecas públicas passaram a ser iniciativas do poder público. 1811 foi também o ano em que o acervo da Biblioteca Real foi organizado no Rio de Janeiro, ficando aberto ao público em 1814. Depois da independência, já em 1825, através de

⁴² *Index Librorum Prohibitorum* (Índice dos Livros Proibidos) era uma lista de publicações consideradas heréticas, anticlericais lascivas e proibidas pela Igreja Católica Apostólica Romana. A primeira versão do *Index* foi promulgada pelo Papa Paulo IV em 1559 e uma versão revista foi autorizada pelo Concílio de Trento. A última edição do índice foi publicada em 1948 e o *Index* só foi abolido pela Igreja Católica em 1966 pelo Papa Paulo VI.

um tratado com Portugal, passou a ser denominada Biblioteca Imperial e Pública, e depois se tornou a Biblioteca Nacional.

Posteriormente foram fundadas outras bibliotecas em São Paulo (1825), no Maranhão (1829), Sergipe (1848), Pernambuco (1852) e Santa Catarina (1855). Passados 209 anos, ainda existem em nosso país cidades que não têm biblioteca pública. Segundo dados do SNBP (Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas), existem hoje 6.057 bibliotecas, uma média de uma para cada 34 mil habitantes. A Região Sudeste concentra o maior número com 1.957, e o Norte o menor, com 462 bibliotecas. Sendo que ela é, conforme destaca Gomes (1983), responsável pela preservação e transmissão da cultura, é evidente o quanto nossa sociedade perde em não ter bibliotecas ao alcance de todos.

O Nordeste é a segunda região do Brasil com mais bibliotecas públicas, são 1.844, e Pernambuco é o grande destaque da região, possuindo a maior média de frequência em bibliotecas, com os leitores retornando 3,7 vezes por semana ao local. Nacionalmente só fica atrás de Roraima, com 4,1 no mesmo período; no país, essa média é de 1,9 (MELO, 2018). Com a criação da Biblioteca Pública Provincial em 1852, as tipografias foram obrigadas a remeterem um exemplar de todas as publicações editadas para a biblioteca, o que fez com que seu acervo se tornasse um dos mais raros do país, além de edificar uma tradição literária no estado que tomou grande vulto.

Depois de sua fundação ela funcionou por mais de um século em diversos prédios adaptados até ganhar sua sede própria no ano de 1971, um prédio com instalações específicas e dentro das normas da moderna arquitetura, no governo de Nilo Coelho. É importante destacar que após a independência ela passou a se chamar Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco. Ela constitui em umas das bibliotecas brasileiras mais ricas em edições raras, estando em seu acervo a raríssima obra “Manual de Confessores e Penitentes” de Martin Azpilcueta Navarro, publicada em 1560. São 280 mil livros e cerca de 375 mil periódicos. Passados longos anos, os problemas que assolam as bibliotecas nos dias atuais não diferem muito dos inúmeros ocorridos desde a criação das primeiras bibliotecas do século XIX, mas, essa história e esses desafios iremos abordar nas páginas a seguir.

2.3. Uma Biblioteca sem nome e sem endereço

Há que se destacar que uma política em prol da difusão da leitura e do acesso aos livros através de bibliotecas, teve início em 1937 durante o Estado Novo de Vargas, como

destaca Ferreira (2016, p. 603), “ao analisar as políticas de leitura no Brasil, observamos que até 1937 o Estado permanecia desatento às questões de leitura, livro e bibliotecas públicas”. Nesse ano, o governo Vargas criou o Instituto Nacional do Livro (INL), subordinado ao Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. Em carta enviada ao presidente em 15 de dezembro de 1937, o ministro Gustavo Capanema⁴³ faz uma referência sobre a importância do livro e a necessidade de criação do INL.

Sr. Presidente

O livro é, sem dúvida, a mais poderosa criação do engenho humano. A influência que ele exerce, sob todos os pontos de vista, não tem contraste. O livro não é só o companheiro amigo, que instrui, que diverte, que consola. É ainda e, sobretudo o grande semeador, que, pelos séculos afora, vem transformando a face da terra. Encontraremos sempre um livro no fundo de todas as revoluções.

É, portanto, dever do Estado proteger o livro, não só promovendo e facilitando a sua produção e divulgação, mas ainda vigilando no sentido de que ele seja, não o instrumento do mal, mas sempre o inspirador dos grandes sentimentos e das nobres causas humanas.

Para tais objetivos, serão conveniente a criação do Instituto Nacional do Livro. Submeto à elevada consideração de V. Exe. Um projeto de decreto-lei, dispondo sobre a matéria.⁴⁴

Dentre as atribuições conferidas ao Instituto pelo decreto nº 93 de 21 de dezembro de 1937, estavam a edição de obras literárias, a elaboração de uma enciclopédia, um dicionário nacional e a criação de bibliotecas públicas por todo país. As ações empreendidas pelo governo de Getúlio Vargas iniciadas em 1937, começaram a chegar a Brejinho quase quarenta anos depois. Durante as décadas de 1930 e 1940, houve uma busca de uma identidade nacional, nessa perspectiva, Capanema via nas bibliotecas um espaço destinado para formação e difusão cultural. Sendo assim, o INL foi de suma importância para aumentar o número de bibliotecas públicas do país.

Ferreira (2016, p. 604) ainda destaca que “as políticas para as bibliotecas implementadas a partir de então pelo INL são consideradas como a primeira política pública, empreendida pelo Estado brasileiro, para garantir o acesso da população à leitura e à informação”. Porém, embora as ações do Instituto tivessem colocado as bibliotecas no cenário cultural do Brasil, em grande medida ficaram situadas nos estados mais prósperos

⁴³ Gustavo Capanema Filho nasceu em Pitangui (MG), em 1900. Formou-se pela Faculdade de Direito de Minas Gerais, em 1923. Em julho de 1934 foi nomeado pelo presidente Getúlio Vargas para dirigir o Ministério da Educação e Saúde, permanecendo no cargo até o fim do Estado Novo em outubro de 1945. Sua gestão no ministério foi marcada pela centralização, em nível federal, das iniciativas no campo da educação e saúde pública no Brasil. Morreu no Rio de Janeiro, em 1985.

⁴⁴ Carta do ministro Gustavo Capanema ao presidente Getúlio Vargas em 15 de dezembro de 1937 – Arquivo FGV - CPDOC.

economicamente, e seu ingresso pelas cidades do interior foi acontecendo lentamente, Brejinho-PE é um exemplo disso. Além do mais, a existência desses espaços não era garantia de pleno acesso à leitura.

As ações objetivadas pelo INL também visavam dar uma atenção especial ao mercado editorial brasileiro que era pouco desenvolvido nessa época. Onze anos antes das medidas implantadas por Capanema, Monteiro Lobato em uma carta enviada ao presidente da República Washington Luís (1926-1930), havia deixado isso muito evidente em seu relato:

Trata-se duma triste realidade que até hoje não mereceu o menor olhar de simpatia dos nossos homens de governo - o livro. V. Exa. sabe que o Brasil vive atolado até as orelhas na ignorância, como sabe que só um instrumento existe capaz de contrabater a ignorância - o livro. Mas o livro no Brasil é vítima de uma verdadeira perseguição, dando até a entender que o Estado é contrário à sua expansão e o considera perigoso. Hoje o livro só é acessível às classes ricas, e no andar em que vai, nem a elas, acabando por figurar nas vitrinas das casas de jóias, como objeto de luxo. [...] Podemos sem receio de contestação afirmar que o Brasil é a terra por excelência do livro caro. Por quê? Primeiro, porque o imposto que grava o papel e mais matéria-prima que entra na sua composição é um imposto feroz, e além de feroz, criminoso, porque recai sobre o desdobramento do custo da cartilha de maior voga entre nós; por esse cálculo se vê como a quota do papel onera uma cartilha. (COELHO, 2011, p. 24)

Muitas décadas já se passaram, desde que Monteiro Lobato escreveu essa carta, só não passaram as dificuldades descritas por ele que são tão atuais. O Instituto Nacional do Livro ainda conseguiu deixar uma marca de 4.000 bibliotecas públicas em funcionamento, no ano de sua extinção, em 1990, no governo de Fernando Collor de Mello (FERREIRA, 2016). Porém, nem todas em condições favoráveis de uso ou com bons acervos; depois de criadas as bibliotecas ficam a cargo dos governos municipais, mas como afirma Milanese (2013, p. 62):

[...] raramente existiram no orçamento dos municípios recursos para compra de livros e política continuada para tal, os impressos foram juntados aleatoriamente, ora proveniente de doações governamentais desnecessárias, ora de faxinas domésticas. As doações estaduais e federais, provavelmente, foram as maiores provedoras de livros [...]. O INL implantou uma prática que foi a síntese da política governamental para as bibliotecas: doação ocasional de livros.

É importante destacar que às ações do INL para criação de bibliotecas públicas pelo país, se cruza com uma forte censura imposta pelo governo de Vargas, conforme se deduz da própria fala de Capanema na carta enviada ao presidente por ocasião da fundação do INL. Motta (2006, p. 136) expõe que “entre as vítimas do aparato repressivo figuravam os livros,

naturalmente as obras consideradas subversivas. A prisão de pessoas acusadas de envolvimento com o Partido Comunista, algumas vezes, implicou o recolhimento de seus livros [...]”, que se tornaram alvos privilegiados pelos defensores da ordem, pois além de retirarem as obras de circulação, elas eram usadas como provas do alegado crime. Os censores adentraram nas bibliotecas existentes e muitos livros foram confiscados.

Em Salvador, na Bahia, cidade que foi palco da primeira biblioteca pública, também foi palco de umas das cenas mais horrendas geradas pela censura e perseguição aos impressos, como mostra Motta (2006, p. 142-143):

[...] autoridades baianas fizeram em Salvador uma grande fogueira com livros apreendidos, na maioria obras de Jorge Amado. Em uma pira montada em frente à Escola de Aprendizes Marinheiros as chamas consumiram aproximadamente 800 exemplares de *Capitães da areia*, entre outros títulos queimados naquele dia. A prática era semelhante ao que ocorria na Alemanha nazista, embora aqui a repressão tenha sido menos abrangente e o recurso à purificação do “mal” através do fogo menos frequente.

Mesmo assim, o valor do livro não pode ser consumido pelas chamas, Goulemot (2011, p. 36) traz uma bela reflexão sobre isso ao dizer que “destruído o livro, sua memória permanece. Um leitor o rememora e pode transmitir esse conteúdo a um discípulo ou um desconhecido. Um livro lido, mesmo destruído, nunca está completamente morto e mudo”.

Ao analisar as fontes pesquisadas, notamos o indício de que as ações do INL, possivelmente geridas por cobranças da esfera federal, fizeram o governo municipal de Brejinho criar uma sala de leitura no ano de 1972. É o que revela a Lei nº 02/72 publicada em 5 de novembro (ver anexo F). A lei trata da criação de uma sala de leitura no Ginásio São Sebastião, a ser mantida pela prefeitura, que contava inicialmente com um acervo de duzentos livros, a mesma, ainda autorizava o prefeito João Resende Neto (Arena) ao firmar convênio com o Instituto Nacional do Livro para fornecimento de livros e assistência técnica à sala de leitura criada. Não se sabe como de fato foi o funcionamento dessa sala, nem até que ano durou, tão pouco o motivo pelo qual se optou por criar apenas uma sala de leitura e não uma biblioteca.

Encontrar essa lei foi uma grande surpresa no decorrer da pesquisa, pois inicialmente ao pesquisar nos arquivos sobre a fundação da Biblioteca Pública de Brejinho-PE, eu tinha encontrado documentos que remetiam à sua fundação em 1995. No entanto, esse documento de 1972 revela que as ações do INL chegaram a Brejinho, mais cedo do que podíamos imaginar, e da mesma forma, desapareceu muito rápido, pois é provável que essa sala de

leitura tenha durado apenas três anos, uma vez que, há uma nova lei que trata agora da fundação de uma Biblioteca no ano de 1975.

A Lei nº 03/75 de 16 de maio de 1975 (ver anexo G) foi enviada à Câmara de Vereadores pelo prefeito João Manoel da Silva da Arena⁴⁵ (Aliança Renovadora Nacional), popularmente conhecido como João Pedro, o terceiro prefeito eleito desde a emancipação. Dizia o projeto, “Ementa: cria a Biblioteca Municipal, autoriza o Executivo a assinar convênio com o Instituto Nacional do Livro e dá outras providências”. O projeto foi votado e aprovado em unanimidade pela casa legislativa em sessão conduzida pelo presidente Sebastião Travasso de Lucena, vereador aliado de João Pedro, que tinha maioria na câmara. A mesma lei também criava os cargos de Auxiliar de Biblioteca e Bibliotecário no município.

É importante salientar que no ano de 1971, o presidente militar, Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), havia sancionado a lei de reforma do ensino, Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, fixando as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus. Essa lei que pretendia mudar o ensino decretou oficialmente a prática da pesquisa nas escolas, contudo, não foi capaz de propiciar grandes transformações. Ao instituir a pesquisa, o plano do governo esbarrou em dois problemas, primeiro que não havia bibliotecas nem laboratórios ou outros equipamentos necessários nas escolas; e mais ainda, muitas cidades não dispunham de biblioteca pública e, as que tinham, em grande parte, funcionavam em condições precárias, sem meios para atender a estudantes pesquisadores.

Conforme dados de Coelho (2011), em 1971 existiam no Brasil apenas 2.516 bibliotecas, isso incluindo todos os tipos de bibliotecas: as públicas, as universitárias, as especializadas e as particulares. Em grande parte concentradas nas capitais dos estados, onde estavam 785 desse total. Analisando-se o contingente populacional do país de 95 milhões de habitantes, dava em média de 2,7 bibliotecas para cada 100 mil habitantes. Talvez aqui esteja o motivo pelo qual o prefeito João Resende Neto tenha criado a sala de leitura no Ginásio São Sebastião em novembro de 1972, contudo, sua existência, se de fato ocorreu, foi muito breve. E embora o prefeito que o sucedeu, o senhor João Manoel da Silva, tenha sido eleito com seu apoio, não houve continuidade da sala criada, tanto é que em 1975 este vai criar uma Biblioteca, ao menos no papel.

⁴⁵ A Ditadura Militar “em outubro de 1965, editou o AI-2 que extinguiu todos os partidos políticos e deu poder ao Executivo para fechar o Congresso quando julgasse necessário” (CHIAVENATO, 1998, p. 76). Assim foi imposto ao Brasil um sistema bipartidário, ou seja, apenas dois partidos. No ano seguinte, em 4 de abril de 1966, foi fundado a Arena, partido de apoio ao Regime. O outro partido era o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), de “oposição”. Esse sistema funcionou até 1979 quando foi decretado o fim do bipartidarismo.

O segundo problema estava no fato de que para a plena realização da pesquisa, era necessário que os professores da educação básica estivessem habilitados para tal, e a realidade era que eles não faziam pesquisa e nem receberam formação para isso. Conseqüentemente as bibliotecas públicas entraram em um processo de escolarização (MILANESI, 2013), e acabaram se tornando um lugar onde os alunos iam copiar as definições constantes nas enciclopédias. No ano seguinte, em 1972, a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) publicou a 2ª versão do Manifesto da Biblioteca Pública, “sintetizando como suas funções educação, cultura, lazer e informação” (BRASIL, 2010, p. 20), esse ano foi denominado pela UNESCO como o ano do livro, sendo publicada a carta do livro “decretando que todo ser humano deveria ter direito à leitura, ou seja, ter a possibilidade de fruir o prazer que ele proporciona” (COELHO, 2011, p. 20). Dessa forma, a existência de tais documentos geravam mais cobranças aos governos.

Como sempre foi comum no Brasil, as ações do governo federal adentram vagarosamente pelo interior, tanto que, embora em 1971 já existisse uma lei federal tratando sobre a pesquisa nas bibliotecas, ela só veio a surgir em Brejinho em 1975, passados quatro anos. Junto ao projeto de criação, o prefeito João Manoel da Silva enviou uma mensagem justificando a importância do mesmo, ele destacava que o Instituto Nacional do Livro, através do Ministério da Educação e Cultura, vinha incentivando em muitas cidades a criação de bibliotecas, e por bem, achava urgente criar e instalar uma biblioteca na cidade, dizia ainda que ela “age como centro de cultura, propiciando a todos os munícipes acesso a suas coleções e concorrendo para o desenvolvimento intelectual da comunidade [...] a juventude brejinhense terá forçosamente os benefícios intelectuais que de muito vem necessitando”⁴⁶.

⁴⁶ Lei nº 03/75 de 16 de maio de 1975.

Imagem 14 – Cartaz da campanha eleitoral de 1972. João Manoel da Silva e Gervásio Alves da Costa foram eleitos para o mandato de 1973/1976.



Fonte: Arquivo pessoal

É preciso destacar que João Manoel da Silva, eleito pela Arena em 1972, assumindo o governo de 1973 a 1976, era analfabeto, sabendo apenas assinar o nome. O artigo 4º dessa Lei dizia que o prefeito deveria construir e ampliar o acervo, aperfeiçoando os serviços ofertados pela repartição criada. Entretanto, apesar da Lei estar tão bem formulada, tendo até uma mensagem do prefeito anexada a ela para ser lida aos vereadores, trabalhamos com a hipótese de que essa biblioteca sequer tenha saído do papel, pois até o momento a única coisa que comprova sua existência é o texto da Lei, sendo que não há indícios de onde ela tenha funcionado, nem de quem foram seus funcionários, ela parece ter desaparecido completamente, inclusive da memória dos moradores mais antigos.

Conforme documentação encontrada, a primeira vez que se ouviu falar em uma biblioteca para Brejinho foi em 1975, 164 anos depois da que foi fundada em Salvador. Na vizinha Itapetim, cidade a qual Brejinho pertenceu até 1964, sua biblioteca foi fundada no ano anterior, em 14 de janeiro de 1974, recebendo o nome de Biblioteca Pública Municipal Escritor Graciliano Ramos, sendo instalada à Rua Major Cláudio Leite, nº 67, diferente da situação brejinhense, a biblioteca de Itapetim se mantém em funcionamento até hoje no mesmo local e com o mesmo nome, e detalhe, o prédio pertencente à prefeitura foi destinado

exclusivamente para sede da biblioteca, ou seja, em todos esses anos de funcionamento a prática de alugueis não esteve presente em sua história.

Já o caso da biblioteca de São José do Egito, cidade a qual tanto Brejinho como Itapetim já pertenceram, é mais complexo, na atualidade não existe biblioteca pública em funcionamento na cidade, possivelmente foi desativada em 2017. Em Santa Terezinha, cidade vizinha a Brejinho e que também faz divisa com a Paraíba, conforme documentação da Secretaria de Educação, a Biblioteca Pública Professora Maria Lúcia Liberal de Vasconcelos foi fundada em 1989, tendo como uso basicamente as pesquisas dos alunos das escolas urbanas, seu uso pela sociedade é pouco, de maneira que muitos não sabem dizer onde ela está localizada. E na cidade de Teixeira, que fica a 16 km de Brejinho e já localizada no Estado da Paraíba, a lei de criação da biblioteca foi aprovada em 07/04/2008, mas sua instalação e inauguração só ocorreu quinze meses depois, no dia 27/08/2009, recebendo o nome de José Fragoso da Costa. Fugindo a “regra nacional”, funciona em prédio próprio na Rua José Ramalho Xavier, S/N.

A realidade é que em Brejinho, a trajetória da biblioteca foi um pouco conturbada. Pois em 12 de abril de 1979, o gestor Gervásio Alves da Costa, também eleito pela Arena⁴⁷, enviou à Câmara o Projeto de Lei nº 03/79 (ver anexo H), em que dizia: “Ementa: Cria a Biblioteca Pública Municipal e dá outras providências”. Mas como criava a biblioteca? Se há exatos quatro anos uma lei com o mesmo nº 03 era aprovada pelo legislativo? Tudo indica que ela perdeu-se num curto espaço de tempo e aquele artigo 4º citado acima, de fato, não foi cumprido.

Gervásio Alves foi o vice-prefeito de João Manoel da Silva, na gestão anterior, quando foi publicada a Lei nº 03/75; ele venceu a eleição de 1976 com pouco mais de 200 votos de diferença, conforme matéria do *Diário de Pernambuco*. Seu oponente José Severino de Araújo, também chamado de “Zé Peba” e que já havia sido prefeito de Brejinho, era o maior adversário do governo da época. Nessa eleição, assim como em outras cidades do interior, houve marcas de violência e morte, como noticiou o *Diário de Pernambuco*.

A Violência tem sido a tônica da campanha eleitoral deste ano, no interior do Estado [...] Novembro continua sendo um mês de violências, no final da campanha eleitoral, várias pessoas ficaram feridas, domingo passado, num comício em Brejinho, durante um tiroteio em que morreu um tenente reformado da Polícia Militar (*Diário de Pernambuco*, 11 de novembro de 1976).

⁴⁷ Nas cidades pequenas, como em Brejinho-PE, por exemplo, os grupos políticos em sua maioria, ficaram todos filiados a Arena, se dividindo em Arena 1 (situação) e Arena 2 (oposição).

O tenente morto era conhecido por “Bedô”, e envolveu-se em um tiroteio no centro da cidade, disparando diversas vezes contra as pessoas que se encontravam na casa do ex-prefeito, José Severino de Araújo. Na troca de tiros, o aliado de João Manoel da Silva acabou sendo atingido, vindo a óbito no local. No dia seguinte o *Diário de Pernambuco* noticiava que dos 164 municípios do estado, as eleições tinham deixado “um saldo de 3 mortos e um número indeterminado de feridos”⁴⁸, as mortes ocorreram nas cidades de Exu, Brejinho e Limoeiro.

Na ata da sessão da Câmara Municipal de Vereadores de 17 de abril de 1979, consta que o projeto foi aprovado por unanimidade. Em uma única lauda redigida sobre um papel timbrado em uma máquina de escrever e assinada por Gervásio Alves, a Lei faz referência ao Instituto Nacional do Livro, destaca a autorização para contratar dois funcionários para os serviços bibliotecários, bem como orçamento de crédito especial para instalação, manutenção e aquisição de acervo. Chama a atenção o fato de nenhum artigo fazer referência à Lei de 1975, simplesmente a biblioteca é criada como se nunca tivesse existido uma na mesma cidade. Fato interessante é que o novo governo era continuação do anterior, Gervásio Alves, que foi vice-prefeito na gestão passada, era agora prefeito; dos sete vereadores que aprovaram a lei de 1975, cinco deles estavam exercendo mandato nessa nova gestão e mais uma vez votaram pela criação da biblioteca. Pelo texto da Lei e ausência de mais informações, o que se pode afirmar é que em 12 de abril de 1979 já não existiam mais vestígios da biblioteca criada em 1975.

Quando o INL começou a desenvolver suas ações a partir de 1937, o Brasil estava sob a ditadura do Estado Novo, é curioso perceber que novamente quando o governo federal se propõe a fundar mais bibliotecas públicas, estávamos novamente sob o jugo de uma ditadura, dessa vez Militar. E como é comum aos regimes autoritários, se perseguem pessoas, mas também livros; em contrapartida, produzem os livros que acham adequados para “formar os bons cidadãos”. Reimão (2010) acentua que nos dez anos de vigência do AI-5, de 13 de dezembro de 1968 a 31 de dezembro de 1978, foram censurados mais de 200 livros. Há um outro dado bastante interessante que se relaciona com a história de Brejinho, os anos de 1975 e 1979, em que foram publicadas as leis de fundação da biblioteca, foram os anos em que mais livros foram censurados pelo DCDP (Divisão de Censura de Diversões Públicas), atingindo mais de 80% das obras submetidas à repartição, conforme dados apresentados por Reimão (2010, p. 280). Esse foi, segundo Gaspari (2014, p. 222), o “mais prolongado período

⁴⁸ *Diário de Pernambuco*, 12 de novembro de 1976.

de censura da história do Brasil independente”, tendo superado o controle da imprensa na ditadura de Vargas.

Nessa mesma década, mediante as reformulações no ensino, a Divisão de Normatização da Secretaria Estadual de Educação de Pernambuco, após analisar o Regimento Interno do Ginásio Municipal São Sebastião, em outubro de 1976, fazia alguns apontamentos do que deveria ser ajustado, no sexto item citado, falava-se sobre a organização e funcionamento da biblioteca, que sequer existia na escola. Durante aquele ano e até 1977, o governador Moura Cavalcanti⁴⁹ realizou convênios com os prefeitos objetivando a maior participação dos municípios na promoção do ensino e na integração de um planejamento ligado à políticas educacionais, através do Programa de Assistência Técnica e Financeira aos Municípios, que deveriam aderir ao sistema através do Cadastro Escolar criado pelo governo; as escolas que não o fizessem, seriam consideradas ilegais. Os arquivos da prefeitura mostram que nesse período a citada escola passou por uma reforma, e em 1979, a biblioteca, embora tivesse sido criada para atender aos munícipes, ficou funcionando em uma sala no Ginásio São Sebastião⁵⁰.

Ainda em 1976, com a criação do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), que posteriormente foi reformulado em 1992, há um novo impulso na política voltada para biblioteca. Dessa maneira, tanto a Lei nº 03/75 como a nº 03/79 que criaram a biblioteca em Brejinho, se colocavam no meio das ações que ocorriam em âmbito nacional. As políticas do Governo Federal foram chegando aos poucos na pequena cidade, deixando evidente que faltou política pública local que valorizasse o livro e o acesso à leitura. Pois as duas leis promulgadas nos anos de 1970, ficaram perdidas nos arquivos municipais. Assim criou-se e perdeu-se uma biblioteca sem nome e sem endereço.

⁴⁹ José Francisco de Moura Cavalcanti, advogado e político, nasceu em 30 de outubro de 1925, no Engenho Cipó Branco, no município de Macaparana-PE. No governo do General Garrastazu Médici, foi o primeiro presidente do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra), de 1970 a 1973, quando assumiu o Ministério da Agricultura. Ainda durante a Ditadura Militar foi nomeado pelo presidente Ernesto Geisel para governador de Pernambuco entre 1975 e 1979. Morreu em 28 de novembro de 1994 no Recife.

⁵⁰ Hoje, Escola Municipal São Sebastião.

Imagem 15 – Escola Municipal São Sebastião, local onde a Biblioteca Pública fundada em 1979 funcionou. Foto de maio de 2020.



Fonte: Arquivo pessoal

2.4. Se uma é pouco, duas é bom, mas três não é demais

A Ditadura Militar iniciada em 1964 chegou ao término em 1985; ainda que por meio de uma eleição indireta, Tancredo Neves do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) foi o primeiro civil eleito para governar o país depois do golpe de 1964. Teve 480 votos contra 180 de Paulo Maluf, candidato do PDS (Partido Democrático Social), apoiado pelo governo militar. Todavia, Tancredo adoeceu às vésperas de tomar posse, foi internado e faleceu antes de receber a faixa presidencial. Em seu lugar assumiu o vice-presidente eleito em sua chapa, José Sarney.

A primeira eleição para presidente da república pós-regime militar, com voto popular, aconteceu em 1989, numa eleição que levou ao segundo turno Fernando Collor de Mello do PRN (Partido da Reconstrução Nacional), com apoio da grande mídia e da direita conservadora, e Luiz Inácio Lula da Silva do PT (Partido dos Trabalhadores), alinhado à esquerda. Collor saiu vitorioso. Foi o primeiro presidente eleito pelo povo brasileiro após o fim do Regime Militar. Seu governo foi marcado por escândalos de corrupção, bem como, por

uma política neoliberal, com privatizações e desmanche de vários organismos estatais. Em 1992 ocorreu o *impeachment*, afastando Collor do poder e assumindo o seu vice, Itamar Franco.

O Brasil vivenciava nos anos de 1990 um projeto de democratização, e era preciso que toda sociedade se envolvesse para tal, esse projeto também permeava as bibliotecas públicas, que estavam renovando seus acervos, inclusive com livros que antes eram proibidos pelos militares. No entanto, o governo Collor extinguiu diversos órgãos públicos, e entre eles o Instituto Nacional do Livro, que teve suas funções passadas para o recém-criado Departamento Nacional do Livro. Ferreira (2016, p. 608) afirma que “a transformação do Instituto em Departamento Nacional do Livro, subordinado à Biblioteca Nacional, contribuiu para o quase desaparecimento da política de livro e de bibliotecas no Brasil, tendo como consequência o fechamento de grande parte das bibliotecas municipais”.

Além disso, no início da década de 1990, havia aproximadamente 20 milhões de analfabetos com idade entre 10 e 69 anos de idade de acordo com dados do IBGE, que a partir de 1992 também passou a medir o índice de analfabetismo funcional registrando o quantitativo de 35,5 milhões de analfabetos funcionais, ou seja, 36,9% da população brasileira. Em 1997, esse percentual cairia para 32%. Inegavelmente, nas pequenas cidades essa situação do analfabetismo era mais preocupante, principalmente nos setores rurais. Sabemos que sem educação não se formam leitores, ou seja, para formar leitores é preciso combater tanto o analfabetismo quanto o analfabetismo funcional.

Contudo, novas atitudes voltadas para ações de difusão do livro vão surgir em 1992 quando, pelo Decreto nº 519 de 13 de maio do referido ano, Fernando Collor de Mello criou o Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER), e o vinculou à recém-criada Fundação Biblioteca Nacional. A idealização deste projeto havia começado em 1991, por iniciativa do escritor e diretor da Biblioteca Nacional, Affonso Romano de Sant’Anna. Seus objetivos eram promover a leitura, contribuir para o acesso ao livro, e através das bibliotecas, tornar a sociedade leitora. Visava também, promover e estruturar projetos que estivessem voltados para o incentivo das práticas de leitura e escrita, abrindo novos espaços para as práticas de leitura dentro e fora das bibliotecas e escolas. Coelho (2011, p. 26) coloca o Proler como um dos mais importantes e eficazes programas de promoção de leitura e formação de leitores no Brasil:

Observando-se as linhas de ação empregadas em prol da leitura que foram desenvolvidas no Brasil, vamos encontrar no Proler o projeto que mais se diferenciou em propostas e ações. O sentido e a aplicabilidade dados à

leitura não se restringiram ao universo das palavras. As práticas de leitura foram além do texto, exploraram múltiplas linguagens: pintura, cinema, dança etc. Os espaços para promoção da leitura foram os mais variados: praças públicas, estações de transportes urbanos, hospitais, escolas, entre outros. O alcance do programa era amplo: ia das atividades desenvolvidas na favela do Pereirão — no bairro de Laranjeiras, na cidade do Rio de Janeiro, nas proximidades da Casa da Leitura —; incluía a criação, em parceria com o Governo do Acre, de casas de cultura; envolvia consultorias para a rede municipal de bibliotecas do Rio de Janeiro ou atividades nas livrarias da cidade e chegava às práticas promotoras de leitura, desenvolvidas em pequenos municípios de regiões longínquas do país, que possuíam tradições locais bem diferenciadas.

A sede do PROLER está localizada na cidade do Rio de Janeiro-RJ, ligada à Biblioteca Nacional. Ele é o mais antigo programa de incentivo à leitura do Governo Federal ainda em atividade, funcionando até os dias atuais com ações de promoção do livro e da leitura. Como destaca Ramos (2011, p. 72):

A Casa da Leitura, sede do Proler, é um espaço cultural onde a leitura tem uma força motriz que a justifica e impulsiona. Situada no bairro de Laranjeiras, no Rio de Janeiro, a Casa da Leitura mobiliza e difunde ações promocionais da leitura através de consultorias, fóruns de discussões, cursos, oficinas e palestras, com o objetivo de formar profissionais mediadores da leitura em todo o país, oferecendo a eles instrumentos pedagógicos, financeiros e políticos para suas práticas.

A UNESCO, seguindo sua política de movimentações em prol de melhorias na educação, publica um novo manifesto sobre as bibliotecas públicas em 1994, colocando-a como a porta de acesso local para o conhecimento, sendo capaz de fornecer as condições básicas para uma aprendizagem contínua, para a tomada de decisão independente e para o desenvolvimento cultural dos indivíduos e dos grupos sociais. Mais ainda, os seus serviços deveriam ser oferecidos com base na igualdade de acesso para todos. Dessa forma, a UNESCO encoraja as autoridades locais e nacionais a se comprometerem com a criação e o desenvolvimento das bibliotecas públicas.

No ano seguinte, de acordo com Ramos (2011), na gestão de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), o Ministério da Cultura criou a Secretaria do Livro e da Leitura, e em 1995, o projeto “Uma Biblioteca em Cada Município”, cujo objetivo era ampliar a rede de bibliotecas por todo país. As diretrizes do projeto buscavam implantar bibliotecas públicas nas cidades que não possuíssem ou revitalizar as existentes. O Ministério da Cultura, através de convênios com os municípios, iria disponibilizar verbas para aquisição de livros, equipamentos e mobiliários, e os municípios entravam com a infraestrutura como prédio e

funcionários. “No início do projeto, a verba repassada aos municípios era de 40 mil reais em dinheiro, que deveriam ser distribuídos entre formação de acervos e mobiliário” (RAMOS, 2011, p. 63).

A cobrança por uma biblioteca e a verba do Governo Federal parecem ter chegado a Brejinho no início de janeiro de 1995, pois os trâmites desse processo começaram logo no dia três do referido mês e ano. Nesse dia, o prefeito João Manoel da Silva, agora no PFL (Partido da Frente Liberal), enviou um ofício ao presidente da Câmara de Vereadores, Manoel Teixeira de Carvalho (PFL), solicitando que o mesmo convocasse uma reunião extraordinária com os vereadores para apresentação de matéria de interesse da prefeitura. Era uma terça-feira, e o ofício era o segundo enviado pela prefeitura no ano, nº 002/95. No dia seguinte, o prefeito enviou novo ofício à Câmara, nº 003/95, encaminhando o Projeto de Lei nº 001/95 (ver anexo I), que dispunha sobre a criação e manutenção da biblioteca pública municipal.

O Projeto de Lei tinha apenas três artigos, metade dos artigos que constam nos projetos dos anos 1970, citados anteriormente, cujo texto também estava melhor formulado. Há muitos fatos que nos chamam a atenção: primeiro, o projeto 001/95 não faz nenhuma referência às leis anteriores, deixando evidente que, de fato, em 1995 já não existia biblioteca pública na cidade, aquelas criadas nos anos 1970, se perderam completamente. Isso pode se comprovar também por dois motivos, na verdade duas indicações de vereadores, na primeira colocada para apreciação da Mesa ainda na legislatura de 1989 a 1992 quando o prefeito era o senhor Agenor Ferreira dos Santos (PFL). A Indicação nº 14/91 do vereador José Gomes da Silva (PFL) dizia:

Indico à Mesa, para ser submetido à aprovação do Plenário, caso seja aprovado, enviar ofício ao Chefe do Executivo Municipal, solicitando do mesmo o envio de um projeto de Lei a esta Casa Legislativa, instituindo a criação da Biblioteca Pública Municipal, e que a mesma tenha o nome da Professora Maria do Carmo Rocha.⁵¹

Em sua justificativa o vereador e poeta José Gomes da Silva, casado com uma professora, falava sobre a necessidade de se criar uma biblioteca na cidade para que os estudantes e todos aqueles que apreciam a leitura pudessem usufruir dela, e ainda ressaltava a importância de se homenagear uma professora colocando seu nome em um órgão tão importante para o conhecimento e a aprendizagem. A indicação embora tenha sido aprovada, não foi executada, e muito menos levada a sério.

⁵¹ Indicação nº 14/91 – Sala das Sessões da Câmara Municipal de Vereadores de Brejinho-PE, em 14 de novembro de 1991.

Dois anos depois, já numa nova legislatura, uma segunda indicação de um vereador da base governista, voltava a tratar da inexistência de uma biblioteca na cidade. Desta vez o vereador era o jovem José Augusto Travasso de Lucena, também do PFL, colocada à mesa em 19 de março de 1993. Na indicação, o vereador solicitava que fosse adquirido um acervo de livros para a Escola Municipal São Sebastião, e justificava da seguinte forma:

Em virtude das dificuldades financeiras dos pais de alunos, hoje a Escola não mais obriga aos alunos a comprar livros didáticos ficando os mesmos alunos com direito às pesquisas nas bibliotecas públicas ou na biblioteca da própria escola. **Como em nossa cidade não tem biblioteca pública**, tão pouco tem a escola em apreço, justifica esta indicação.⁵² (grifo nosso).

O vereador José Augusto Travasso de Lucena, conhecido como “Zezinho de Donato”, era filho de Maria do Socorro Vanderlei Travasso e Donato Travasso (Donato, filiado ao PFL, foi vice-prefeito na gestão de 1989-1993), residiam no povoado de Lagoinha, distante 7 km de Brejinho. Sua mãe, Maria do Socorro, foi alfabetizada por sua avó que era professora em meados dos anos 1950, e desde então despertou um grande amor pelos livros e pela leitura. Assim, seus onze filhos, sendo dois adotivos, foram criados em um ambiente com livros, revistas de fotonovelas⁵³ e jornais.

José Augusto foi vereador por dois mandatos, eleito pelo PFL com 223 votos, legislou entre 1993-1996; no segundo mandato, de 1997-2000, teve 238 votos. Nascido em 31 de julho de 1972, começou a exercer seu primeiro mandato de vereador com apenas 21 anos de idade. Sua indicação nº 02/93 foi aprovada por unanimidade. O mesmo votou a favor da fundação da Biblioteca em 1995. Penso que o fato de ter crescido entre os livros e de ter presenciado o zelo que sua mãe tinha por eles, embalado em tantas leituras, conforme relatos de seus familiares, seja o motivo pelo qual enquanto vereador tenha demonstrado preocupação para que os jovens tivessem acesso aos livros assim como ele teve. José Augusto morreu com 32 anos de idade, vítima de um trágico acidente de moto em 13 de julho de 2004.

Seguindo na análise do projeto de criação da biblioteca de 1995, há um segundo fato que merece nossa atenção, ele está na figura do prefeito. Passados exatos vinte anos em relação à fundação da biblioteca pública ocorrida em 1975, o prefeito era agora o mesmo

⁵² Indicação nº 02/93 – Sala das Sessões da Câmara Municipal de Vereadores de Brejinho-PE, em 19 de março de 1993.

⁵³ Fotonovelas são novelas em quadrinhos que utilizam fotografias em vez de desenhos, de forma a contar, sequencialmente, uma história. No Brasil, as fotonovelas tiveram um mercado cativo por mais de 25 anos, entre os anos 1950 e 1970, com milhões de leitores de histórias publicadas em revistas com grande circulação nacional. Em pesquisa de 1974, as revistas de fotonovela só eram superadas, em venda, pelas revistas de quadrinhos infantis.

senhor João Manoel da Silva, que mais uma vez se deparou com a necessidade de criação de uma biblioteca. É estranho que o mesmo não lembrasse ou ignorasse o Projeto de Lei nº 03/75 de 16 de maio de 1975, que ele enviou para a Câmara Municipal, que estava até melhor formulado do que o de agora. Sendo que o projeto ‘Uma Biblioteca em Cada Município’ falava em implantar, mas também em revitalizar aquelas com serviços deficitários.

Um terceiro ponto faz relação com outros personagens, Entre os envolvidos diretamente com a elaboração e aprovação do projeto de 1979, cinco deles estavam mais uma vez ocupando cargos políticos. Sebastião Travasso de Lucena (PFL), como vereador presidente da Câmara em 1975, recebeu o projeto de João Manoel, conduziu a sessão e o viu sendo aprovado, em 1979 era vereador e votou a favor da aprovação da Lei nº 03/1979. Em 1995, Sebastião Travasso, popularmente conhecido como “Tão”, era o vice-prefeito; chegou até a assumir o governo por alguns meses, quando João Manoel da Silva teve que se ausentar por problemas de saúde. Gervásio Alves da Costa, que fora prefeito entre 1977 e 1982, agora era vereador de oposição. Manoel Teixeira do Nascimento, Wamberto Nunes Ferreira e José de Souza Vilarim continuavam como vereadores. Talvez eles até se lembrassem que havia se fundado uma biblioteca na cidade, mas ao procurá-la não encontraram, talvez soubessem da existência da lei, mas não sabiam do prédio ou mesmo dos livros; são hipóteses para explicar o que teria acontecido com as bibliotecas dos anos de 1970.

A sessão extraordinária ocorreu numa sexta-feira, seis de janeiro, da mesma semana em que o ofício foi enviado à Câmara. Dois vereadores faltaram à reunião, um deles, o senhor Gervásio Alves da Costa (PMDB), mas, havendo número legal de parlamentares, a sessão foi aberta e o projeto votado e aprovado por unanimidade, conforme a ata da sessão, todos concordaram que o projeto traria muitos benefícios para o município. No dia nove, a Lei é publicada pelo gestor sob o número de 119/95. Estava pela terceira vez em um período de vinte anos, criada a Biblioteca Pública Municipal de Brejinho, ainda sem nome. No mês de março do ano em curso, dia 14, o prefeito enviou um ofício ao Chefe da Biblioteca Pública Estadual, no qual encaminhava os documentos necessários para que fosse feito o registro junto à Biblioteca Estadual de Pernambuco.

De acordo com os arquivos pesquisados, ela mais uma vez funcionou em uma sala da Escola Municipal São Sebastião pelos dois anos seguintes, até terminar o mandato de João Manoel, que tinha se iniciado em 1993 e terminou em 1996. Foi apenas em 1997, quando José Vanderlei da Silva (PFL), genro de João Manoel, assumiu a prefeitura, que a Biblioteca fundada em 1995 ganhou uma sede fora da escola; passou a funcionar em uma garagem na Rua João Nunes, no centro da cidade. A rede de ligações políticas e familiares se manteve, o

prédio alugado pertencia a João Manoel da Silva, conforme contrato de locação encontrado no arquivo da prefeitura.

Imagem 16 – Foto do prédio onde a Biblioteca Pública fundada em 1995 funcionou entre 1997 e 2003. Foto de maio de 2020



Fonte: Arquivo pessoal

A situação de bibliotecas funcionando em prédios inadequados e alugados está presente em muitas cidades brasileiras, não há por parte dos governos um interesse em criar uma sede própria, viver de aluguel é mais proveitoso; em Brejinho esse fato se seguiu pelos anos seguintes. O mais grave é que com base nos documentos pesquisados é provável que essa mesma biblioteca tenha parado de funcionar já no ano de 1998 sendo reaberta no mesmo prédio somente no ano de 2002. Já em 2004, conforme contrato de locação, ela mudou-se de lugar, indo para a garagem nº 218, na mesma rua, cujo proprietário, o senhor Manoel Pedro Nunes de Oliveira, também é parente de João Manoel da Silva.

Imagem 17 – Foto do prédio onde a Biblioteca Pública fundada em 1995 funcionou no ano de 2004.



Fonte: Arquivo pessoal.

Lembrando que era a terceira vez que o governo municipal de Brejinho se mobilizava ou tentava cumprir determinação federal para fundar uma biblioteca, já a mobilização pela sua manutenção não existiu. Milanesi (1998) sinaliza que raríssimas vezes as bibliotecas no Brasil foram fundadas por iniciativas de governos municipais. Em Brejinho, sempre que essa palavra “biblioteca” circulou pelos corredores da Prefeitura e da Câmara de Vereadores, foi em decorrência de cobranças externas.

Ademais, os atores políticos que conduziram e aprovaram os projetos de fundação da biblioteca pública foram basicamente os mesmos, as mudanças ocorridas foram apenas nas siglas partidárias, começando com UDN, Arena, depois PDS e até PFL; na constituição dessa rede, os personagens apenas se revezavam no exercício do poder. João Manoel da Silva fundou a biblioteca em 1975, Gervásio Alves da Costa que foi seu vice-prefeito, não a encontrando em 1979 quando exerceu o mandato de prefeito, criou uma nova. Vinte anos depois, em 1995, João Manoel assumindo a prefeitura mais uma vez, e ao ser cobrado pelo Governo Federal para dar conta da biblioteca, não encontrou a que Gervásio fundou, muito

menos achou resquícios da que ele mesmo havia fundado no passado; elas eram apenas Bibliotecas de papel e jamais saíram do papel da Lei para a prática da leitura, assim como em tantas cidades brasileiras. Assim sendo, ele, sem lembrar ou preferindo ignorar, criou novamente uma biblioteca na cidade, porque se uma é pouco, duas é bom, mas três não é demais.

2.5. E a Biblioteca de Brejinho? Onde está?

Desde a redemocratização, o Brasil vinha sendo governado por partidos de direita, tendo a primeira vitória de um candidato de esquerda⁵⁴ na eleição de 2002, quando Luiz Inácio Lula da Silva (PT), venceu o pleito. No início de seu governo (2003-2010), uma série de ações voltadas para o social foram implementadas. Houve uma grande articulação relativa às políticas de promoção do livro e da leitura tendo as bibliotecas papel de destaque. Em 2003, dados do IBGE apontavam que em 1.300 municípios ainda não existia uma biblioteca, sendo que a ausência de livrarias era ainda maior. Somado a isso estava o agravante de que o brasileiro lê em média 1,8 livros por ano, enquanto na França são 7, por exemplo. Mediante tal situação o Ministério da Cultura, na gestão de Gilberto Gil, lançou em 2004, o Programa Livro Aberto, vinculado ao Programa Fome de Livro, que procurou dar continuidade à abertura de espaços para leitura. Não se sabe ao certo em que ano a biblioteca brejinhense deixou de funcionar novamente, mas o fato é que em 2005, ela estava desativada.

Em 21 de fevereiro de 2005, a Coordenadora do SBPE (Sistema de Bibliotecas Públicas de Pernambuco)⁵⁵ enviou ofício parabenizando o novo gestor municipal, Francisco de Sales Rodrigues da Costa, do PFL, que tendo João Manoel da Silva, do mesmo partido, como seu vice, venceu as eleições de 2004 com 86% dos votos, nessa eleição o grupo político liderado por João Manoel praticamente eliminou as forças de oposição. No ofício, a coordenadora do SBPE também destacava as ações realizadas pelo sistema como: assistência técnica, supervisão e capacitação de recursos humanos para as equipes que atuam na biblioteca; ao tempo em que se colocava à disposição do município para formar parceria. Até esse ano, o Sistema atendia a 165 municípios, correspondendo a 89% das cidades pernambucanas, eram 173 bibliotecas públicas.

⁵⁴ Para adentrar na questão de direita e esquerda, ver: BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda: Razões e significados de uma distinção política.** Tradução: Marco Aurélio Nobrega. 3ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

⁵⁵ Em 17 de julho de 1986, o governo de Pernambuco, via Decreto 11.554, instituiu um sistema pioneiro no Brasil, era o SBPE (Sistema de Bibliotecas Públicas de Pernambuco), com a missão de implantação e implementação de bibliotecas, bem como oferecer formações e monitorar as já existentes no estado.

O último parágrafo do ofício nº 026/2005 de 21 de fevereiro, pareceu acender uma luz de alerta na nova gestão: “Isto posto, expressamos a Vossa Excelência, nossa expectativa de ver incluído no planejamento e orçamento dessa prefeitura as ações de fortalecimento da Biblioteca Pública Municipal”⁵⁶. O gestor e a secretária de educação ao procurarem pela biblioteca municipal, encontraram apenas alguns livros e estantes trancadas em uma garagem alugada que se encontrava sem uso. Conforme documentação localizada nos arquivos da prefeitura municipal, o prefeito alugou um novo prédio para o funcionamento da biblioteca, o contrato de locação tem data de 01/03/2005, à Rua Severino da Costa Nogueira s/n, centro. Na mesma rua em que está o prédio da prefeitura e de duas escolas, uma municipal com ensino fundamental e outra estadual com ensino médio. Na imagem a seguir (Imagem 18) está o prédio em que funcionou a Biblioteca entre os anos de 2005 e 2008, período da gestão do prefeito Francisco de Sales (PFL), o proprietário, o senhor Antonio Gonçalves Neto, era aliado do prefeito. Nesse mesmo prédio posteriormente funcionou uma padaria.

Imagem 18 – Prédio onde a Biblioteca Pública Municipal Manoel Nunes Ferreira funcionou entre os anos de 2005/2008. Foto de maio de 2020.



Fonte: Arquivo pessoal

⁵⁶ Texto do ofício nº 026/2005 – Sistema de Bibliotecas Públicas de Pernambuco.

Em 18 de março do mesmo ano, chegou ao governo municipal um novo ofício enviado pela coordenação do SBPE, o ofício circular nº 06/2005 tratava de uma convocação de dois profissionais da biblioteca municipal para uma capacitação no mês de abril. A secretaria de educação estava no início da organização da biblioteca e retomando o seu funcionamento, e mediante a solicitação, foram enviadas duas pessoas para a formação em Recife-PE. O material oriundo dessa formação ainda hoje se encontra na sede atual da biblioteca, são manuais com orientações de organização e funcionamento das bibliotecas. Nota-se que o Sistema de Bibliotecas Públicas de Pernambuco começou o ano de 2005 com intensas cobranças sobre o funcionamento da Biblioteca de Brejinho. Faz-se necessário ressaltar as mudanças que vinham acontecendo na esfera federal em relação a políticas do livro e da leitura. Com o início do governo Lula, e o Ministério da Cultura a cargo de Gilberto Gil, a pasta passou por algumas alterações, em uma delas a Secretaria do Livro e da Leitura deixou de existir e suas atribuições foram assumidas pela Fundação Biblioteca Nacional (RAMOS, 2011).

O objetivo era continuar firmando convênios com os municípios na abertura de bibliotecas; embora, com ações e abrangência maiores o programa seguia o estilo do que havia no governo FHC, “Uma Biblioteca em Cada Município”, e os dois tinham algo em comum, a preocupação do governo federal com os números, com a quantidade e não com a qualidade. Essa afirmação baseia-se no fato de que na medida em que não se cria um mecanismo de fiscalização e acompanhamento dos recursos e ações desenvolvidas pelas bibliotecas públicas, acaba acontecendo um desmonte nos anos seguintes, Brejinho é prova disso, a Biblioteca era criada “no papel” em uma gestão e, na seguinte, já não existia mais, em seguida vinha uma nova cobrança para aumentar o número das bibliotecas e quando se olhava para a cidade não se encontrava mais a biblioteca supostamente criada.

É como se os programas fossem se repetindo a cada novo governo, refletindo um fracasso nas políticas públicas para as bibliotecas públicas, pois ainda hoje o básico e principal objetivo dessas ações não foi alcançado, que seria tornar realidade uma biblioteca em cada cidade brasileira. Nessa perspectiva, Paiva e Andrade (2014, p. 104) apontam que

Uma possível explicação a respeito dessas reedições do mesmo objetivo em documentos diferentes é a descontinuidade administrativa: cada governo preferiu não dar continuidade e aprimorar o programa existente, mas fazer um “novo”, dar-lhe um novo nome, nomear outro diretor, sobrepondo objetivos e dispersando energia e recursos, além de desperdiçar todo o conhecimento acumulado, as relações estabelecidas, as experiências que evitam a repetição dos erros.

Essa mesma perspectiva se faz presente na obra de Gomes (1983) ao evidenciar que há uma nítida falta de interesse por parte dos órgãos públicos na manutenção e conservação de bibliotecas. O que sempre existiu foi um interesse em criar bibliotecas, sem instalações adequadas, sem recursos suficientes, apenas criar. Milanesi (1986, p. 95) acentua isso de forma precisa ao dizer que “as bibliotecas nascem e morrem muito rápido”. Na tabela a seguir vemos o número de bibliotecas implantadas entre 2004 e 2010, sendo o Nordeste o mais contemplado pelo programa.

TABELA 01 – TABELA DE IMPLANTAÇÃO DE BIBLIOTECAS ENTRE 2004/2010

Região	IMPLANTAÇÃO					Total
	2004/2005	2005/2006	2007/2008	2008/2009	2009/2010	
Norte	9	26	42	50	51	178
Nordeste	53	187	200	248	161	849
Centro-Oeste	9	31	19	32	37	128
Sudeste	17	83	1	12	104	217
Sul	39	76	38	19	67	239

Fonte: Anais da Biblioteca Nacional, 2011

Os municípios receberam: 2 mil títulos de material bibliográfico (livros, CDs e DVDs), 1 computador, 1 impressora, 1 note-break, 1 TV 29 pol., 1 circulador de ar, 1 mini system, 1 aparelho de DVD, 6 mesas para leitor com 4 cadeiras cada, 1 mesa de trabalho com cadeira giratória, 5 estantes com 5 prateleiras e 3 estantes com 3. O valor unitário do kit era 54.538,92. Tal como enfatiza Ferreira (2016, p. 614),

Em 2005, os recursos alocados pelo Governo Federal, para a implantação de bibliotecas municipais foram de R\$ 21.433.790,71 (vinte e um milhões, quatrocentos e trinta e três mil, setecentos e noventa reais, e setenta centavos). Cada município ao assinar o convênio de implantação na época, recebia um kit no valor de R\$ 54.538,92 (cinquenta e quatro mil, quinhentos e trinta e oito reais e noventa e dois centavos).

Com efeito, 2005/2006 foi realmente um período marcado pela implantação de bibliotecas, isso se nota pelo total de livros que foi distribuído em maior quantidade para a implantação do que para a modernização, conforme dados da Biblioteca Nacional (2011).

TABELA 02 – TABELA DE DISTRIBUIÇÃO DE LIVROS ENTRE 2004/2010

<u>Livros distribuídos</u>			
Período	Implantação	Modernização	Total geral
2004/2005	254.000	---	254.000
2005/2006	808.000	62.000	870.000
2006/2007	---	---	---
2007/2008	720.000	130.000	850.000
2008/2009	722.000	410.000	1.132.000
2009/2010	494.585	100.000	594.585
Total	2.998.585	702.000	3.700.585

Fonte: Anais da Biblioteca Nacional, 2011

O Programa Livro Aberto, iniciado em 2004 pelo Ministério da Cultura, chegou à Brejinho, no interior de Pernambuco, no ano seguinte, em 2005. A coordenação do Sistema de Bibliotecas de Pernambuco remeteu para o prefeito ofício circular nº 022/2005 em 15 de junho tratando do programa. Vejamos:

Senhor Prefeito,

O Sistema de Bibliotecas Públicas de Pernambuco - SBPE apoiado pelo Ministério da Cultura - MinC. / Biblioteca Nacional, está desenvolvendo gestões junto aos municípios pernambucanos com o objetivo de instalar bibliotecas públicas através do 'Programa Livro Aberto'.

Esse programa tem por objetivo implantar bibliotecas públicas em municípios brasileiros que não dispõem dessas instalações, possibilitando o acesso da população à informação e ao conhecimento e o seu enriquecimento intelectual, eliminando o número de municípios sem bibliotecas públicas no país [...].⁵⁷

A contrapartida do município seria garantir o espaço físico, funcionários e a manutenção da biblioteca. Passados cinco meses, no dia 14 de novembro de 2005, o prefeito Francisco de Sales Rodrigues da Costa enviou ofício ao presidente da Fundação Biblioteca Nacional, o senhor Pedro Côrrea do Lago, em que dizia:

Senhor Presidente,

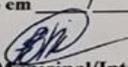
Com o presente venho solicitar de Vossa Senhoria a doação de livro e mobiliários para a Prefeitura Municipal de Brejinho, destinado ao projeto cultural modernização de Bibliotecas Públicas.

⁵⁷ Ofício Circular nº 022/2005 – SBPE.

Na oportunidade encaminho a documentação solicitada ao tempo em que declaro que as informações contidas no projeto e documentação são de minha inteira responsabilidade, podendo vir a ser comprovadas.

Como afirmado anteriormente, em primeiro de março do corrente ano, o prefeito havia alugado um novo prédio para reativar o funcionamento da biblioteca, na Rua Severino da Costa Nogueira, s/n, e no projeto enviado à Fundação Biblioteca Nacional o endereço constante era o mesmo. O número de estudantes de Brejinho nesse ano era 1.769, e 7.277 habitantes. Na imagem a seguir, é possível ver a descrição do projeto.

Imagem 19 – Foto do Projeto de Modernização de Bibliotecas Públicas

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL ESTADO DE PERNAMBUCO PREFEITURA DE BREJINHO		
Ministério da Cultura Fundação Biblioteca Nacional		
ANEXO I		
Programa: Livro Aberto – Modernização de Bibliotecas Públicas FORMULÁRIO PARA CADASTRAMENTO VISANDO A OBTENÇÃO DE KITS PARA MODERNIZAÇÃO DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS		
DADOS DO PROJETO		
26. Qual é a população do Município? 7.277 habitantes	27. Qual é o número de estudantes? 1.769	
28. A biblioteca terá acesso a energia elétrica suficiente para iluminação e funcionamento de aparelhos eletrônico? Sim.		
29. Existe outra biblioteca no Município? Não.		
30. Qual a estratégia de captação de público para a biblioteca?		
CAMPANHAS ()	JORNAL ()	RÁDIO ()
AÇÃO ESCOLA (x)	TV ()	OUTRAS ()
Apresentado em ____/____/____	Analisado em ____/____/____	Aprovado em ____/____/____
 Prefeito Municipal/Interessado	Área Técnica	Presidente da FBN

Fonte: Arquivo da Prefeitura Municipal de Brejinho-PE

Nesse mesmo dia 14, uma segunda-feira, o governo de Francisco de Sales elaborou o Projeto de Lei nº 027/2005, cuja ementa diz: “Cria a Biblioteca Pública Municipal e dá outras providências” (ver anexo J). Mas como cria a biblioteca? Se foi esse mesmo governo que desde março alugou um novo espaço para funcionamento da biblioteca. Outra aparente contradição está no fato de que para a Fundação Biblioteca Nacional, foi enviado projeto em que o município se enquadrava na categoria de modernização e não de implantação, como demonstra a Imagem 19. Há um outro documento que nos confirma isso, no dia 23 de

novembro, a Fundação Biblioteca Nacional encaminhou correspondência para o prefeito de Brejinho em que dizia: “Informo que a Prefeitura Municipal de Brejinho possui um processo, categoria modernização da biblioteca pública, estando pendente de documentação. Escritura do imóvel ou contrato de locação (não confere com o endereço da Biblioteca Pública cadastrada na base de dados do SNBP).” O endereço que constava no sistema era o da Rua João Nunes, quando outrora, nos anos seguintes a 1995, a repartição havia funcionado lá. O fato é que ela sempre funcionou em prédios alugados, realidade que se mantém até a atualidade. Ferreira (2016, p. 603) aponta esse dado em sua obra ao dizer que

[...] as bibliotecas permaneceram por longo tempo [...] abandonadas pelo poder público, mudando de endereço a cada governo que alternava no poder. Isso porque não eram construídos prédios para instalação apropriada das poucas bibliotecas públicas criadas. Adaptavam-se prédios ou utilizavam-se salas em algum prédio público, geralmente impróprios para esse mister.

Diferentemente de outras repartições, em que um dos primeiros requisitos seria a construção de um prédio adequado para sua instalação, a realidade das bibliotecas brasileiras se repete tanto nos grandes centros como nas pequenas cidades. Veja, “a Biblioteca Municipal de São Paulo, só foi instalada em prédio próprio e adequado em 1926, apesar da lei de sua criação datar de 1907” (GOMES, 1983, p. 52). Duas cidades com realidades tão diferentes em tantas outras questões, mas tão parecidas no que concerne à sede da biblioteca pública.

Ao analisar essa nova lei, é possível supor que o fato de enviar para a Câmara de Vereadores um projeto em que criava a biblioteca, a gestão municipal deixava transparecer seus interesses políticos de provável promoção partidária na cidade, ao evidenciar para os brejinhenses que seu governo estava criando uma biblioteca pública. Entretanto, o fato é que sua gestão encontrou uma biblioteca que “existia”, mas não funcionava.

Como o dia seguinte, 15 de novembro, terça-feira, era o feriado da Proclamação da República, o ofício com o projeto foi enviado para Câmara Municipal na quarta, dia 16, sendo que, nesse período, as reuniões dos vereadores aconteciam às quartas-feiras à noite, o projeto ficou para ser apreciado e votado na semana seguinte. Contudo, na semana prevista, a reunião aconteceu na noite da sexta-feira dia 25. O projeto foi votado e aprovado em unanimidade pelos parlamentares. Pela quarta vez na história de Brejinho, era criada uma biblioteca pública municipal. O presidente da Câmara, vereador Antônio Ferreira de Lima (PFL), remeteu o projeto aprovado para ser sancionado pelo prefeito no dia 28, conforme ofícios pesquisados. Aqui destaco que o vice-prefeito nessa gestão era o senhor João Manoel da Silva, o mesmo que era prefeito em 1975, quando foi fundada a primeira biblioteca e que, pelas décadas

seguintes, se fez presente na vida política do município exercendo ao longo dos anos diversos mandatos no poder executivo. Foi eleito prefeito por três vezes, sempre fazendo seu sucessor, e duas vezes foi eleito vice-prefeito.

Concluídos os devidos trâmites, em 28 de novembro de 2005, o prefeito Francisco de Sales sancionou a Lei nº 258/2005 (ver anexo K) que criou a biblioteca pública municipal. A citada Lei tem dois pontos que merecem nossa atenção, um é que pela primeira vez, a biblioteca aparece com um nome⁵⁸ destinado a ela, Manoel Nunes Ferreira. Este senhor, nasceu no município de Sumé na Paraíba em 1906, em 1930 com 24 anos de idade mudou-se para Brejinho-PE, residindo no sítio Degredo. Era mascate⁵⁹ e comercializava cereais e aguardente percorrendo regiões de Pernambuco e do Cariri Paraibano. No ano de 1937 quando se iniciou o Estado Novo de Vargas, Manoel Nunes mudou-se para uma propriedade que comprou no sítio Belém, também em Brejinho. Casado com Maria Nunes da Silva, tiveram quatorze filhos. Firmou-se como agropecuarista e comerciante, sendo que também entrou para vida política.

Em documentos pesquisados, encontra-se o nome de Manoel Nunes como membro do diretório municipal do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) de São José do Egito-PE em setembro de 1952. Posteriormente, transferiu suas atividades políticas para Itapetim-PE a partir do ano de 1954, por ocasião da emancipação política desta localidade. Com a fundação do PSD, Manoel Nunes se tornou um dos dezesseis membros do diretório do partido, como representante do povoado de Brejinho. Na primeira eleição municipal de Itapetim, foi candidato a vereador, sendo eleito para o mandato de 1955/1958. Nos anos 1960 deixou o comércio e a política, continuando apenas na agropecuária. Mas, Manoel Nunes também era poeta, e ao longo de sua vida escreveu vários poemas que ainda são lembrados por familiares e amigos como o construído sob o mote⁶⁰ “Na verdade que a vida é uma graça”:

Vem a velhice da noite para o dia
 Nossas horas são muito passageiras,
 Todas as coisas da vida são ligeiras
 Não tem uma que tenha garantia,
 O desgosto, a saúde, a alegria,
 Tudo finda, tudo foge, tudo passa,

⁵⁸ Lei nº 258/2005 – Art. 1º - Fica criada na sede do município, a Biblioteca Pública Municipal denominada de Manoel Nunes Ferreira, subordinada à estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo.

⁵⁹ Aquele que percorre ruas vendendo mercadorias, quem oferece produtos em domicílio.

⁶⁰ O mote é o verso ou conjunto de versos que é utilizado como desafio poético, utilizado na criação de poemas, ele se repete e faz parte da composição. É uma ideia que é referida nos versos para desenvolvimento da glosa.

A existência se desfaz igual fumaça
Ninguém pode ter certeza do futuro,
E o momento que vem nos é escuro
Na verdade que a vida é uma graça.
(Manoel Nunes Ferreira)

Em decorrência de problemas cardíacos, faleceu em 23/03/1975 com 69 anos de idade. Um de seus filhos, Wamberto Nunes Ferreira, depois da emancipação política de Brejinho, ingressou na política, se elegendo vereador por quatro mandatos, 1973/1976 e 1977/1982 pela Arena, no ano de 1982 foi candidato a prefeito pelo PDS, mas não foi eleito, se elegeu vereador pelo PMDB para o mandato de 1989/1992, até esse ano Wamberto sempre esteve na oposição ao governo, ou seja, contrário ao grupo de João Manoel da Silva, porém no seu quarto e último mandato de vereador entre 1993/1996, ele foi eleito tendo aderido ao grupo governista (PFL).

Em 2005, de acordo com dados do Arquivo da Biblioteca Municipal, o prefeito Francisco de Sales (PFL) decidiu homenagear o poeta Manoel Nunes Ferreira, nomeando a biblioteca com seu nome. Embora o senhor Manoel Nunes fosse uma figura notória, em vista dos serviços prestados à comunidade, tendo sido eleito vereador quando Brejinho ainda era um povoado, além de ter sido comerciante e poeta; no ano de 2005 já faziam trinta anos de sua morte, as pessoas mais jovens não o conheciam. Seu nome foi escolhido por seus méritos, mas também, em virtude da atuação política de seu filho Wamberto Nunes, que conseqüentemente estava agora na base do governo, e como evidencia Sirinelli (2003), as estruturas sociais se entrelaçam, permeadas de elementos afetivos, ideológicos, políticos e culturais. É inegável que a escolha do nome passou por um arranjo político da época, pois se Wamberto ainda estivesse na oposição ao partido do PFL muito provavelmente as afinidades políticas e culturais desse grupo encontrariam outro ilustre brejinhense para dar nome à nova biblioteca.

O segundo ponto em questão está no artigo 5º da Lei 258/2005 que diz: “Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, *ficando revogada a Lei Municipal 119 de 09 de janeiro de 1995* e as disposições em contrário” (grifo nosso). Entre os documentos pesquisados que fazem relação à criação da biblioteca de Brejinho, é a primeira vez que uma das leis publicadas faz referência a uma anterior. Recapitulando, a primeira Lei publicada em 16 de maio de 1975 foi a Lei nº 03/1975, no governo de João Manoel da Silva (Arena 1); a segunda foi publicada pelo prefeito Gervásio Alves da Costa, também da Arena, em 12 de abril de 1979, em nenhum de seus artigos citava a lei anterior. Passados vinte anos, João

Manoel da Silva, agora no PFL, publicou mais uma lei, a terceira, criando a biblioteca da cidade, Lei nº 119/1995 de 9 de janeiro, sem citar em seus artigos as duas leis anteriores. Adiante, no ano de 2005, tendo já se passados trinta anos da fundação da suposta primeira biblioteca municipal, essa questão volta ao cotidiano político da cidade, o prefeito Francisco de Sales (PFL) cria na forma da lei pela quarta vez um espaço destinado aos livros e às práticas de leitura, através da Lei nº 258/2005 de 28 de novembro, citando em seu artigo 5º pela primeira vez, a existência de uma lei anterior, deixando evidente que existia uma biblioteca, só não funcionava.

Ao analisar os documentos e o processo de implantação da biblioteca pública em Brejinho-PE, vamos percebendo como as políticas nacionais vão adentrando nas cidades do interior, ao mesmo tempo em que nos deparamos com a falta de uma política pública local que vise a difusão do conhecimento através do acesso aos livros. Como aponta Milanese (1998), cabe também às prefeituras aplicarem recursos para a manutenção e o desenvolvimento das bibliotecas. No entanto, esse setor acaba sendo visto como supérfluo em face de outras demandas do município. Mais ainda, “a biblioteca pública exige um esforço coletivo fundamentado na ideia da utilidade, na construção de um bem para ser utilizado por todos indistintamente [...] como um espaço de democratização da leitura” (MILANESI, 1998, p. 58).

Se não há uma ação organizada por parte do governo municipal, a biblioteca acaba não tendo destaque na comunidade, fica escondida em uma garagem sem que muitas pessoas nem saibam de sua existência. Ferreira (2016, p. 616), nos revela isso quando aponta que “o fenômeno da descontinuidade das bibliotecas municipais ou o fechamento desses espaços pelos gestores municipais, está relacionado à falta de demandas por parte da sociedade em cada município em que as bibliotecas foram criadas”. A maioria delas foram implantadas sem um debate com a sociedade, com os professores, alunos ou diretores das escolas, e até os próprios vereadores responsáveis por sua aprovação, visando estabelecer uma relação de pertencimento com estas instituições culturais.

O que fica perceptível, é que sempre que o Governo Federal ofereceu recursos, o município imediatamente formulou toda papelada necessária para instalação da biblioteca, sem, no entanto, se preocupar com a sua manutenção ao longo dos anos. Os chefes políticos foram praticamente os mesmos, durante todo processo, apenas se alternando entre as gestões, os livros parecem não ser objeto de seus interesses, os recursos eram mais. E nesse aspecto, é muito pertinente pensar no que diz Motta (2009), que ao se analisar a influência dos fatores culturais, também o podemos fazer pela visão da política, e para isso a cultura política permite

uma abordagem cultural dos fenômenos relacionados às disputas pelo poder. Todo processo de fundação de uma biblioteca em Brejinho esteve intimamente ligado com as questões políticas da comunidade; com os valores do grupo político dominante, superando inclusive as diretrizes das agremiações partidárias, pois o grupo de João Manoel transitou por diversos partidos, mas, como destaca Motta (2009, p. 24), “as culturas políticas são construções que transcendem as instituições partidárias”.

Ainda destaco Gomes (2005, p. 32) quando diz que [...] “culturas políticas exercem papel fundamental na legitimação de regimes, sendo seus usos extremamente eficientes. Em todos os casos, as culturas políticas articulam, de maneira mais ou menos tensa, ideias, valores, crenças, símbolos, ritos, mitos ideologias, vocabulário, etc.” Pois embora o controle do governo municipal tenha prevalecido pelo voto e pela força com o grupo liderado por João Manoel da Silva; entre os anos de 1973 e 2000, e oposição foi forte e atuante, embora não tenha conseguido eleger candidatos a prefeito, sempre elegeu entre três ou quatro vereadores.

Essa oposição foi basicamente sufocada apenas na eleição de 2000 e 2004 quando não elegeu nenhum vereador, porém em 2008, ela volta a ter forte atuação na cidade. Contudo, em todas as ocasiões em que foram postos em votação os projetos de fundação da biblioteca, foram aprovados por unanimidade, e conforme as atas das sessões, todos viam a iniciativa como algo de grande importância para o município, nos discursos era bom ter uma biblioteca, na prática nem tanto.

Ao analisar os personagens que compunham essas redes de sociabilidades, é possível perceber a transição de alguns deles oscilando entre se colocarem politicamente como apoiadores ora da situação ora na oposição (Ver Tabela 03), sugerindo que as afinidades mudam de acordo com o contexto e os interesses, como bem salienta Alves (2019), que as simpatias e hostilidades, amizades e rancores, solidariedade e competição mesclam-se nas configurações e nos deslocamentos que marcam as redes de sociabilidade. Entre adesões e dissensões, as relações de poder atravessam essas redes de sociabilidade (SIRINELLI, 2003).

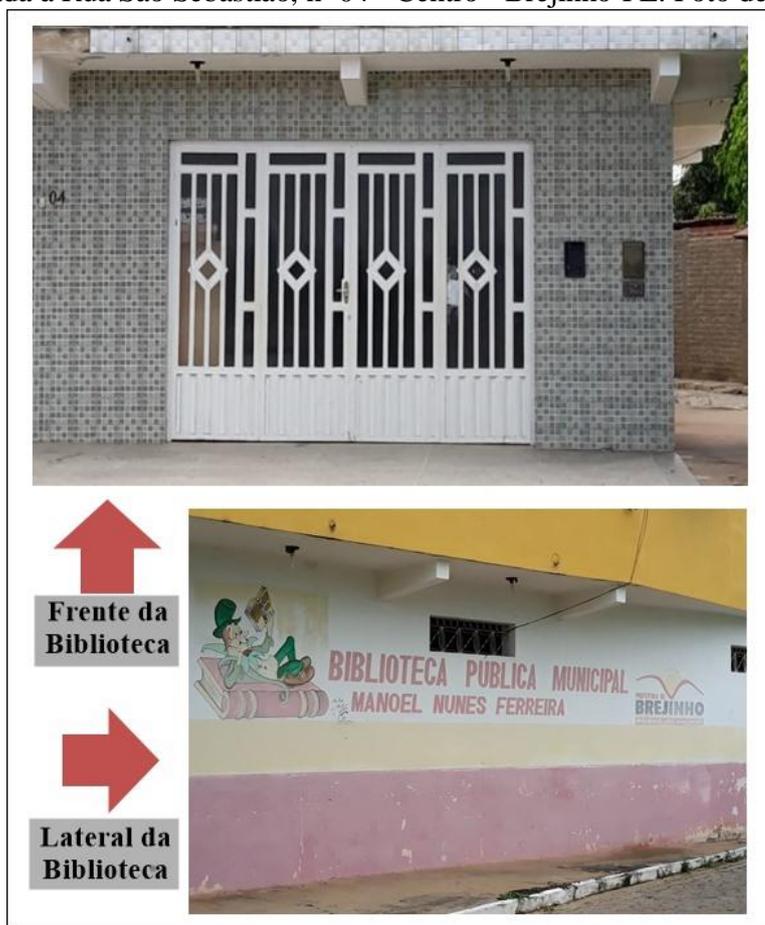
TABELA 03 – PRINCIPAIS PERSONAGENS QUE ESTIVERAM PRESENTES NA HISTÓRIA DA FUNDAÇÃO DA BIBLIOTECA PÚBLICA DE BREJINHO-PE

Principais personagens que estiveram presentes na história da fundação da Biblioteca Pública de Brejinho-PE				
Nome	Ano em que a Biblioteca foi Fundada	Partido	Situação/Oposição	Cargo / Descrição
João Manoel da Silva	1975	Arena 2	Situação	Prefeito
	1979	Arena 2	Situação	Líder político
	1995	PFL	Situação	Prefeito
	2005	PFL	Situação	Vice-prefeito
Gervásio Alves da Costa	1975	Arena 2	Situação	Vice-prefeito
	1979	Arena 2	Situação	Prefeito
	1995	PMDB	Oposição	Vereador
	2005	PFL	Situação	Elegeu o filho vereador
Sebastião Travasso de Lucena	1975	Arena 2	Situação	Ver. Presidente da Câmara
	1979	Arena 2	Situação	Vereador
	1995	PFL	Situação	Vice-prefeito
	2005			
Manoel Teixeira do Nascimento	1975	Arena 2	Situação	Vereador
	1979	Arena 2	Situação	Vereador
	1995	PFL	Situação	Ver. Presidente da Câmara
	2005			
Wamberto Nunes Ferreira	1975	Arena 1	Oposição	Vereador
	1979	Arena 1	Oposição	Vereador
	1995	PFL	Situação	Vereador
	2005			
Francisco de Sales Rodrigues da Costa	1975			
	1979			
	1995	PMDB	Oposição	Vereador
	2005	PFL	Situação	Prefeito

Fonte: Elaborado pelo autor

Em 2009, com a vitória para exercer um terceiro mandato como prefeito, José Vanderlei da Silva (PSB), cujo sogro era o senhor João Manoel da Silva, transferiu a Biblioteca Pública para uma nova sede. A biblioteca foi instalada em uma garagem de Wamberto Nunes Ferreira, revelando assim, como os arranjos políticos se perpetuam através dos anos pelas redes de sociabilidade vigentes. Na imagem a seguir, vemos a sede onde funcionou a Biblioteca Pública de Brejinho entre 2009 e 2020.

Imagem 20 – Foto da sede da Biblioteca Pública Municipal Manoel Nunes Ferreira entre 2009/2020. Localizada à Rua São Sebastião, nº 04 - Centro - Brejinho-PE. Foto de maio de 2020.



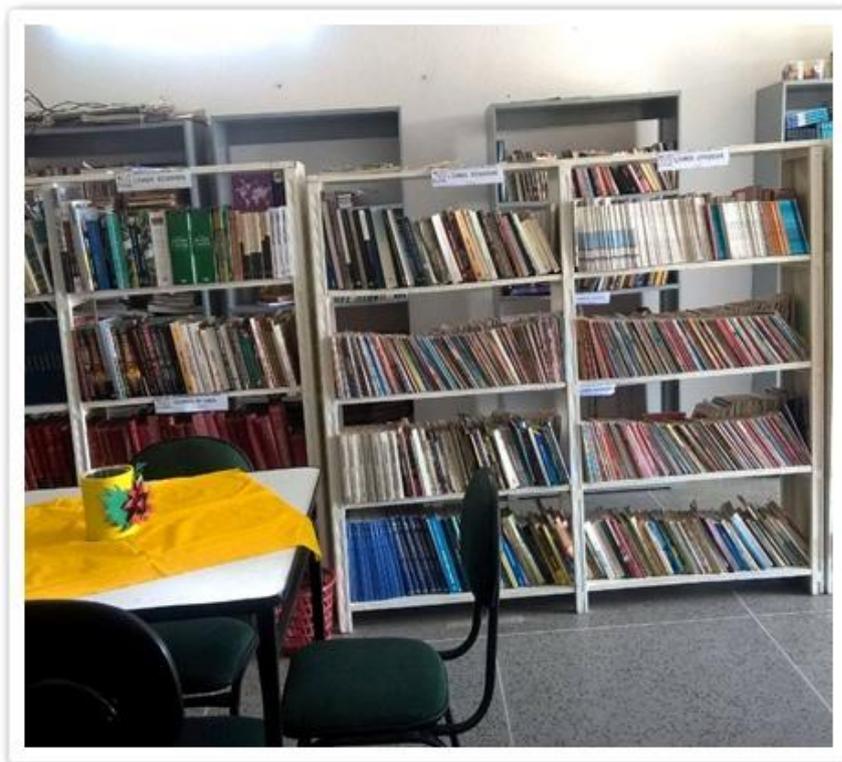
Fonte: Arquivo pessoal

E assim, é a realidade que não difere muito de outras tantas cidades; faltam livros, e faltam ações que promovam a leitura. Como bem diz Coelho (2011, p. 50), “sempre foi mais fácil para nossos governantes fazer a distribuição de livros e construir bibliotecas. Isso é fundamental para a construção de uma sociedade leitora, sim, mas de que adianta o livro à mão se não existir vontade para lê-lo e entendê-lo”. Ao pensar o papel das bibliotecas, Ferreira (2016, p. 618) elucida que

[...] quando as bibliotecas e a leitura acompanharem o cotidiano das comunidades, elevando seus níveis de conhecimento que, por sua vez, pode assegurar tomadas de decisões livres e conscientes, permitindo que as comunidades e os sujeitos possam compreender melhor a realidade que os cerca buscando transformar os contextos em que estão inseridos. Somente assim é possível vislumbrar uma sociedade democrática.

Vejamos algumas imagens da organização da Biblioteca Pública Municipal Manoel Nunes Ferreira em Brejinho, nessa sede alugada ela funcionou entre 2009 e 2020.

Imagem 21 – Foto do interior da Biblioteca Pública Municipal Manoel Nunes Ferreira entre 2009/2020 - localizada à Rua São Sebastião, nº 04 - Centro - Brejinho-PE



Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 22 – Foto do interior da Biblioteca Pública Municipal Manoel Nunes Ferreira entre 2009/2020 - localizada à Rua São Sebastião, nº 04 - Centro - Brejinho-PE



Fonte: Arquivo pessoal

Abreu (1999, p. 10) enfatiza que “a leitura é fator determinante para o sucesso das pessoas, sendo capaz de minimizar os efeitos da pobreza, da cor e do gênero”, ela pode levar o conhecimento aos lugares mais distantes, formando cidadãos mais críticos. E assim, “a biblioteca pública é o espaço privilegiado do desenvolvimento das práticas leitoras, e através do encontro do leitor com o livro forma-se o leitor crítico e contribui-se para o florescimento da cidadania” (BRASIL, 2010, p. 18). Porém, isso assusta de certa forma, aqueles que nos governam. Ao ver todo processo e luta por afirmação de uma política de fato eficaz na promoção da leitura, é como se o governo desse o livro com uma mão e o pegasse de volta com a outra.

Ainda faltam livros, e nos lugares em que existem, falta estrutura, e onde há estrutura, faltam ações que formem leitores. Esse ciclo esteve presente em Brejinho, faltavam livros na cidade e quando eles chegaram não havia estrutura adequada para eles, é tanto que a Biblioteca Pública foi fundada “no papel” quatro vezes. Isso revela que acima de tudo, faltou uma política pública no município em prol da formação de leitores e do desenvolvimento de ações para promoção da leitura. Houve por parte dos gestores municipais o interesse nas verbas e no cumprimento dos pedidos de instâncias superiores. Criou-se a Biblioteca, mas não se criou o hábito da leitura.

Ao analisar a obra de Gomes (1983), percebemos que a realidade de Brejinho, que teve sua biblioteca fundada quatro vezes, não difere da realidade de tantos outros lugares pelo Brasil. Para exemplificar, a Biblioteca Pública do Piauí foi inaugurada em 1874, e extinta em 1877, sendo reaberta em 1883, porém sua criação oficial só aconteceu em 1910 quando o governador promulgou uma lei estabelecendo um crédito para a fundação e manutenção (GOMES, 1983). Ou seja, tal fundação se inicia no século XIX, quando o Brasil ainda era um Império, e vai se consolidar somente no século XX, quando já éramos uma República.

Dessa maneira, ao se perguntar: onde estão os livros? Uma resposta pertinente seria dizer: estão na Biblioteca. Porém, e a Biblioteca, onde está? Descrita em um pedaço de papel, perdida em uma garagem abandonada ou esquecida em uma garagem alugada. Ela não tem residência, vive à mercê dos governantes, com funcionários quase sempre readaptados para essa função. Mas, por que ela é tão negligenciada? Talvez porque é nela que os livros moram; e o livro como, diz Carl Sagan (2014), é uma coisa assombrosa que rompe os grilhões do tempo, sendo capaz de mudar a vida dos que os leem. Se escrever é talvez a maior das invenções humanas, o livro é a melhor forma de preservar a escrita, de preservar o conhecimento. Sendo assim, a biblioteca se torna um grande tesouro, mas, aqueles que nos governam não querem deixar que o encontremos, ao menos, não totalmente.

TABELA 04 – TRAJETÓRIA DE FUNCIONAMENTO DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DE BREJINHO-PE

Trajetória da Biblioteca Pública Municipal de Brejinho-PE				
Ano de fundação	Nome	Endereço onde funcionou	Prefeito e vice-prefeito	Gestão
1972	Sala de Leitura	Ginásio Municipal São Sebastião Rua Severino da Costa Nogueira, nº 36	Prefeito: João Resende Neto (Arena) Vice: José Dionísio da Silva (Arena)	1970 – 1972
1975	Biblioteca Municipal	Provavelmente não chegou a funcionar	Prefeito: João Manoel da Silva (Arena) Vice: Gervásio Aves da Costa (Arena)	1973 – 1976
1979	Biblioteca Pública Municipal	Funcionou na atual sala da Coordenação na Escola Municipal São Sebastião Rua Severino da Costa Nogueira, nº 36	Prefeito: Gervásio Aves da Costa (PDS) Vice: Francisco Alves Batista (PDS)	1973 – 1976
1995	Biblioteca Pública Municipal	Funcionou na sala ANEXO na Escola Municipal São Sebastião Rua Severino da Costa Nogueira, nº 36	Prefeito: João Manoel da Silva (PFL) Vice: Sebastião Travasso de Lucena (PFL)	1993 – 1996
1997	Biblioteca Pública Municipal	Rua João Nunes, nº 252.	Prefeito: José Vanderlei da Silva (PFL) Vice: José de Souza Vilarim (PFL)	1997 – 2000
1998 / 2001	Biblioteca Pública Municipal	Provavelmente ficou sem funcionar	Prefeito: José Vanderlei da Silva (PFL) Vice: José de Souza Vilarim (PFL)	1997 – 2000
2002	Biblioteca Pública Municipal	Rua João Nunes, nº 252.	Prefeito: José Vanderlei da Silva (PFL) Vice: João Manoel da Silva (PFL)	2001 – 2004
2003	Biblioteca Pública Municipal	Rua João Nunes, nº 252.	Prefeito: José Vanderlei da Silva (PFL) Vice: João Manoel da Silva (PFL)	2001 – 2004
2004	Biblioteca Pública Municipal	Rua João Nunes, nº 218.	Prefeito: José Vanderlei da Silva (PFL) Vice: João Manoel da Silva (PFL)	2001 – 2004
2005	Biblioteca Pública Municipal Manoel Nunes Ferreira	Rua Severino da Costa Nogueira, s/n.	Prefeito: Francisco de Sales R. da Costa (PFL) Vice: João Manoel da Silva (PFL)	2005 – 2008
2009	Biblioteca Pública Municipal Manoel Nunes Ferreira	Rua São Sebastião, nº 04.	Prefeito: José Vanderlei da Silva (PSB) Vice: João Bernardo de Lima (PSB)	2009 – 2012
2021	Biblioteca Pública Municipal Manoel Nunes Ferreira	Rua Tereza Gomes, nº 20.	Prefeito: Gilsomar Bento da Costa (REP) Vice: Josinaldo Alves da Costa (REP)	2021 - 2024

Fonte: Elaborado pelo autor.

Imagem 23 – Foto da atual sede (2021) da Biblioteca Pública Manoel Nunes Ferreira, uma garagem localizada na Rua Tereza Gomes, nº 20. A proprietária é aliada do atual gestor.



Fonte: Arquivo pessoal

No próximo capítulo vamos abordar os desafios da leitura na cidade de Brejinho, onde é possível perceber que tais desafios estão presentes em diversas cidades brasileiras, a história parece ser a mesma com personagens diferentes. Vamos analisar as prioridades do governo municipal, e seguindo a rota dos livros, analisar sua relação com as escolas concluindo com o grande desafio para se formar leitores.



III. Os desafios da leitura em Brejinho

“Um público comprometido com a leitura é crítico, rebelde, inquieto, pouco manipulável e não crê em lemas que, alguns, fazem passar por ideias.”

(Vargas Llosa, 2016)

3.1. As prioridades do Governo Municipal

Podemos dizer que Brejinho existe enquanto povoação organizada desde 1928, quando depois de celebrar uma missa no lugar, o Padre João Leite organizou com os moradores a realização de uma feira, que foi de grande importância para o crescimento e o desenvolvimento do povoado, e que já foi explanado nos capítulos anteriores. Durante os anos seguintes, por inúmeras vezes, a população brejinhense se deparou com a seca, fato que marca a história de todo Nordeste brasileiro. Em 1970, com seis anos de emancipação política, o governo de Brejinho se deparou com uma grande seca, e viu surgir as “frentes de emergência” mantidas pelo governo federal. Entretanto, o pior ainda estava por vir, entre os anos de 1979 e 1984, o Nordeste viu uma das mais prolongadas e abrangentes secas de sua história. Segundo dados da Sudene, morreram 3,5 milhões de pessoas, a maioria crianças, por fome e enfermidades derivadas da desnutrição.

Durante esse período as páginas do *Jornal Diário de Pernambuco* estamparam a situação calamitosa que todo sertão pernambucano vivenciou, e Brejinho foi destaque em muitas matérias. De acordo com o *Jornal*, o município enfrentou a maior seca de sua história, cujas consequências se refletem até os dias atuais; o êxodo rural de seus habitantes em direção ao Centro-Sul do país foi enorme.

Centenas de habitantes de Brejinho, vitimados e desesperados com a violenta estiagem que vem assolando todo o Município, estão vendendo seus pertences, particularmente casas e animais a preços irrisórios. O apurado da venda - parte dele - serve para pagar o “fiado” da bodega e o resto vem sendo utilizado na compra de passagens em autênticos caminhões “paus-de-arara”, cujo desfile tem sido comum nas estradas ensolaradas e poeirentas do Sertão (*Diário de Pernambuco*, 23 de outubro de 1979).

O Diário de Pernambuco ainda apresentava Brejinho como um dos municípios mais carentes da região, com uma faixa de analfabetismo que chegava a 75% da população, que foi também a que mais migrou em todo o Vale do Pajeú. Mediante a calamitosa situação, os

comerciantes e feirantes viviam com receio de que a qualquer momento pudessem acontecer saques, isso levou algumas casas comerciais a fecharem as portas por um período, e além da seca, o medo tomou conta da feira livre.

Imagem 24 – Foto da feira de Brejinho no centro da cidade em 1979.



Fonte: Arquivo do *Jornal Diário de Pernambuco*, 28 de agosto de 1979.

A falta de água só não foi mais agravante devido à nascente do Rio Pajeú, que nesse período ainda minimizou uma parte do município que foi saciar a sede em sua fonte. Todavia, diante do desmatamento, das queimadas e da prolongada seca, a nascente deixou de jorrar água, provavelmente no ano de 1984. Na sequência, outra grande seca se abateu sobre o Nordeste, atingindo Brejinho com força total no ano de 1993. Apesar disso, foi nesse mesmo ano que o prefeito João Manoel da Silva (PFL) iniciou a obra que seria a maior de sua gestão, e provavelmente a maior já realizada pelo governo municipal até aquele momento. Brejinho, que contava com 7.403 habitantes, viu surgir a construção de um estádio de futebol que em seu projeto final teria capacidade para receber 10.000 torcedores. A magnitude da obra

chamou a atenção na grande mídia, e Brejinho, que já vinha se destacando nas páginas dos jornais pernambucanos, foi parar nas páginas da *Folha de São Paulo*, e a cidade ainda apareceu na tela da *Globo Nordeste*.

Diante de tamanha seca, o prefeito publicou o Decreto Nº 07/93 em 20 de março de 1993 decretando “Estado de Calamidade Pública” no município. Em mensagem enviada junto ao decreto, o prefeito se dirigiu aos vereadores falando sobre a situação e frisando que já estava buscando adquirir alimentos para serem distribuídos com a população, ele também ressaltou que essa medida iria assegurar que não houvesse saques em estabelecimentos comerciais da cidade. Durante esse referido ano, a comunicação da prefeitura municipal com os deputados, com o governo estadual e federal através de ministérios foi muito intensa. O prefeito pedia desde alimentos a carros pipas, como mostra um dos ofícios enviados ao secretário estadual de agricultura solicitando dois carros pipas para atender às necessidades da população. No mês de setembro, mais um ofício foi enviado à secretaria de agricultura de Pernambuco, nele, pedia 3.500 kg de feijão para serem distribuídos para a população carente.

No mês seguinte, em 14 de outubro, foi enviado à Câmara de Vereadores o Projeto de Lei Nº 13/93, que tratava sobre a isenção do IPTU em decorrência da seca. Entretanto, foi nesse fatídico ano de 1993 que a obra do estádio de futebol foi iniciada, se estendendo por todo o mandato de João Manoel da Silva, que foi de 1993 até 1996. O estádio foi inaugurado ainda inacabado em 1995, e a gestão seguinte, que teve como prefeito o seu genro José Vanderlei da Silva (1997-2000), do mesmo PFL, ficou incumbida de concluir a obra. É importante destacar que nesse ano, Brejinho também não tinha mercado público, pois ainda em fevereiro o gestor municipal havia enviado ofício para seu deputado federal pedindo ajuda na aquisição de recursos para construção de um mercado. Não foram encontrados nos arquivos da prefeitura documentos que comprovassem o mês em que de fato a construção do estádio de futebol foi iniciada, mas é possível supor que tenha sido a partir do mês de novembro, pois nas prestações de conta, é a partir desse mês que começam a aparecer despesas relacionadas com essa construção.

A matéria sobre o estádio de futebol foi publicada no caderno Cotidiano do *Jornal Folha de São Paulo* no dia onze de setembro de 1995, com o título “Capacidade de estádio supera população em cidade do PE”. Ao ser questionado pela reportagem, João Manoel da Silva, o popular João Pedro, disse que em dez ou doze anos a população estaria adequada ao tamanho do estádio, todavia, isso não aconteceu, e ainda hoje de acordo com dados do IBGE, Brejinho não atingiu o número de oito mil habitantes. “Desde que iniciou a obra em 1993, a prefeitura gastou R\$ 140 mil” (*Folha de São Paulo*, 11 de setembro de 1995), e ainda gastaria

nos anos seguintes, mais R\$ 60 mil para concluir o estádio, que foi edificado praticamente com recursos do próprio município. Contudo, na ocasião da inauguração, já dispunha de capacidade para três mil espectadores e um sistema moderno de iluminação.

Em 24 de maio de 1994, João Manoel da Silva enviou ao legislativo um projeto de lei para denominação do estádio. O nome escolhido foi “Estádio Municipal Dr. Antônio Alves de Lima”, nome de outro genro de João Manoel que falecera, vítima de um infarto, no ano de 1989, e não era jogador de futebol, era médico. O ano de 1995, ano que marcou a cidade com a inauguração do mega estádio, começou com uma sessão extraordinária na Câmara de Vereadores marcada às pressas no mês de janeiro para dar conta de fundar uma biblioteca na cidade. A saga de sua fundação foi exposta no capítulo anterior. Ao fundá-la, foi instalada em uma sala da Escola Municipal São Sebastião, sendo transferida no ano de 1997 para uma garagem alugada na Rua João Nunes, centro da cidade. Certamente com R\$ 140 mil daria para ter construído um prédio próprio para a biblioteca pública, todavia as prioridades eram outras.

Imagem 25 – Frente do Estádio Municipal Dr. Antônio Alves de Lima



Fonte: Arquivo pessoal

O sucesso do estádio de futebol foi tão grande que em março de 1997, a *Folha de São Paulo* retornou a Brejinho, dessa vez para produzir uma matéria bem mais extensa, intitulada “Megaestádio ‘engole’ população”. A *Folha* destacou que “o ano de 1993 ficou marcado em Brejinho não só como o da maior seca da década – 12 meses sem chuva – mas como o do lançamento da pedra fundamental da grande obra [...] inaugurada em 1995, ainda inacabada [...]” (*Folha de São Paulo*, 18 de março de 1997). A matéria revela outro fato bastante

pertinente, embora a cidade tivesse dois times de futebol amador, apenas um deles podia treinar e jogar no estádio, era o CEUB (Centro Esportivo União Brejinhense), o Juventus, cujo dono era o senhor Arlindo Formiga, ex-vereador e opositor do grupo político de João Manoel da Silva, não podia usar o estádio; é tanto que no dia na inauguração o CEUB jogou contra um time de outra cidade. Em 1997, já na gestão de José Vanderlei da Silva o estádio Dr. Antônio Alves de Lima contava com capacidade para receber três mil espectadores, fato que se mantém até os dias atuais, o projeto final que visava uma capacidade para dez mil torcedores nunca foi concluído.

Imagem 26 – Matéria sobre o estádio de futebol de Brejinho no Jornal Folha de São Paulo.

PAÍS DO FUTEBOL
HISTÓRIAS REAIS

3º caderno • Página 16 • FOLHA DE SÃO PAULO • São Paulo, terça-feira, 18 de março de 1997

Megaestádio sertanejo 'engole' população

MÁRIO MAGALHÃES
estádio especial a Brejinho (PE)

O prefeito de Brejinho, cidade do alto sertão paulista, busca, a 420 km de Recife, resumo o drama da maioria dos 7.486 habitantes locais: "Pobreza, muita pobreza", diz Vanderlei da Silva (PFL).

A primeira prioridade para combater os castigos da seca, avalia o prefeito, seria construir um mercado para os agricultores venderem milho, feijão, mandioca e outros produtos da aridez.

Ex-bancário, Silva estima em R\$ 200 mil os custos para erguer o mercado. Até agora, porém, inexiste projeto — as energias e finanças do município estão voltadas para outra prioridade: a construção de um estádio de futebol.

Com capacidade para 10 mil espectadores, o estádio Dr. Antônio Alves de Lima será capaz de engolir a população inteira de Brejinho e receber mais 2.514 convidados.

Seria como um estádio para 13 milhões na cidade de São Paulo.

O mais ambicioso projeto da administração municipal sertaneja já consumiu R\$ 150 mil.

São necessários mais R\$ 40 mil, para ampliar a arquibancada e pagar dos atuais 3.000 lugares para 10 mil, além de fazer uma quadra de futebol de salão e uma piscina.

Os R\$ 190 mil destinados ao estádio poriam de pé o mercado público, fazendo arcaísmos.

10 min.

"Mas o povo pede futebol", afirma o empresário João Manoel da Silva, dono de quatro fanalões conhecidos como "pai", "seu" ou "coronel" João Pedro.

O "Pedro" eis herdeiro do pai, Manoel Pedro. A vocação para a política, também.

"Coronel" João Pedro foi três vezes prefeito, em períodos intercalados, sempre em partidos no poder federal — Arena, PSD e, agora, DEM.

ra, Odorico Paraguaguá, buscava em outra cidade um defunto para inaugurar seu cemitério.

João Pedro arrumou uma equipe da vizinhança. Brejinho tem dois times, ambos amadores, mas só o Ceub, apoiado pelo ex-prefeito, pode usar o estádio.

O Juventus, identificado pelo "coronel" como oposição, é vetado. Não há eleições no estádio — um dos times é sempre de fora.

10 min de vídeo

Em outubro do ano passado, João Pedro fez novamente o sucessor, o outro gênero, Vanderlei da Silva, que hoje se empenha em conduzir o "templo" do sagrado.

O "coronel" se diz um homem de visão, um planejador do futuro.

"Estamos fazendo um estádio para cem anos. Será que Brejinho nunca vai crescer, vai ficar toda a vida desse tamanho?"

Ele refuta acusações de desperdício sobre os muros feitos com duas fileiras de tijolos furados. "São para durar."

Contabiliza 3.000 caixas de terra usada para aterrar o que era um planalto, 100 mil tijolos, 500 horas de trator puxando aterra.

"Tudo com verbas próprias, só da prefeitura", se orgulha.

Os cristãos políticos ajustam. Mesmo sem ter obtido o hoje financiamento para o que seria o primeiro hospital público da cidade — o que existe é filantropico —, ele chateia na companhia de distribuição do Estado os seis postes com a iluminação do estádio.

É difícil saber se futebol dá voto. Na última eleição, o negro chegou a gerar com uma diferença de 1.168 votos sobre o candidato do PSB, partido do governador Arnes.

Mas a oposição acusa João Pedro de "importar" 2.000 dólares.

"É como no caso do estádio", diz ele. "A oposição só critica. Se eu for pensar nela, não faço mais nada."

O ex-prefeito conta, alto, que o deputado Inocêncio Oliveira (PFL)...

O vigia Tumã, com pulverizador para formigas e filife, diante do estádio-que leva o nome de um gênero do ex-prefeito e concunhado do atual

Fonte: Arquivo do Jornal Folha de São Paulo, 18 de março de 1997

Mas, a repercussão do estádio de futebol não parou por aí, em fevereiro de 2014 o jornal *El País* publicou em seu caderno de esportes "O povoado do estádio gigante", a matéria

destaca que a história do estádio de Brejinho está publicada no livro “Futebol” do ex-correspondente do *The Guardian* no Brasil, Alex Bellos. Também em fevereiro de 2014 outro jornal de grande circulação no país, o Jornal *Estadão*, noticiou “De Brejinho à Arena da Baixada”, matéria que conta a história de um enorme estádio de futebol em uma pequena cidade; destacando ainda que, no livro de Alex Bellos, Brejinho é mostrado como um símbolo de um país apaixonado por futebol, “o estádio não era uma necessidade, como não é até hoje” (*Estadão*, 16 de fevereiro de 2014), era, no entanto, uma prioridade.

Vejamos, “as informações mostram que não eram construídos prédios para a instalação apropriada das poucas bibliotecas públicas criadas. Adaptavam-se prédios ou utilizavam-se salas em algum prédio público, geralmente impróprios para esse fim” (GOMES, 1983, p. 52). Ao analisar a afirmação de Gomes (1983) percebemos que ao falar sobre a realidade de que as bibliotecas públicas quase nunca funcionam em prédios próprios, estamos falando de uma realidade nacional. A história da pequena cidade que construiu um estádio de futebol capaz de receber toda a população do município, mas não construiu uma sede para a biblioteca, poderia ter acontecido em qualquer outra parte do Brasil, aliás, é bem provável que existam histórias bem parecidas. Outro ponto que merece destaque é que a biblioteca foi uma cobrança externa ao município, uma demanda que veio de cima para baixo, enquanto o estádio foi o contrário, sua construção foi iniciativa do governo municipal.

O dilema da precariedade das bibliotecas públicas se fez presente na história desde os primórdios, quase sempre funcionando em locais improvisados, com instalações precárias e acervos desatualizados, muitas vezes composto por doações. No Brasil, a situação de prédios inadequados esteve presente no século XIX, passou pelo século XX, como destaca Gomes (1983, p. 52) ao exemplificar que “a Biblioteca Pública Municipal de São Paulo, só foi instalada em prédio próprio e adequado em 1926, apesar da lei de sua criação datar de 1907”. E permanece ainda no século XXI.

1993 foi um ano de seca para Brejinho, 1994, ano de Copa do Mundo, e o Brasil foi tetra; nesse mesmo ano a UNESCO publicou o Manifesto das Bibliotecas Públicas, e certamente a mobilização e a cobrança gerada nas nações por tal manifesto, se fizeram chegar à cidade de Brejinho em Pernambuco ocasionando a fundação da biblioteca em janeiro de 1995. É importante destacar que o manifesto em seu primeiro parágrafo diz:

A liberdade, a prosperidade e o desenvolvimento da sociedade e dos indivíduos são valores humanos fundamentais. Só serão atingidos quando os cidadãos estiverem na posse da informação que lhes permita exercer os seus direitos democráticos e ter um papel activo na sociedade. A participação construtiva e o desenvolvimento da democracia dependem tanto de uma

educação satisfatória, como de um acesso livre e sem limites ao conhecimento, ao pensamento, à cultura e à informação. A biblioteca pública - porta de acesso local ao conhecimento - fornece as condições básicas para uma aprendizagem contínua, para uma tomada de decisão independente e para o desenvolvimento cultural dos indivíduos e dos grupos sociais. Este Manifesto proclama a confiança que a UNESCO deposita na Biblioteca Pública, enquanto força viva para a educação, a cultura e a informação, e como agente essencial para a promoção da paz e do bem-estar espiritual nas mentes dos homens e das mulheres. Assim, a UNESCO encoraja as autoridades nacionais e locais a apoiar activamente e a comprometerem-se no desenvolvimento das bibliotecas públicas (MANIFESTO DA UNESCO SOBRE BIBLIOTECAS PÚBLICAS 1994).

Como dito no manifesto, a informação e o conhecimento são de suma importância para o desenvolvimento e o crescimento das sociedades, e a biblioteca pública se torna a porta de acesso para esse conhecimento. Sua criação é uma atividade necessária para o desenvolvimento cultural do país. Certamente elas não poderão resolver todos os problemas culturais, tão menos o analfabetismo, mas poderão disseminar nas comunidades o hábito de ler. Ela deve ser o ponto de acesso aos livros, principalmente pelas camadas mais pobres da sociedade, fazendo com que esse bem tão precioso que é o livro esteja acessível a todos. Sua inexistência ou uso indevido deixa espaços vazios na própria preservação da história da comunidade. Como, por exemplo, em Brejinho, que em 1995 e 1997, foi destaque em um jornal de grande circulação no país, e, no entanto, hoje não encontramos nenhuma referência a isso no precário arquivo da Biblioteca Municipal.

Milanesi (2002) frisa que as bibliotecas, pelo seu tamanho e variedade, passaram a indicar o grau de riqueza de uma sociedade, e o número de unidades espalhadas por um determinado território revela seu grau de desenvolvimento. Ou seja, grandes nações, terão grandes bibliotecas, e nações pequenas, poucas e pequenas bibliotecas. “Os países mais ricos criaram espantosos acervos, minuciosamente organizados e conservados em gigantescas construções. O exemplo mais saliente disso é a Biblioteca do Congresso, em Washington [...]” (MILANESI, 2002, p. 11). E ainda ressalta que:

Nas regiões mais pobres ou onde os muitos bens estão sob a posse de poucos, um pequeno acervo é raro e um livro incomum. Nessa circunstância, o grande e quase único vetor de transmissão do conhecimento é a fala, criadora da tradição oral, da memória coletiva na falta das letras, prevalece a fala nos grupos ágrafos (MILANESI, 2002, p. 11).

Brejinho, uma das menores cidades pernambucanas, conviveu com uma biblioteca pequena e sem expressividade, que teve uma existência breve em seus primeiros anos,

chegando inclusive a existir apenas na lei. Como aponta Milanesi (1986), que em muitos casos como as bibliotecas são criadas por lei municipal, acabam existindo a lei sem que exista a biblioteca. Os índices de analfabetismo em Brejinho eram grandes, o próprio João Manoel da Silva que governou a cidade por três mandatos, não era alfabetizado. Nas palavras de Gomes (1983, p. 81), “o alto índice de analfabetismo do país representa falta de leitores para forçar a demanda de bibliotecas públicas [...] a população em geral, analfabeta e alheia, ignorava o que era biblioteca”. Não podemos negar que tais dados expressam uma realidade brasileira que se fez presente também na comunidade brejinhense.

Após a última fundação da biblioteca em 2005, ela tem se mantido em funcionamento até os dias atuais, embora ainda não tenha o alcance que se espera de uma biblioteca pública. É importante frisar que ainda funciona em um prédio alugado. Todavia, com as políticas de acesso ao livro operacionadas a partir do Governo Lula (2003-2010), os livros chegaram com mais facilidade e as escolas públicas que passaram a ter suas próprias bibliotecas escolares. Nos últimos anos a educação de Brejinho passou por significativas mudanças⁶¹ e os índices de alfabetização passaram a figurar entre os dez melhores do estado de Pernambuco, mas isso veremos adiante.

Por outro lado, de uma forma geral, não se pode atribuir apenas aos governantes a culpa pela situação precária em que as bibliotecas públicas são criadas e mantidas. Falta público leitor, conforme evidenciam os dados da pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil*, ao apontarem que entre os entrevistados na pesquisa, “68% disseram que não frequentam a biblioteca, 14% frequentam raramente, 13% às vezes e apenas 4% responderam que sempre frequentam a biblioteca” (CANÔNICA, 2006, p. 74), isso mesmo, apenas 4% responderam que sempre frequentam a biblioteca.

Mas, faltam também iniciativas da comunidade e das pessoas que tiveram acesso ao conhecimento, falta também engajamento das famílias no intuito de tornar a leitura uma companheira dentro das casas e de fazer do livro um bem precioso e não somente um objeto de decoração, como por exemplo, noticiou a *Folha de São Paulo*⁶² que muitos Sebos estão vendendo livros por metro para decoração de escritórios e residências. A matéria revela que o cliente entra na loja e pede, por exemplo, um metro e meio de livros encadernados em papel-

⁶¹ No dia 20 de agosto de 2019, por iniciativa da então Secretária Municipal de Educação, Silvana teles, o Governo Municipal na pessoa da prefeita e professora Tânia Maria dos Santos sancionou a Lei Municipal nº 480/2019 de 20 de Agosto de 2019 criando O Dia Municipal da Leitura em Brejinho. As ações alusivas a essa data ainda estão muito restritas as atividades de leitura desenvolvidas no âmbito das escolas municipais. Porém, é necessário destacar a importância que é ter uma data como essa fixada na forma da lei no calendário do município.

⁶² Folha de São Paulo, 05/05/2013 – Sebos vendem livros por metro para decoração de escritórios e residências.

couro azul, de altura média o mais barato que houver. Nessas ocasiões, o conteúdo não importa, o cliente quer apenas encontrar o livro que combine mais com sua sala ou sua estante. Em uma sociedade que vive de aparências, fingir que é um intelectual leitor com muitos livros amostra, além de causar uma boa impressão, pode atrair clientes. Sendo assim, não será tão fácil tornar as bibliotecas uma prioridade dos governos, quando ela não é uma prioridade da sociedade.

3.2. Os livros e as escolas

Em seu poema intitulado “A escola é”, Paulo Freire escreveu que não se trata apenas de prédios, salas e quadros, a escola é lugar de se fazer amigos, disse que a escola é sobretudo gente. Há escolas que são asas, escreveu Rubem Alves, e sendo assim, os livros tem tudo a ver com as escolas, não podemos imaginar um ambiente disseminador do conhecimento sem a presença deles; como destaca Hébrard (2009, p. 07), “para instruir, é necessário quadros-negros, mesas, penas, papel, mas também livros”. Porém, por muito tempo, os livros estiveram nas escolas apenas nas mãos dos professores, não havia bibliotecas escolares.

Dessa forma, aqueles alunos que tinham melhores condições financeiras ou que residiam nos grandes centros urbanos, tinham mais acesso aos livros, enquanto os menos favorecidos e residentes das pequenas cidades, passaram muito tempo sem um contato mais profundo com esses impressos. Em Brejinho, uma indicação do vereador José Augusto Travasso de Lucena (PFL) aprovada em 19 de março de 1993, chama nossa atenção nesse sentido, na indicação o vereador solicitava do prefeito que fosse adquirido um acervo de livros para a Escola Municipal São Sebastião; e justificava:

Em virtude das dificuldades financeiras dos pais dos alunos, hoje a Escola não mais obriga aos alunos a compra de livros didáticos ficando os mesmos alunos com direito às pesquisas nas bibliotecas públicas ou na biblioteca da própria Escola. Como em nossa cidade não tem biblioteca pública tão pouco tem a Escola em apreço, justifica-se esta indicação (INDICAÇÃO Nº 02/93 DE 19 DE MARÇO DE 1993 - CÂMARA DE VEREADORES DE BREJINHO-PE).

Foi em novembro de 1999 que a UNESCO publicou um Manifesto para a Biblioteca Escolar juntamente com a IFLA (La Federación Internacional de Asociaciones de Bibliotecarios y Bibliotecas - Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Bibliotecas). Mediante tal iniciativa, muitas escolas que antes tinham que usar as bibliotecas

públicas, passaram a ter em seu interior, bibliotecas para atender as demandas escolares. O processo de instalação destas foi acontecendo gradativamente, de forma que ainda hoje, assim como existem muitas cidades sem bibliotecas, também existem inúmeras escolas sem biblioteca. O texto do manifesto começa dizendo que:

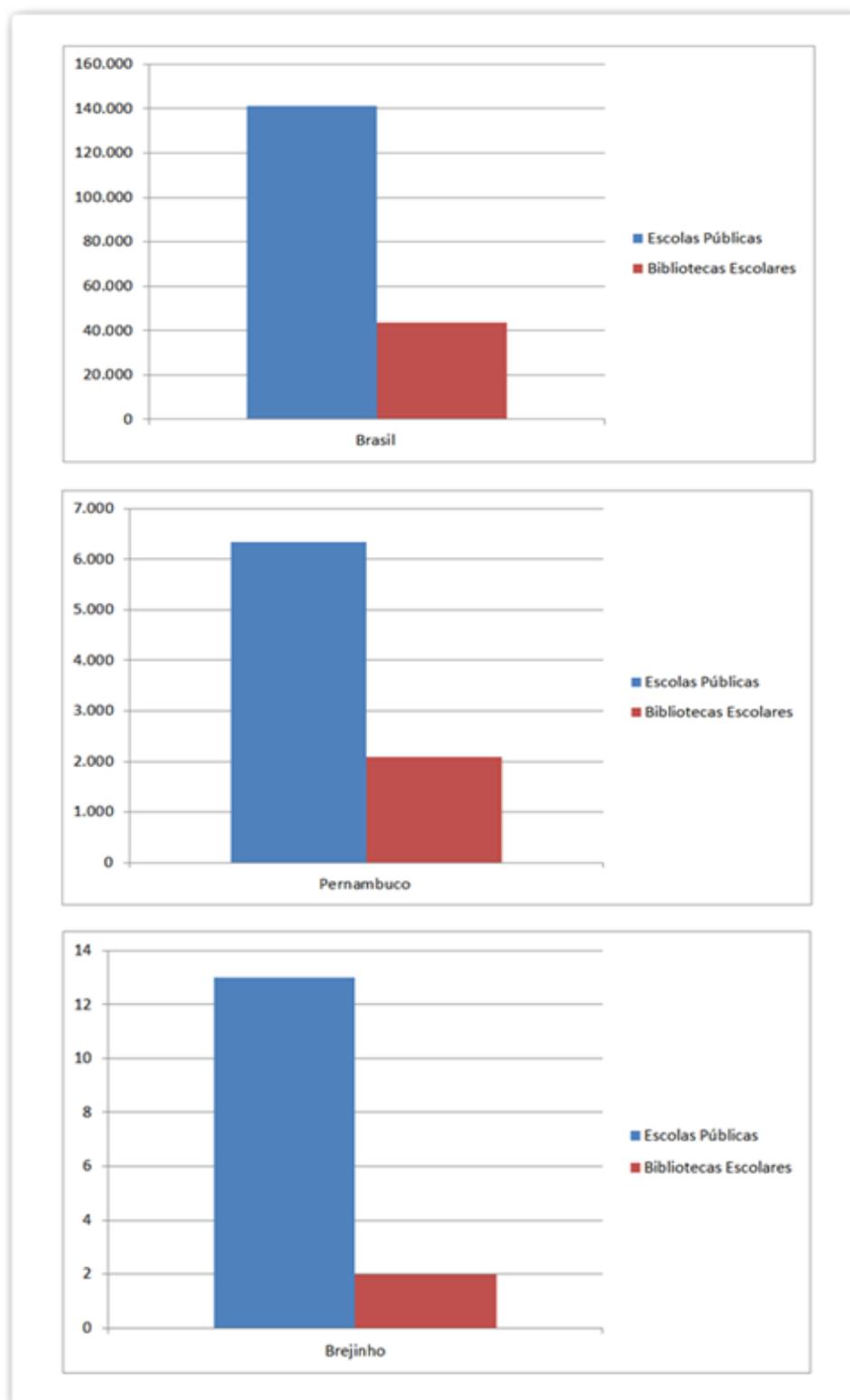
A biblioteca escolar (BE) proporciona informação e ideias fundamentais para seu funcionamento bem sucedido na atual sociedade, baseada na informação e no conhecimento. A BE habilita os estudantes para a aprendizagem ao longo da vida e desenvolve a imaginação, preparando-os para viver como cidadãos responsáveis (MANIFESTO IFLA/UNESCO PARA BIBLIOTECA ESCOLAR, 1999).

Nessa perspectiva, a biblioteca escolar busca aproximar os estudantes dos livros, e conseqüentemente, apoiar o processo de ensino e aprendizagem, oferecendo suporte para que eles se tornem pensadores críticos com acesso à informação, melhorando as competências de leitura e escrita, e contribuindo para o desenvolvimento econômico, social e cultural dos educandos. Todavia, já se passaram mais de vinte anos que esse manifesto foi publicado e os dados apontam uma defasagem gigantesca quanto se trata de bibliotecas nas escolas.

Conforme dados de 2020 do portal QEDu⁶³, entre as 138.487 escolas públicas do Brasil, só existe biblioteca escolar em 31% delas, dado que se agrava quando se trata das escolas da zona rural, em apenas 15% existe biblioteca. Os números em Pernambuco são bem parecidos com os nacionais, 35% das escolas públicas contam com biblioteca, e entre as 3.120 escolas da zona rural, apenas 472 tem biblioteca, ou seja, 15%. No vizinho estado da Paraíba, as bibliotecas estão presentes em apenas 27% das escolas públicas, e na zona rural paraibana somente 10% delas tem bibliotecas. Em Brejinho (ver anexo C) existem 13 escolas públicas, sendo 3 na zona urbana e 10 na zona rural, desse total, existe biblioteca em apenas 2 escolas, estando uma na Escola Municipal São Sebastião na zona urbana e outra na Escola Severina Travassos de Lucena no povoado de Lagoinha, zona rural.

⁶³ O QEDu é uma plataforma idealizada pela Meritt - na pessoa dos Srs. Ricardo Fritsche e Alexandre Oliveira - e pela Fundação Lemann, fundada em 2012. Essa plataforma oferece dados educacionais para auxiliar gestores, professores e demais profissionais da Educação. Com uma tecnologia inovadora e um design moderno, esse site facilita o acesso aos dados educacionais, contribuindo para uma melhor interpretação da realidade escolar e buscando auxiliar no processo de melhorias. Os dados em destaque no site têm como fonte o Censo Escolar coletado e organizado a cada ano pelo Ministério da Educação através do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira).

GRÁFICO 02 – GRÁFICO COM O TOTAL DE ESCOLAS PÚBLICAS E BIBLIOTECAS ESCOLARES⁶⁴



Fonte: Elaborado pelo autor

⁶⁴ Dados de 2020 – www.qedu.org.br

De acordo com os dados revelados, a situação não é nada agradável, o número de escolas com bibliotecas ainda é muito pequeno, situação que se agrava nas zonas rurais de todo país, revelando as marcas de um sistema educacional que foi precário ao longo dos anos, como mostra Silva (2009, p. 182) ao dizer que “na passagem do século XIX ao XX, o Brasil contava com um sistema de ensino rarefeito, poucas escolas e um número acentuado de analfabetos”. Na atualidade, segundo o “Indicador de Alfabetismo Funcional, ou INAF, 75% da população alfabetizada tem algum nível de analfabetismo funcional, ou seja, quase 140 milhões de brasileiros não conseguem imprimir significado e obter cognição total de uma página de livro ou de um texto qualquer” (MARQUES NETO, 2016, p. 69).

Todavia, se faz necessário destacar que dois anos antes da publicação do Manifesto da UNESCO, no ano de 1997 o governo brasileiro implantou o PNBE (Programa Nacional Biblioteca da Escola), cujo objetivo era estimular o hábito da leitura entre os estudantes das escolas públicas. O programa operacionado pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), autarquia vinculada ao Ministério da Educação, consistia na distribuição de livros para as escolas, uma fórmula muito parecida com a da criação das bibliotecas públicas. Chegavam às cidades a ordem e o recurso para se fundar a biblioteca, sem que se chegassem formação e destinação de recursos para a sua manutenção. Com a distribuição dos livros nas escolas aconteceu a mesma coisa, os livros chegaram, e encontraram antes de mais nada um público não habituado com a leitura, e mais ainda, encontraram as escolas sem bibliotecas, e assim muitos deles ficaram amontoados em algum lugar.

Entre os livros distribuídos, além de obras literárias, também estavam obras sobre a formação histórica, econômica e cultural do país, também havia dicionários, mapas e enciclopédias. O PNBE de 1998 era composto de um acervo com 215 títulos com obras clássicas e modernas da literatura brasileira e muitos livros de história. Durante os anos seguintes as escolas públicas continuaram recebendo livros, até que em 2001 aconteceu algo bastante inovador dentro do programa: pela primeira vez foram entregues livros para que os alunos levassem para casa. Esse projeto foi denominado de “Literatura em minha casa”, eram seis coleções diferentes, contemplando diversos gêneros como: poesia, conto, novela e peça teatral. A ideia era incentivar a leitura e a troca de livros entre os alunos, e por conseguinte, fazer com que as famílias tivessem contato com as obras, cada aluno, especificamente os da 4ª e 8ª Série do Ensino Fundamental⁶⁵, teriam agora, livros paradidáticos em suas casas. As escolas receberam também essas coleções para sua biblioteca.

⁶⁵ Hoje, 5º ano e 9º ano do Ensino Fundamental.

Na coleção de poesia, umas das obras contempladas foi o livro “A bailarina e outros poemas, da autora Roseana Murray”, na abertura do livro, o poeta Ferreira Gullar escreveu:

A leitura é o modo mais prazeroso e eficaz de adquirir conhecimento. Não há dúvida de que o rádio e a televisão – o que é importante num país como o nosso, onde se lê pouco – contribuem para difundir informações e entretenimento. A leitura, porém, possibilita uma intimidade maior com as ideias e temas e uma liberdade também maior porque, a todo momento, o livro está à disposição do leitor para ser lido, relido, escolhendo-se esta ou aquela história, este ou aquele poema, o que permite refletir e entendê-los melhor. Assim, a leitura nos ensina a pensar e é pensando que se adquire cultura (MURRAY, 2001, p. 3).

No segundo parágrafo o poeta destacou a importância de tal projeto afirmando que:

Por todas essas razões, merece elogio e apoio o projeto Literatura em Minha Casa que o Ministério de Educação acaba de implantar. Esse projeto presentia os alunos [...] do Ensino Fundamental com livros de poesia, ficção e teatro, a fim de que os levem para casa e os leiam em companhia dos pais, o que é sem dúvida um caminho para multiplicar o público leitor brasileiro (MURRAY, 2001, p. 3).

Imagem 27 – Livros do Projeto Literatura em Minha Casa - 2001



Fonte: Biblioteca da Escola Municipal São Sebastião

De fato, a possibilidade dos alunos terem livros em suas casas doados pelo governo federal foi algo bastante inovador para nosso país. Como bem disse Gullar, uma possibilidade de aumentar o público leitor brasileiro. Contudo, em algumas escolas a execução do projeto não saiu como pretendido pelo MEC, muitas escolas acabaram ficando com todos os livros, e em muitos casos os alunos simplesmente receberam o livro sem que fossem sequer orientados quanto à importância de tal gesto e quanto ao zelo que deveria se ter com este. O resultado, livros abandonados nas calçadas, outros totalmente danificados e outros guardados em um armário da escola. Mas, não se pode negar a grandeza do referido projeto empreendido nos anos de 2001 e 2002, na gestão do Ministro da Educação, Paulo Renato Costa Souza⁶⁶, durante o governo de FHC (1995-2002), assim como não se pode negar que houve escolas em que o objetivo do projeto foi alcançado. Os livros distribuídos em 2002 trouxeram uma mensagem destinada ao aluno na parte de dentro de sua capa que merece ser destacada. Vejamos:

Caro aluno,

Você está recebendo uma coleção composta por cinco livros de diferentes tipos de texto: poesia, conto, novela, literatura universal e teatro ou literatura popular.

A importância desses livros é muito grande: com eles, você irá descobrir muitas coisas novas, conhecer pessoas diferentes e mundos diferentes. Você também irá saber que existem muitas maneiras de se escrever e que cada uma delas serve para passar ao leitor, isto é: para você, um tipo de mensagem.

Esta coleção foi feita para que você possa ler quando quiser e o texto que quiser. Eles vão estar todos ali, aguardando uma oportunidade para mostrar-lhe novos lugares, novas pessoas e despertar novos – e velhos – sentimentos. Não se esqueça, também, que esta é uma pequena coleção. Há muitos outros livros mundo afora e você poderá descobri-los na biblioteca de sua escola ou de sua cidade.

Esperamos que esta coleção possa contribuir para aumentar sua vontade de conhecer o mundo da leitura e aventurar-se no universo das palavras.

Aproveite para contar a seus amigos e parentes sobre essa aventura, que está apenas começando (MACHADO, 2002).

Diante do texto e da situação da leitura que persiste em nossas escolas, me questiono se os alunos leram essa parte! E se leram, terão eles compreendido!?

Em 2003, já no governo Lula (2003-2010), o PNBE seguiu a todo vapor, inclusive teve um alcance ainda maior, sendo executado em cinco ações diferentes. Continuou com a Ação - Literatura em Minha Casa, distribuindo livros para alunos da 4ª e 8ª Série do Ensino

⁶⁶ Economista e político, foi Ministro da Educação no Governo de Fernando Henrique Cardoso, entre 1995 e 2002.

Fundamental. A Escola Municipal São Sebastião, localizada na zona urbana de Brejinho, bem como as demais escolas de Ensino Fundamental, localizadas na zona rural e seus alunos, receberam obras como: *Sonho de uma noite de verão*, de William Shakespeare; *Caçadas de Pedrinho*, de Monteiro Lobato; *O pagador de promessas*, de Dias Gomes; *O menino narigudo*, de Walcyr Carrasco e *Raul da ferrugem azul*, de Ana Maria Machado, entre tantos outros. A segunda ação, Palavras da Gente, também foi destinada à distribuição de livros para os alunos, atendendo a modalidade da EJA (Educação de Jovens e Adultos). No verso da capa desses livros a mensagem assinada em nome do Ministério da Educação vinha agora com o título “A chance de saber mais”.

O mundo parece ser feito apenas de coisas que a gente vê nele. Mas há outras que não vemos, embora existam. São as coisas que lemos. Elas estão escondidas no meio das letras. É preciso ler para que elas apareçam diretamente em nossas cabeças.

Se não lemos, todas essas coisas que estão guardadas nos livros não aparecem para nós. Quem não lê, só vê uma parte das coisas do mundo. E não consegue conhecer tudo.

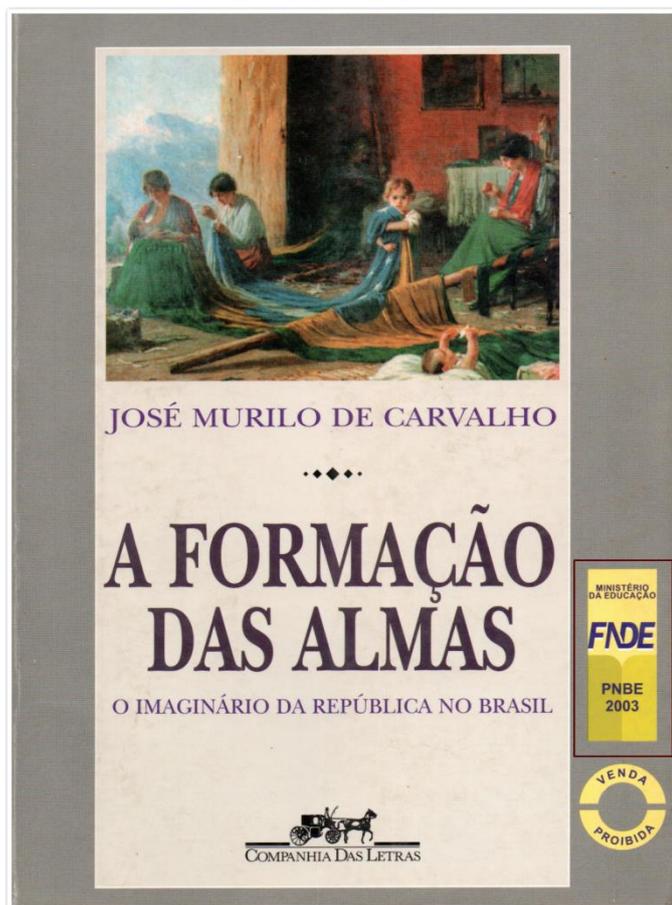
Muitas vezes, no meio de uma conversa, ouvimos falar de uma pessoa ou de uma história que o amigo conhece de leitura; Quem não leu ficou de fora. Por isso, estamos distribuindo esses livros.

Queremos que você conheça o que não está na sua frente, mas está dentro dos livros. Você vai poder viajar sem se levantar da cadeira. Conhecer gente muito interessante sem precisar conviver com ela. Vai rir e até chorar com histórias de pessoas que só existem nos livros.

Não jogue fora a chance de saber mais. Não fique por fora (LOBATO, 2003).

A Ação Casa da Leitura foi destinada para uso de toda comunidade do município, cabendo às prefeituras distribuir os acervos nas bibliotecas públicas ou em organizações comunitárias voltadas para formação de leitores. A quarta Ação, Biblioteca do Professor, ofereceu dois livros para os professores das turmas de 1ª a 4ª Série do Ensino Fundamental. E por fim, as escolas com o maior número de alunos de 5ª a 8ª Série receberam um acervo para sua biblioteca com 144 títulos de ficção e não ficção, com destaque na formação histórica, econômica e política do Brasil, essa foi a Ação Biblioteca Escolar. A Escola Municipal São Sebastião, embora não tivesse biblioteca recebeu o acervo com obras como: *Os bestializados e Formação das almas*, de José Murilo de Carvalho; a coleção *Os donos do poder*, de Raymundo Faoro; e *Casa-grande e senzala*, de Gilberto Freyre, entre outros.

Imagem 28 – Livro “A Formação das Almas” de José Murilo de Carvalho doado as Bibliotecas Escolares em 2003.



Fonte: Biblioteca da Escola Municipal São Sebastião

As ações do PNBE realizadas em 2003 continuaram em 2004 e 2005, e pelos anos seguintes, “de 2007 a 2014, o número de exemplares de livros produzidos no país cresceu cerca de 135,61%” (CECCANTINI, 2016, p. 88), muito em conta das grandes vendas para o governo através de programas como o PNBE que, conforme destaca Ceccantini (2016), adquiriu, em anos intercalados, milhões de livros juvenis, distribuindo-os a escolas públicas de ensino fundamental II e de ensino médio de todo o território nacional.

Em 18 de junho de 2017, através do Decreto nº 9.099, o Programa Nacional Biblioteca da Escola foi substituído pelo Programa PNLD Literário (Programa Nacional do Livro Didático) ocorrendo a unificação das ações de aquisição e distribuição de livros didáticos e literários, e agora as obras literárias, para chegarem às escolas, passam pelo mesmo processo de escolha do livro didático. Essa descontinuidade dos projetos é algo comum no Brasil, quase sempre as ações dos governos são iniciativas partidárias e não políticas de Estado, dessa forma, muitos programas padecem ou são extintos quando a troca de governos acontece (CANÔNICO, 2016).

Mas, há ainda um agravante no que diz respeito às bibliotecas escolares. Conforme os dados apresentados acima, já sabemos que o número delas é bem pequeno. E em grande parte, as poucas que existem acabam não sendo prioridades nas escolas, algumas fechadas, sem acesso para os alunos e com livros empilhados, e o pior, outras funcionando como um lugar de castigo, para onde o aluno é levado quando faz bagunça ou não faz as atividades escolares. Ferrarezi Jr. e Carvalho (2017, p. 63) frisam que a biblioteca “precisa ter espaços para leitura, com boa iluminação, com mesas e cadeiras decentes, em que os alunos possam se acomodar para ler com conforto e em silêncio. Isso dá o ‘clima’ de biblioteca [...] e deve ser um lugar limpo e agradável, inclusive para os olhos”.

Milanesi (1986, p. 08) já destacava que “de um modo geral, a biblioteca pública não tem bibliotecário, tem acervo inadequado e instalações precárias”. Esse problema também se estende às bibliotecas escolares que funcionam com pessoas não aptas para geri-la, geralmente o posto de bibliotecária é ocupado por uma professora que está esperando pela aposentadoria ou mesmo por um funcionário sem a menor aptidão para lidar com livros. Esse posto deveria ser ocupado por um “amante dos livros e da leitura e não um funcionário que perdeu a serventia noutros espaços da escola” (FERRAREZI JR. e CARVALHO, 2017, p. 63).

Fica evidente que os desafios da leitura são inúmeros, as prioridades do governo sempre trilham outros caminhos, e a escola, lugar que deveria ser abrigo certo dos livros acaba enfrentando muitos problemas para que este esteja ao alcance dos alunos. Aqui destacamos a realidade de uma pequena cidade no sertão de Pernambuco. Realidade esta que em conformidade com as pesquisas e leituras realizadas está presente em muitas outras cidades brasileiras. Mediante tais empecilhos, o desafio para formar leitores é enorme, como veremos em seguida, mas que fique bem claro, não é impossível.

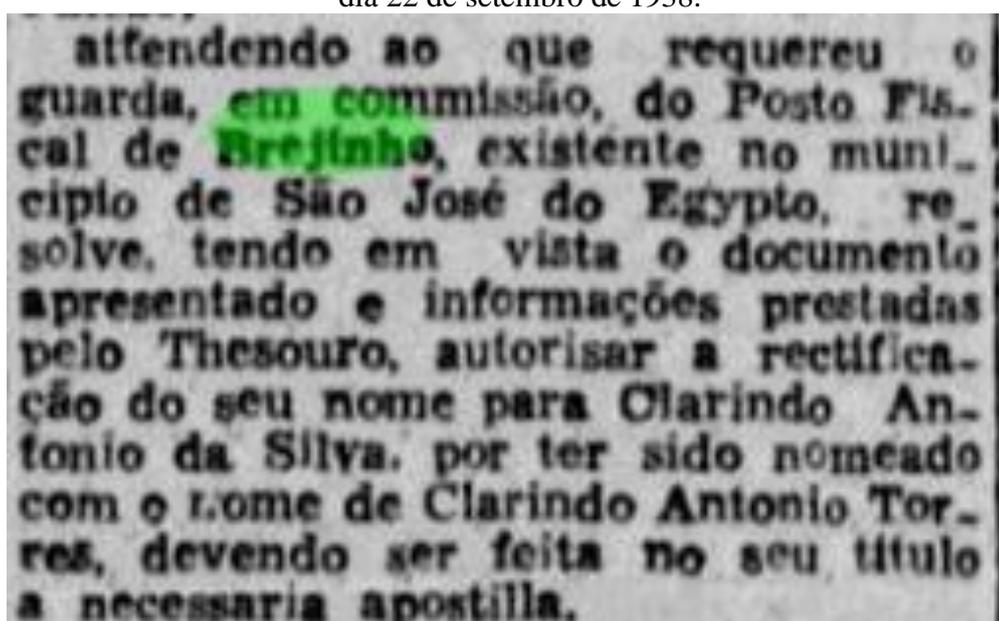
3.3. Os desafios para formar leitores

Em Pernambuco, entre o final do século XIX e início do XX, a imprensa teve um importante desenvolvimento, sendo editados inúmeros periódicos, entre os quais, o Diário de Pernambuco, fundado em 1825 e em circulação até os dias atuais, é o mais antigo jornal da América Latina. Duarte (2005, p. 11) escreveu que “com caracteres móveis, nos moldes com que Gutemberg mudou a história da humanidade a partir de seu primeiro livro no século XV, fundava Antonio José de Miranda Falcão, em 7 de novembro de 1825 o Diário de

Pernambuco”. A vasta circulação de impressos em Pernambuco, não se restringiu à capital, ela adentrou pelo sertão como bem destaca Quintela (2003).

De acordo com minha pesquisa, a primeira vez que o nome de Brejinho apareceu no *Jornal Diário de Pernambuco* foi no dia 22 de setembro de 1938, quando o povoado pertencia a cidade de São José do Egito. Na reportagem, o destaque para uma alteração no nome do guarda do posto fiscal localizado no povoado cuja estrada faz ligação com o estado da Paraíba.

Imagem 29 – Reportagem que cita o nome de Brejinho no *Jornal Diário de Pernambuco*, no dia 22 de setembro de 1938.



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Nas décadas seguintes as matérias foram aumentando, como abordei no item 1.3 do capítulo I, de modo que na década de 1960, havia um correspondente do Jornal em São José do Egito que escrevia diariamente sobre a região do Pajeú, sempre destacando fatos do cotidiano de São José e de Itapetim, conseqüentemente, Brejinho que tem sua história ligada a essas duas cidades, tendo pertencido a ambas, figurou em algumas matérias. Depois de sua emancipação em 1964, Brejinho passou a aparecer no Jornal como uma cidade, por conseguinte, nas décadas posteriores as referências a Terra Mãe do Rio Pajeú⁶⁷ aumentaram consideravelmente.

Havia alguns poucos moradores de Brejinho que eram assinantes do Diário de Pernambuco, em sua maioria homens ligados a política, como José Severino de Araújo, que

⁶⁷ O Rio Pajeú nasce em Brejinho, e por isso a cidade também é chamada de “Terra Mãe do Rio Pajeú”.

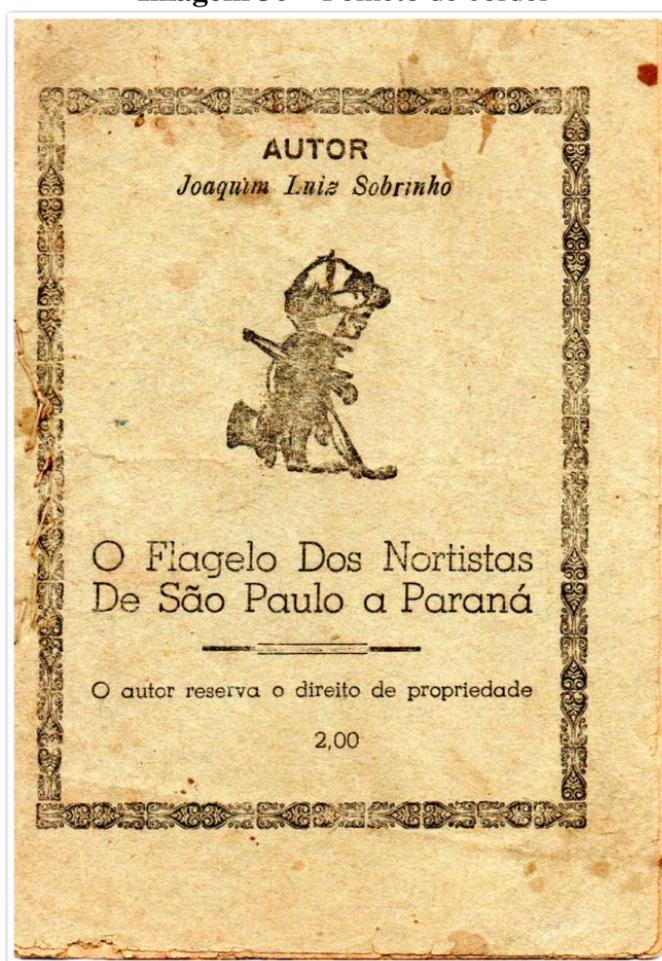
foi vereador e prefeito, e João Vilela que presidiu o partido Arena. O jornal chegava diariamente através de uma empresa de ônibus que passava por Brejinho. Um meio de comunicação bastante utilizado era o rádio, que funcionava à bateria até o ano de 1966, quando chegou energia elétrica na zona urbana; em 1976 o povoado de Vila de Fátima também recebeu energia, os demais sítios permaneceram ainda por longos anos sem energia elétrica. Os livros em circulação, tanto antes da emancipação política como depois dela, eram pouquíssimos, as professoras que lecionavam nas escolas da zona urbana e nas da zona rural, tinham alguns livros em seus materiais, entre eles, um acervo de histórias infantis.

A Cantoria de Viola⁶⁸ era bastante comum entre os moradores de Brejinho, seu poeta mais ilustre, João Izidro Ferreira, nasceu em 1897 no sítio Serraria. Bem próximo de Teixeira-PE, berço da cantoria de viola, local do nascimento de Agostinho Nunes da Costa e os dos mais importantes poetas do século XIX. Márcia Abreu (1999, p. 99) relata que

No final dos anos oitocentos, parte do universo poético das cantorias começa a ganhar forma impressa, guardando entretanto fortes marcas de oralidade. Não se sabe quem foi o primeiro autor a imprimir seus poemas, mas, seguramente, Leandro Gomes de Barros foi o responsável pelo início da publicação sistemática.

Dessa forma, muitos brejinhenses tiveram acesso aos folhetos de literatura de cordel. Durante a feira, havia vendedores de folhetos e como o preço era bastante acessível, muitas pessoas compravam, havia vendedores que até mesmo trocavam um cordel por outro. Márcia Abreu (1999, p. 95) ainda destaca que “a venda de folhetos geralmente se fazia a partir da leitura oral de trechos dos poemas, a fim de despertar o interesse e atrair a curiosidade do público para continuação da história”. Assim, é possível dizer que os folhetos estiveram muito presentes na comunidade de Brejinho, como um meio de acesso à leitura.

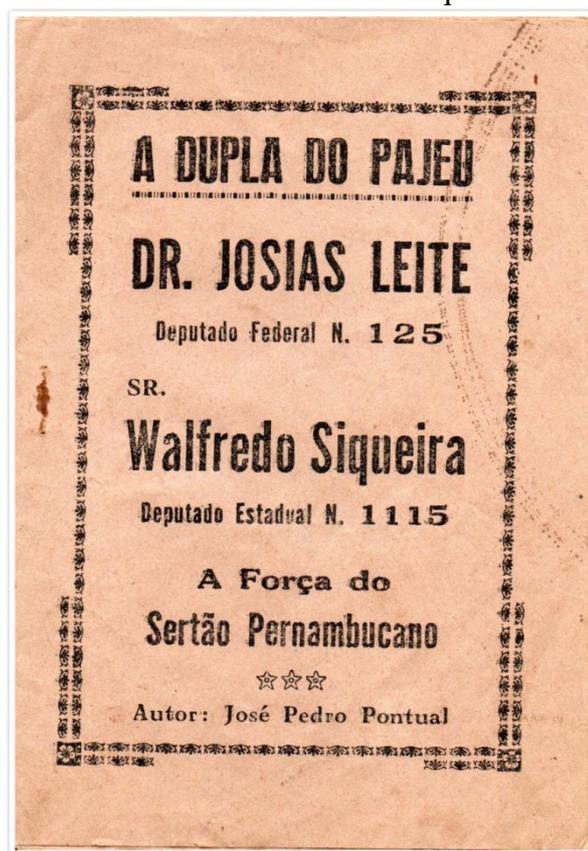
⁶⁸ A discussão sobre a cantoria de viola está presente no item 2.1 a partir da página 62.

Imagem 30 – Folheto de cordel

Fonte: Arquivo pessoal

Os folhetos de cordel eram tão apreciados no sertão que na eleição de 1974, os candidatos a deputado federal Josias Leite e seu sogro Walfredo Siqueira, candidato a deputado estadual, ambos do partido Arena, tinham como material de divulgação de sua campanha um cordel. Em Brejinho, lugar de atuação política de Walfredo Siqueira, seus eleitores ganharam o folheto, material de sua campanha política.

Imagem 31 – Folheto de cordel da campanha eleitoral de 1974
Josias Leite e Walfredo Siqueira



Fonte: Arquivo pessoal

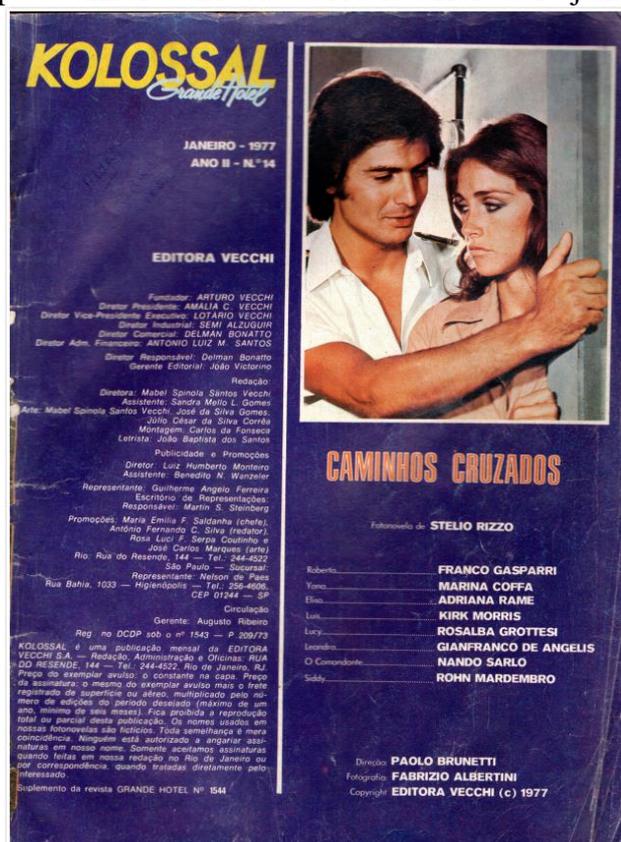
Se as dificuldades para que a sociedade tenha acesso aos livros através das bibliotecas públicas são muitas, elas se estendem de forma bastante acentuada quando se trata de adquirir livros através da compra. Aliás, os dados do Instituto Pró-Livro apontam que 31% dos brasileiros nunca compraram um livro. Sabemos que as grandes livrarias estão localizadas nos grandes centros urbanos. Nas cidades do interior livraria é coisa rara, quando muito, há uma banca de revistas. É preocupante também que, de acordo com dados da ANL (Associação Nacional de Livrarias), elas vêm diminuindo muito nos últimos anos. Em 2012, havia no país 3.481 livrarias, em 2014, 3.095; já em 2018 esse número caiu para 2.500 lojas, sendo que existem 5.570 cidades no Brasil.

Em meio à difusão da internet, ela tem se tornado uma importante ferramenta para compra de livros, realidade muito presente nas regiões metropolitanas. Fato que muitas vezes se torna inviável para aqueles que moram no interior, pois em muitas ocasiões o valor do frete supera o do livro. Sem contar que ainda temos muitas pessoas de baixa renda que não têm acesso à internet. Nessa perspectiva, seriam as bibliotecas públicas os únicos lugares com acesso garantido aos livros e as práticas de leitura para toda sociedade, sobretudo as mais

carentes. No entanto, como tenho exposto nas linhas acima, isso ainda está longe de acontecer, infelizmente é um ciclo que parece não ter fim. Os números de bibliotecas crescem em uma gestão governamental para cair em seguida, levantar-se na próxima e tombar novamente. Há em média 1 biblioteca para cada 34 mil habitantes, muitas ainda em situações precárias. Dessa forma, formar leitores se torna um desafio enorme.

Em Brejinho, desde 1975 quando foi fundada pela primeira vez a biblioteca pública municipal, ela oscilou entre períodos de funcionamento e de inexistência. Não existe livraria na cidade, banca de revista também não. A banca mais próxima fica a 15 km, na cidade de São José do Egito-PE. Nos dias atuais existe uma papelaria que vez por outra dispõe de livros em suas estantes, porém, entre 1964 e 2005 a papelaria ainda não existia. Como destaquei anteriormente, nas décadas de 1960, 1970 e meados de 1980 era possível se adquirir os folhetos de cordel nas feiras. Outra prática de leitura que esteve presente na comunidade de Brejinho, sobretudo na década de 1970 foi a fotonovela, onde muitos jovens partilhavam uma mesma revista entre si, os que tinham melhor condição financeira compravam e emprestavam aos amigos.

Imagem 32 – Capa de uma Fotonovela da Revista Kolossal - janeiro de 1977



Fonte: Arquivo pessoal

Durante a década de 1990, foi a vez de duas revistas adentrarem no âmbito da venda de livros, tendo um alcance muito promissor. A Revista Hermes, empresa fundada em 1942, que atuou vendendo diversos produtos por catálogo, entre os quais estavam livros a preços bem acessíveis. Com efeito, foi a Revista Avon que assumiu um papel de maior destaque, se fazendo presente em diversas cidades brasileiras. Tal revista foi fundada em 1886 nos Estados Unidos, seu fundador, David H. McConnell, criou a empresa a partir da ideia de que as mulheres poderiam ter renda independente. Ela chega ao Brasil em 1958, sendo seu foco a venda de produtos de beleza.

Contudo, a partir de 1993 a Avon investiu muito na venda de livros em seus catálogos, cujos preços acessíveis foram sucesso de vendas, alguns livros custam metade do valor praticado no mercado, isso porque ela fecha pedidos em grande escala, conseguindo passá-los para o consumidor com bons preços. Inclusive muitos livros se tornaram best-sellers no Brasil graças a esse canal. A Avon manteve parceria com algumas editoras que produziam versões exclusivas e mais econômicas para venda na revista. Segundo Daniele Barbosa, em matéria publicada na revista Exame em 2011, esse sucesso se deve

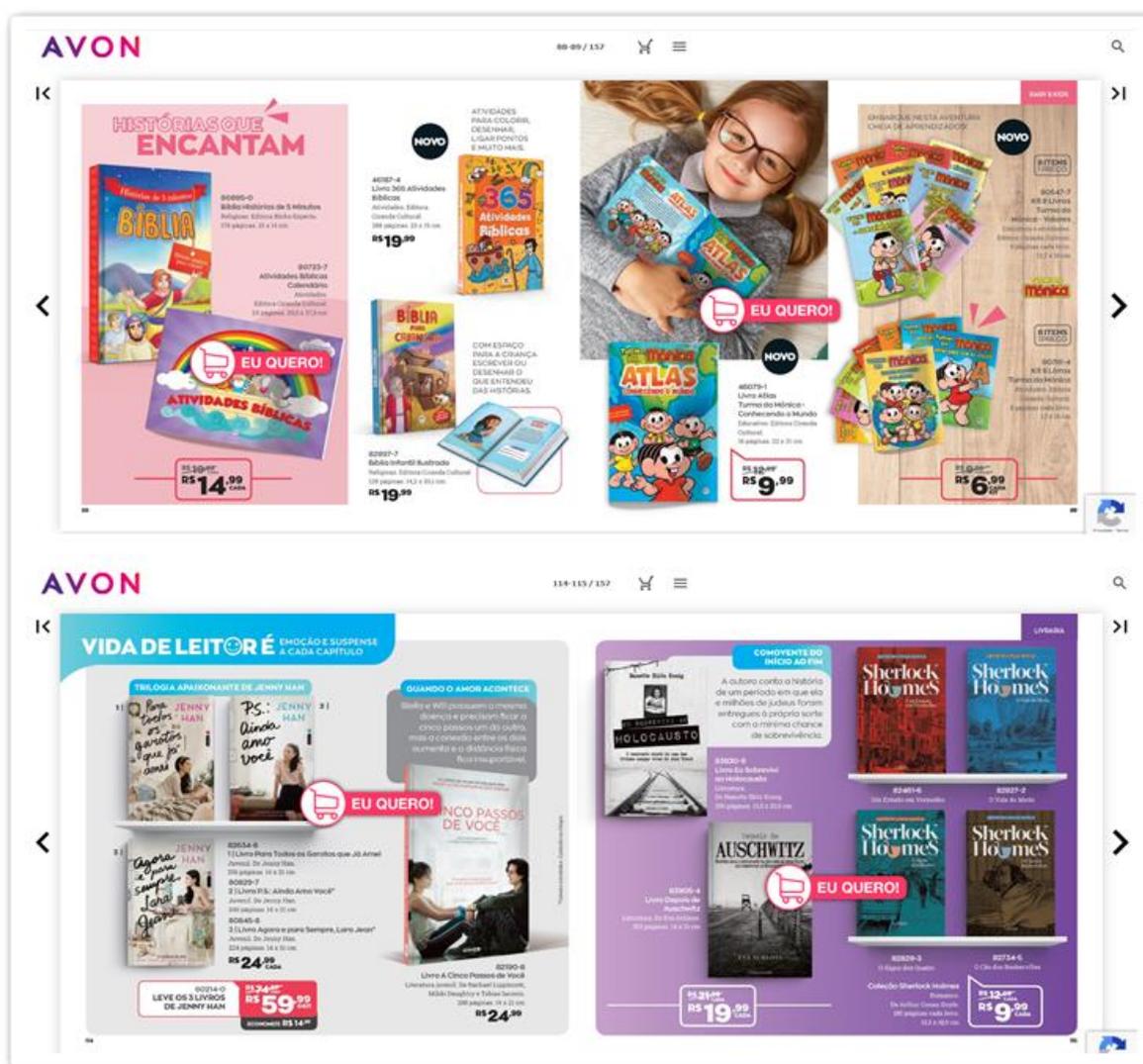
[...] ao fato da Avon atuar em regiões onde o acesso aos livros praticamente não existe por outros meios. A companhia está presente em mais de 1.500 municípios brasileiros. Para se ter uma ideia, é praticamente o mesmo número de cidades que contam com livrarias no país [...] tem também o fator comodidade, além de os preços dos livros nos catálogos serem mais atrativos.

Assim, chegando aos anos 2000 ela foi responsável por uma grande expansão na venda de livros, se tornando o meio mais acessível para adquiri-los⁶⁹. Tal fato se fez presente em Brejinho e em muitas outras cidades sertanejas. Recordo-me bem de visitar a biblioteca pública municipal a partir da segunda metade da década de 1990, nos períodos em que ela esteve funcionando; sempre voltava pra casa com livros para ler. Contudo, ao identificar que na revista da vizinha havia livros à venda, despertou em mim o desejo de tê-los em minha casa, pois os da biblioteca era preciso devolver, e a paixão por livros sempre despertava o

⁶⁹ Aqui se faz necessário destacar que de acordo com a coluna Painel das Letras, editada por Úrsula Passos do Jornal Folha de São Paulo publicada em 10 de março de 2021; a Avon vai deixar de vender livros por meio de seu catálogo a partir do segundo semestre de 2021. “Segundo a Avon, a empresa passa por mudanças, que envolvem uma revisão estratégica de seu portfólio. A companhia diz ainda que a oferta de determinados produtos na Revista de Moda e Casa não é condizente com o novo plano de negócios, que busca estar mais conectado com o universo da beleza [...]. Para editores, a inflação foi um dos responsáveis pela queda das vendas, já que, para emplacar no catálogo da Avon, era preciso que os livros tivessem preços muito abaixo dos encontrados em livrarias.” (*Folha de São Paulo*, 10 de março de 2021).

desejo de possuí-los também. Mas como? Não havia livrarias em minha pequena cidade. Assim, foi na revista Avon que comecei a comprar meus primeiros livros, que embora fossem com preços acessíveis, era necessário olhar o mais barato ou o da promoção da campanha e pedir a minha mãe, que sempre fez todo esforço para adquiri-los.

Imagem 33 – Livros na revista Avon - revista em formato digital no site da Avon



Fonte: www.avon.com.br

A pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil*, realizada periodicamente, tem revelado a cada edição, o panorama em que se encontra o nosso país na questão dos livros e da leitura. Ela é o mais completo estudo sobre o comportamento do leitor brasileiro. A pesquisa é realizada pelo Instituto Pró-Livro fundado em 2006, uma organização sem fins lucrativos criada e mantida pelas entidades Abrelivros, CBL e Snel, que tem como missão transformar o Brasil em um país de leitores. No processo de criação do Instituto, foi consenso entre os

especialistas a importância da leitura para a melhoria da qualidade da educação, essencial para o desenvolvimento humano e social do Brasil. Entre seus objetivos está promover pesquisas e ações de fomento à leitura⁷⁰.

Nas diretrizes do Instituto Pró-Livro, consta que o principal objetivo da pesquisa é avaliar e orientar ações e políticas públicas em relação ao livro e à leitura, visando melhorar os indicadores de leitura e o acesso ao livro. A primeira edição da *Retratos da Leitura* aconteceu em 2001 e foi promovida pela CBL e Snel; a segunda edição em 2007, já passou e ser realizada pelo Instituto Pró-Livro adotando uma metodologia de padrão internacional. Na quinta edição, realizada em 2019, o Instituto firmou parceria com o Itaú Cultural para a realização da pesquisa que é aplicada pelo Ibope Inteligência.

O IPL (Instituto Pró-Livro) traz dados que são de suma importância para entender a situação da leitura em nosso país, a pesquisa de 2019 revela que são leitores apenas 52% da população, é agravante o fato de que em 2015 o percentual de leitores era de 56%, ou seja, em quatro anos o número de leitores regrediu em 4 pontos percentuais. Conseqüentemente o número de Não leitores aumentou de 44% em 2015, para 48% em 2019. Veja os dados na tabela abaixo.

TABELA 05 - LEITOR E NÃO LEITOR

Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil - 5ª edição 2019		
ANO	LEITOR	NÃO LEITOR
2015	56%	44%
2019	52%	48%

Fonte: Elaborado pelo autor. Tabela elaborada a partir de Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil 5ª edição – 2019.

Em relação à pesquisa anterior, as regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste tiveram queda no número de leitores, enquanto o Sul e o Norte aumentaram seu percentual. A média de livros lidos por ano no Brasil chega a 2,5 enquanto na França esse número é de 7 e nos Estados Unidos, 5,1 por exemplo. Ao se perguntar sobre a principal motivação para ler um livro, apenas 26% responderam que leem por gosto. Como nosso país tem um número alto de católicos e os evangélicos têm crescido a cada ano, a Bíblia é citada como o livro mais lido em todas as edições da pesquisa Retratos da Leitura. Os gêneros conto e romance aparecem em segundo lugar.

⁷⁰ www.prolivro.org.br

A poesia é o terceiro gênero mais lido. E por incrível que pareça os livros de História figuram na quinta colocação, ficando à frente inclusive dos livros de autoajuda, que aparecem em nono lugar. Os livros de História têm um público cativo entre as pessoas com escolaridade de nível superior, cujo gênero literário mais lido é o romance, deixando a Bíblia em segundo lugar. Os dados revelam que os jovens leem mais romances e os idosos leem mais a Bíblia. É interessante destacar que a biblioteca é o lugar onde apenas 20% dos entrevistados costumam ler, enquanto 82% leem em casa.

Como temos destacado que embora com avanços, ler ainda não é um hábito muito comum no Brasil, entre os leitores, 47% afirmou que não leu mais por falta de tempo. Já entre os não leitores 34% afirmou não leem por falta de tempo, outros 28% não gostam de ler e 14% não tem paciência para ler. Ao se perguntar o que gosta de fazer em seu tempo livre a maioria respondeu que assiste televisão, e apenas 24% lê livros. Na pesquisa de 2015, a mãe ou responsável do sexo feminino era a pessoa que mais influenciava o gosto pela leitura, agora na de 2019, esse primeiro lugar é ocupado pelos professores, que são também os que mais indicam livros, evidenciando o importante papel desempenhado por estes no processo de aprendizagem e crescimento humano e intelectual dos alunos.

Ao analisar os dados da pesquisa me deparei com um fato que acho de extrema importância, relativo aos títulos dos livros mais citados entre os entrevistados. Em primeiro lugar aparece a Bíblia, em segundo, o livro - *Diário de um Banana*, do escritor e cartunista norte-americano Jeff Kinney, que divide a posição com a história em quadrinhos da *Turma da Mônica*, cujo autor é Maurício de Souza, membro da Academia Paulista de Letras e um dos mais famosos cartunistas do Brasil. A *Turma da Mônica* é publicada em mais de quarenta países e traduzida em 14 idiomas. O terceiro lugar ficou com os livros de *Harry Potter*.

Observando os dados de 2015, na pergunta sobre o último livro lido ou que está lendo, *Diário de um Banana* já aparecia em segundo lugar, juntamente com o livro *Casamento Blindado*, de Renato e Cristiane Cardoso. Ambos podiam ser comprados no catálogo da Avon naquele período. Já a *Turma da Mônica* não apareceu na lista dos livros lidos mais citados daquela edição, a referência à obra de Maurício de Souza é feita na pergunta sobre o livro mais marcante, figurando em sétimo lugar.

Agora, depois de observar o catálogo de livros da revista Avon, a história em quadrinhos de Maurício de Souza está à venda nela, e a pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil* revela o livro da *Turma da Mônica* dividindo a segunda posição entre os mais citados. Dessa forma, é possível supor que os livros postos à venda na revista Avon têm um alcance muito grande, fazendo com que a revista seja uma vitrine para as obras mais conhecidas e

lidas no nosso país. E assim como ela tem sido um meio de acesso aos livros em Brejinho, parece que o mesmo acontece em outras cidades brasileiras, sobretudo as do interior, como é notório na análise de dados da pesquisa do Instituto Pró-Livro. Todavia, os mesmos dados revelam que ao se perguntar há quanto tempo comprou o último livro, 31% responderam nunca ter comprado um livro, ao se questionar se houve compra nos últimos três meses, 77% responderam que não.

Com efeito, depois de analisar os livros postos à venda em diversas edições da revista Avon e verificar a lista dos livros mais citados no resultado da pesquisa *Retratos da Leitura*, pude constatar que, entre os 37 livros mais citados, ao menos 20 deles já foram vendidos na Avon. Fato que também se relaciona com o nome dos autores mais citados, João Ferreira de Almeida, Augusto Cury e Zibia Gasparetto foram nas duas últimas edições da pesquisa os mais citados. Nessa 5ª edição, o português João Ferreira de Almeida, conhecido pela tradução da Bíblia Sagrada para o português, aparece empatado com Augusto Cury. Supomos que Almeida é citado em decorrência da grande quantidade de católicos e evangélicos no Brasil, e como já citamos, a Bíblia foi o livro mais citado em todas as edições da pesquisa. Já o psiquiatra Cury, sempre teve seus livros no catálogo na revista e já vendeu mais de 15 milhões de livros, sendo considerado o autor mais lido da última década. Seu best-seller *O Vendedor de Sonhos* foi adaptado para o cinema em 2016. A escritora espírita Zibia Gasparetto, falecida em 2018, também sempre teve suas obras à venda na revista. Um fato curioso é que o 4º lugar, que em 2015 era ocupado pelo Padre Marcelo Rossi, agora pertence ao Bispo da Igreja Universal Edir Macedo.

Nomes como Paulo Coelho, Machado de Assis, Monteiro Lobato, Jorge Amado, Clarice Lispector e Cecília Meireles também são citados. Livros como *a Cabana*, *O Pequeno Príncipe* e *Memórias Póstumas de Brás Cubas* são citados entre os mais marcantes, sendo que os três são figuras carimbadas na revista. A pesquisa constatou que para 35% dos entrevistados as livrarias físicas ainda são os lugares mais usados para compra de livros. 14% compra em bancas de jornal e revista e 12 % em livrarias online, com vendedores porta a porta ou por catálogo são 3%, evidenciando uma maior concentração de compras nos grandes centros urbanos.

Em meio a tantas dificuldades para o acesso ao livro e para o fomento a leitura, a região do Alto Pajeú, na qual Brejinho está inserida, se destaca pela relativa quantidade de livros publicados nos últimos anos. Na vizinha cidade de Itapetim, segundo dados do

pesquisador Alberto Rodrigues de Oliveira⁷¹, até o ano de 2018, haviam sido publicados 95 livros distribuídos entre 47 autores; em São José do Egito, são 112 livros e 47 autores; Santa Terezinha contabiliza apenas 2 livros publicados e 2 autores; em Brejinho são 9 livros publicados e 7 autores. Já em Serra Talhada, a maior cidade do Sertão do Pajeú, o número de obras publicadas chega a 270. A maioria desses livros foi publicada por gráficas e não por editoras, muitos são de poesia, gênero predominante na região e outros de história local.

Embora a pesquisa do IPL revele que a população com renda mais alta lê mais em praticamente todos os locais pesquisados, os dados citados acima sobre o Alto Pajeú revelam que mesmo havendo inúmeras barreiras entre os impressos e os leitores, elas acabam sendo transpassadas de alguma forma, mesmo nos lugares mais distantes e carentes. Os entraves da desigualdade social não impedem que haja formas de resistência e de luta. O escritor que não consegue publicar em uma grande editora, publica seu livro por uma gráfica, se na sua cidade não há livraria, ele os vende em sua casa. Ações como essas fazem com que o conhecimento desbrave os sertões e seja capaz de causar profundas mudanças na sociedade.

De acordo com o INAF (Indicador de Alfabetismo Funcional), apenas 1 em cada 4 brasileiros domina plenamente as habilidades de leitura, escrita e matemática. Como já explicitado e discutido nas páginas anteriores, a educação brasileira precisa de mudanças que sejam capazes de levá-la a níveis melhores, há muito o que ser feito para mudar a realidade do acesso aos livros e as práticas de leitura. Todavia, a situação atual em que o índice de leitores caiu de 56% para 52% deve servir não para nos desmotivar, mas para que comecemos a traçar novas metas na busca para reverter esse quadro, pois a leitura traz o conhecimento e este, é uma importante ferramenta de transformação social, sendo que um público leitor é crítico, rebelde, inquieto e não se manipula facilmente como nos disse Vargas Llosa. Enquanto o livro é tirado de muitos e a leitura privada de outros, aquele que tem a graça de ter um livro em sua mão deve usá-la para fazer esse livro chegar a outra pessoa, pois posso afirmar por experiência própria que o desafio para formar leitores é grande, porém, não é impossível.



⁷¹ Alberto Rodrigues de Oliveira é graduado em Teologia e Filosofia, e especialista em História Regional do Brasil e mestre em Ciências da Religião. É um pesquisador da História e da Cultura do Sertão do Pajeú e fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Pajeú.

Considerações finais

“Felizmente, nem tudo se perdeu: queimaram-se os impressos, ficaram os homens. Morreram os homens, persistiram as ideias.”

(Maria Luíza Tucci Carneiro)

Parece certo que toda pesquisa parte de uma pergunta. A minha foi: onde estão os livros? Eu gosto muito de livros, gosto de tocá-los, de folhear suas páginas, de sentir seu cheiro, e, sobretudo, de lê-los. A distância imposta entre mim e eles sempre me inquietou, como destaquei na introdução deste trabalho, desde que aprendi a ler, me recordo de visitar a biblioteca pública de minha cidade, eu sempre ia acompanhado de minha irmã, escolhia um livro e trazia pra casa, já naquela época, a biblioteca era um lugar pouco visitado. Eu adorava caminhar por entre os livros, minha vontade era de trazê-los pra casa, mas sabia que não era possível.

Recordo-me que em certas ocasiões a biblioteca pública ficou sem funcionar, e como na escola em que eu estudava não tinha biblioteca escolar, nem sempre foi possível manter contato com os livros. A lembrança de ver que na Revista Avon tinha livros para venda ainda é algo muito forte em minha mente, um misto de alegria e inquietação pelo esforço que era necessário fazer para adquiri-los. Ao terminar o Ensino Médio, comecei a cursar licenciatura plena em História, em meio às dificuldades, fui bolsista do PROUNI. A sala de aula foi o caminho que escolhi trilhar. Dar aulas, ensinar, é realmente algo que me agrada e me encanta.

A realidade da sala de aula me fez perceber o quanto os livros e a leitura estão distantes da escola e conseqüentemente dos alunos. Em todo período em que estive lecionando sempre desenvolvi projetos de leitura com os alunos procurando despertar neles o gosto pela leitura e o amor pelos livros. As escolas públicas brasileiras enfrentam enormes dificuldades em diversos sentidos, e nem sempre é possível desenvolver projetos que sejam capazes de trazer mudanças significativas, mas sempre tentei.

O contato com a Universidade Pública, especificamente com o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba, despertou em mim o forte desejo de buscar mais conhecimentos, e de realizar uma pesquisa que contribuísse de alguma forma com a minha cidade. A disciplina “Tópicos Especiais em História Cultural - Imprensa e impressos para a pesquisa Histórica”, da professora Dra. Cláudia Engler Cury, foi determinante para isso. A cada aula eu ficava encantado com tudo que era exposto, tudo que

eu gostava estava ali, debates e explicações sobre a história do livro e dos impressos. Os livros que eu tanto gosto eram parte essencial das aulas. E mais ainda, as reflexões trazidas pela professora Cláudia Cury me fizeram perceber os livros não apenas como objetos, mas como fatores de mudança e transformação social, compreendendo que a falta de acesso aos impressos vivido por mim não era apenas obra do destino, mas o resultado de um jogo de poder que vem se perpetuando ao longo dos anos.

Ao iniciar a pesquisa, logo entendi que seria necessário antes de tudo, situar a minha cidade, analisar sua história e entender o processo de seu surgimento e desenvolvimento. O contato com os arquivos é algo extraordinário, os documentos falam, e nós precisamos escutar sua voz, pois dão pistas, revelam segredos. Na procura por eles, muitas vezes é como se não fosse o historiador que encontrasse o documento, mas fosse encontrado por ele. Depois de tantas pesquisas e análises, posso dizer que a cidade de Brejinho ganha com a construção dessa Dissertação um importante registro de sua história.

Para responder à pergunta de onde estão os livros, optei por trilhar o caminho da biblioteca pública municipal, as surpresas e descobertas ao longo do percurso foram muito instigantes. O primeiro documento encontrado dava conta de que sua fundação havia ocorrido em 1995, e assim eu me questionava como era possível que uma cidade emancipada politicamente em 1964 tivesse passado tanto tempo sem a existência de uma biblioteca. À medida que a pesquisa foi avançando deparei-me com outro documento relatando a fundação de uma biblioteca no ano de 1979, o que fez com que a temporalidade do trabalho fosse repensada. Dias depois um novo documento me saltou aos olhos, uma lei de fundação da biblioteca pública em 1975, e já nos últimos dias em que estive nos arquivos encontrei ou fui encontrado por outra lei de 1972 criando uma sala de leitura.

Todos esses documentos tornaram o trabalho ainda mais instigante, pois se antes eu me perguntava como podia a cidade ter passado tanto tempo sem uma biblioteca, eu agora me questionava como foi possível que em uma cidade com pouco mais de sete mil habitantes a biblioteca pública tivesse sido fundada quatro vezes. Para entender tudo isso, foi preciso buscar pelos personagens que participaram desse processo analisando as redes de sociabilidades bem como a cultura política presente em Brejinho-PE.

Analisar a história das bibliotecas, refletindo sobre a origem da escrita e das primeiras formas de registro das palavras foi muito importante para poder entender como se deu a história dos livros, das práticas de leitura e da transmissão do conhecimento. Ao mesmo tempo foi possível perceber que mesmo aqueles que não tiveram contato com a palavra escrita, foram capazes de desenvolver um universo leitor através do escutar e ouvir histórias.

Mediante as leituras realizadas, a pesquisa feita e as análises empreendidas, nota-se que o caminho dos livros em Brejinho assemelha-se ao caminho trilhado por ele em diversas regiões brasileiras. Um país ainda com poucas bibliotecas e inevitavelmente pouco acesso à leitura, um país ainda marcado pelos altos índices de analfabetismo, e mesmo o analfabetismo funcional em que a capacidade de interpretação e de usar a leitura em situações cotidianas é quase nula. Como explanado em todo o texto, acredito que a leitura é fator determinante para o desenvolvimento de uma sociedade, e a biblioteca é por excelência o local facilitador dessa prática. Todavia, foi somente a partir de 1937 que o estado brasileiro começou de fato a empreender políticas públicas para a criação de bibliotecas em todo território nacional.

Não se pode negar que foram realizadas diversas ações para facilitar o acesso ao livro, mas também é nítido que por não serem políticas de Estado, muitas não tiveram tempo suficiente para crescer e se desenvolver de forma plena, ações iniciadas em uma gestão foram completamente destruídas na gestão seguinte. O governo entregou o livro com uma mão para recolhê-lo com a outra, é como se a leitura fosse permitida, mas não muito, apenas um pouquinho. E isso vai passando por todas as esferas do poder político, à medida que se cobra por criação de espaços para prática leitora e se enviam recursos para os municípios, não se criam as condições necessárias para a manutenção desses espaços. A formação do leitor, que deveria passar pela sala de aula, na verdade não passa, devido à situação precária do ensino no Brasil.

A biblioteca não deveria jamais ser apenas um espaço para armazenar livros, ela deveria ser, sobretudo, um local de formação de leitores críticos e atentos com as necessidades de sua comunidade, no entanto, o que vemos são ambientes esvaziados e com pouco uso. Ainda há cidades sem bibliotecas e, nas que existem, em boa parte, não há práticas leitoras capazes de se tornarem agentes de transformação. E nas escolas, locais onde o uso do livro é imprescindível, a ausência de bibliotecas é ainda maior.

Em Brejinho, a fundação da biblioteca que ocorreu quatro vezes, sempre em decorrência de cobranças externas ao município, revela que as prioridades do governo não passavam pela formação do leitor. Ao analisar todo material exposto nesse trabalho, é nítido que essa realidade presente em uma pequena cidade do interior pernambucano, se faz presente em muitas outras cidades do Brasil. O desafio de formar leitores é enorme, e extremamente necessário, e cabe aos governantes, mas também à sociedade em geral realizar essa tarefa.

Ao concluir essa Dissertação, vejo que a caminhada até aqui foi longa, árdua, mas também prazerosa e cheia de frutos do conhecimento. Aprendi muito, de maneira que não saberia sequer dizer o tamanho desse aprendizado que não se encerra com a conclusão da

dissertação. Os livros e a leitura fazem parte de minha vida, estiveram comigo desde muito cedo, e essa pesquisa me fez entender que as palavras estavam ligadas a mim desde a geração passada, através de uma relação com meu avô materno que não tive a felicidade de conhecer. Vivi na pele o dilema de querer tanto os livros e não poder tê-los, de buscar pela leitura e não encontrá-la. A pesquisa para essa Dissertação de Mestrado me fez perceber o quanto a minha realidade está presente na história do Brasil.

E afinal, onde estão os livros? Estão nas bibliotecas, mas as bibliotecas não estão em todas as cidades, estão nas livrarias, que diminuem a cada ano, estão na revista do Avon, mas vão deixar de estar, estão nos *sites* da *internet*, mas a *internet* não está para todos. Está no lar, de algum cidadão. Está na casa de uns, mas de muitos não. Mas onde o livro estiver ele será fator de mudança, um livro aberto sempre abre uma mente, uma mente aberta não se submete não se deixa dominar. Os governantes sabem que a leitura liberta e traz conhecimento, por isso escondem os livros, mas nós como professores, historiadores e pesquisadores vamos sempre seguir procurando e perguntando, onde estão os livros? E não vamos parar até encontrar. Por fim, há um soneto que escrevi em que digo assim na última estrofe: “pois um dia se meu verso for achado, poderá no sentimento despertado, consolar nem que seja um coração”, e assim, quando essa pesquisa for achada, lida e estudada, poderá trazer luz para a história de Brejinho e de sua Biblioteca Pública Municipal.



Fontes

Jornal Diário de Pernambuco

Jornal Diário Oficial do Estado

Jornal do Recife

Jornal A Província

Jornal Última Hora

Arquivo da Prefeitura Municipal de Brejinho-PE

Arquivo da Câmara Municipal de Vereadores de Brejinho-PE

Arquivo da Câmara Municipal de Vereadores de Itapetim-PE

Arquivo da Secretaria Municipal de Educação de São José do Egito-PE

Arquivo da Secretaria Municipal de Educação de Santa Terezinha-PE

Arquivo da Biblioteca Pública Municipal Manoel Nunes Ferreira - Brejinho-PE

Arquivo da Biblioteca Pública Municipal Escritor Graciliano Ramos - Itapetim-PE

Arquivo da Biblioteca Pública Municipal José Fragoso da Costa - Teixeira-PB

Arquivo da Escola Municipal São Sebastião - Brejinho-PE

Arquivo da Escola José Severino de Araújo - Brejinho-PE

Livro de Tombo da Paróquia de São José - São José do Egito-PE

Livro de Tombo da Paróquia de São Pedro - Itapetim-PE

Livro de Tombo da Paróquia de São Sebastião - Brejinho-PE

Livro de Registro de Batismo da Paróquia de São José - São José do Egito-PE

Livro de Registro de Batismo da Paróquia de São Pedro - Itapetim-PE

Livro de Registro de Casamento da Paróquia de São José - São José do Egito-PE

Fundação Biblioteca Nacional

MEC - Ministério da Educação

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

SNBP - Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas

SBPE - Sistema de Bibliotecas Públicas de Pernambuco

CPDOC - FGV - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil -
Fundação Getúlio Vargas

Instituto Pró-Livro

Portal QEdu - Fundação Lemann

ANL - Associação Nacional de Livrarias

TRE-PE - Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco

Governo do Estado de Pernambuco

Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco

Referências bibliográficas

- ABREU, Márcia (org.) **Leitura, História e História da Leitura**. Campinas, SP: mercado das Letras: Associação de Leitura do Brasil (ABL), São Paulo: FAPESP, 1999. (Coleção Histórias da Leitura).
- ABREU, Márcia. “Duzentos anos: os primeiros livros brasileiros”. In: BRAGANÇA, Anibal e ABREU, Márcia (orgs.). **Impresso no Brasil** - Dois séculos de livros brasileiros. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.
- ABREU, Márcia. **História de Cordéis e Folhetos**. Campinas, SP: Mercado das Letras: Associação de Leitura do Brasil, 1999. (Coleção Histórias da Leitura).
- ABREU, Márcia. **Cultura letrada: literatura e leitura**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- ALADRÉN, Gabriel. “Escravidão e alforria na América portuguesa.” In: DANTAS, Carolina Vianna; MATTOS, Hebe; ABREU, Martha (Orgs.). **O Negro no Brasil: trajetórias e lutas em dez aulas de história**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- ALCÂNTARA, Christianne. **Paulo Guerra: frases e fases de uma trajetória política**. Recife: A Assembleia, 2001. (Perfil Parlamentar, Século XX; v. 19).
- ALVES, Claudia. **Contribuições de Jean-François Sirinelli à história dos intelectuais da educação**. Educação e Filosofia, Revedfil. vXnXa2019-0X.
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. **Entrevista**. InCID: R. Ci. Inf. e Doc. Ribeirão Preto, v. 7, n.1, p. 201-217, mar./ago. 2016.
- ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. **A palavra e o silêncio: biblioteca pública e estado autoritário no Brasil**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2002.
- BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. **Jornal e Literatura: a imprensa brasileira no século XIX**. Porto Alegre: Nova Prova, 2007.
- BARBOSA, Daniela. **Como a Avon se transformou numa máquina de vender livros**. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/negocios/como-a-avon-se-transformou-numa-maquina-de-vender-livros/>>. Acesso em 07 de outubro de 2019.
- BARBIER, Frédéric. **História das Bibliotecas: De Alexandria às Bibliotecas Virtuais**. Tradução Regina Salgado Campos. São Paulo: Ed. USP, 2018.
- Brasil: Nunca Mais**. Um relato para a história. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BRASIL. **Retratos da leitura no Brasil**. 4ª edição. São Paulo: Instituto Pró-Livro, 2016.
- BRASIL. **Retratos da leitura no Brasil**. 5ª edição. São Paulo: Instituto Pró-Livro, 2020.
- BRASIL. **Biblioteca Pública: princípios e diretrizes**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010.

BRASIL. **Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas**. Dados das Bibliotecas Públicas no Brasil. 2015. Disponível em: <<http://snbp.culturadigital.br/informacao/dados-das-bibliotecas-publicas/>> Acesso em 02 outubro de 2019.

CARMO, Paulo Sérgio do. **Culturas de Rebelião**: A juventude em questão. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2010.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 15ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CARVALHO JUNIOR, Hamilton de. **As eleições pernambucanas de 1962 e a violação da soberania brasileira**. Fronteira. Belo Horizonte, v. 14, n. 27 e 28, p. 32-52, 2005.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Livros proibidos, ideias malditas**: o DEOPS e as minorias silenciadas. 2ª ed. São Paulo: Ateliê Editorial, PROIN - Projeto Integrado Arquivo do Estado/USP; Fapesp, 2002.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. “O lugar do impresso revolucionário: dos porões aos arquivos policiais”. In: DUTRA, Eliana de Freitas e MOLLIER, Jean-Yves (Orgs.) **Política, Nação e Edição**: o lugar dos impressos na construção da vida política no Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII - XX. São Paulo: Annablume, 2006.

CANFORA, Luciano. **A biblioteca desaparecida**: histórias da Biblioteca de Alexandria. Tradução Federico Carotti. São Paulo: Companhia da Letras, 1989.

CALVINO, Ítalo. “A palavra escrita e a não-escrita”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina (Orgs.). **Usos e Abusos da História Oral**. 4 Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

CASSON, Lionel. **Bibliotecas no Mundo Antigo**. Tradução Cristina Antunes. 1ª ed. São Paulo: Vestígio, 2018.

CIRANO, Marcos. **São José do Egito: um século de história - 1909/2009**. Recife: Formato 8 Produções Editoriais, 2009.

COSTA, Marcos Roberto Nunes. **Itapetim**: Cidade das Pedras Soltas. Recife: Centro de Estudos de História Municipal/CONDEPE/FIDEM, 2007. (Coleção Biblioteca Pernambucana de História Municipal, n. 32).

COSTA, Marcos Roberto Nunes; PASSOS, Saulo Estevão da Silva. **Itapetim**: Ventre Imortal da Poesia. 2ª ed. Recife: Cepe, 2013. (Coleção Tempo Municipal, n. 27).

COELHO, João Batista. **PROLER**: um estudo sobre a sua implantação. In: **Anais da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, 2011.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**. Entre práticas e representações. Portugal, DIFEL, 2002.

CHARTIER, Roger. **A Aventura do Livro - do leitor ao navegador: conversações com Jean Lebrun**. Tradução de Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

CHARTIER, Roger. **Formas e Sentido da Cultura Escrita**: entre distinção e apropriação. Tradução Maria de Lourdes Meirelles Matencio. Campinas, SP: Mercado das Letras: Associação de Leitura do Brasil (ALB), 2003. (Coleção Histórias da Leitura).

CHARTIER, Roger. **Inscrever e Apagar**: cultura escrita e literatura, séculos XI -XVIII. Tradução Luzmara Curcino Ferreira. São Paulo: UNESP, 2007.

CHERIÑO, Antônio Siqueira. **Gregório Bezerra: toda história**. Recife: CEPE, 1996.

CHIAVENATO, Júlio José. **O Golpe de 64 e a Ditadura Militar**. São Paulo: Moderna, 1994.

DUARTE, Jodeval. **A História Contada Pelo Diário**: A praça forte da liberdade. Brasília: Fundação Chateaubriand, 2005.

FAILLA, Zoara (org.). **Retratos da Leitura no Brasil 4**. Rio de Janeiro: Sextante, 2016.

FALCI, Miridan Britto Knox. “A Escravidão nas áreas pecuaristas do Brasil”. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (org.). **Brasil: colonização e escravidão**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. Tradução Fátima Murad. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2009.

FERRAREZI JR, Celso; CARVALHO, Robson Santos de. **De alunos a leitores**: O ensino de leitura na educação básica. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2017.

FERREIRA, Maria Mary. “Bibliotecas municipais no Brasil e políticas públicas: uma história do tempo para construir uma sociedade leitora”. In: CASTELLANOS, Samuel Luis Velázquez e CASTRO, Cesar Augusto (Orgs.). **Livro, Leitura e Leitor**: perspectiva histórica. São Luís: Café e Lápis; EDUFMA, 2016.

FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri-Jean. **O Aparecimento do Livro**. Tradução de Fulvia M. L. Moretto e Guacira Marcondes Machado. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 51ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FRIEIRO, Eduardo. **O diabo na livraria do Cônego**. 3ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 2019.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

GONÇALVES, Luiz Antonio Araújo. **A metamorfose das feiras nordestinas: a inserção da confecção popular**. São Paulo: Blucher/Edições UVA, 2019.

GOMES, Mércio Pereira. "O caminho brasileiro para a cidadania indígena". In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). **História da Cidadania**. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2012.

GOMES, Ângela de Castro. "História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões". In: SOIHET, Maria; BICALHO, Maria Fernanda B.; GOUVÊA, Maria de Fátima S. (Orgs.). **Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história**. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

GOMES, Laurentino. **1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil**. 3ª Ed. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2009.

GOMES, Sônia de Conti. **Bibliotecas e Sociedade na Primeira República**. São Paulo: Pioneira; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1983.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas: A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo: Ática, 1987.

GOULEMOT, Jean Marie. **O amor às bibliotecas**. Tradução Maria Leonor Loureiro. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

GUIMARÃES, Paula. **Retratos da leitura - Perfil do leitor**. Disponível em: <<https://www.institutoguimaraes.com.br/single-post/2017/07/27/Retratos-da-Leitura-%E2%80%93-Perfil-do-Leitor>>. Acesso em 26 de junho de 2018.

HÉBRARD, Jean. **As bibliotecas escolares**. Tradução Maria de Lourdes Meirelles Matencio. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2009

HIGOUNET, Charles. **História Concisa da Escrita**. Tradução Marcos Marcionilo. 10ª Ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

IANNI, Otávio. **A Ditadura do grande capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

JOÃO DE BARRO. Coleção Paraíso da Criança. Ed. EDELBRA, 1984

LOPES, Benones; GOMES, Inácio Ciê (Coords.). **Itapetim: histórias de um povo**. Itapetim: Prefeitura Municipal de Itapetim, 1993.

LOBATO, Monteiro. Caçadas de Pedrinho. 1ª ed. São Paulo: Global, 2003. (Coleção Literatura em minha casa; v. 3 Novela).

LUCA, Tânia Regina de. "História dos, nos e por meio dos periódicos". In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.) **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

MACHADO, Ana Maria. Do outro mundo: novela. São Paulo: Ática, 2002. (Coleção literatura em minha casa; v. 3).

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. Boitempo, 2020.

MARQUES NETO, José Castilho. “Retratos da Leitura no Brasil e as políticas públicas: fazer crescer a leitura na contracorrente - revelações, desafios e alguns resultados”. In: FAILLA, Zoara (org.). **Retratos da leitura no Brasil 4**. Rio de Janeiro: Sextante, 2016.

MELO, Maiara. **Bibliotecas de Pernambuco: depósitos do saber**. Disponível em: <<https://www.folhape.com.br/noticias/bibliotecas-de-pernambuco-depositos-do-saber/87137/>>. Acesso em 10 de setembro de 2020.

MEREGE, Ana Lúcia. O livro no Ocidente Medieval. In: **Anais da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, 2011.

MEREGE, Ana Lúcia. A história da escrita: uma introdução. In: **Anais da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, 2011.

MILANESI, Luís. **Ordenar para desordenar: centros de cultura e bibliotecas públicas**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

MILANESI, Luís. **O que é Biblioteca**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1998.

MILANESI, Luís. **Biblioteca**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

MILANESI, Luís. **Biblioteca Pública: do século XIX para o XXI**. Revista USP, São Paulo, nº 97, p. 59-70, março/abril/maio. 2013.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “O diabo nas bibliotecas comunistas: repressão e censura no Brasil dos anos 1930”. In: DUTRA, Eliana de Freitas e MOLLIER, Jean-Yves (Orgs.) **Política, Nação e Edição: o lugar dos impressos na construção da vida política no Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII - XX**. São Paulo: Annablume, 2006.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia”. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **Culturas políticas: novos estudos**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

MURRAY, Roseana. A bailarina e outros poemas: poesia. 1º ed. São Paulo: FTD, 2001. (Coleção literatura em minha casa; v. 1).

NEPOMUCENO, Eric Brasil; MENDONÇA, Camila. “1888: Abolição e abolicionismos.” In: DANTAS, Carolina Vianna; MATTOS, Hebe; ABREU, Martha (Orgs.). **O Negro no Brasil: trajetórias e lutas em dez aulas de história**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

OLIVEIRA, Alberto Rodrigues de. **História socioeconômica das regiões de São Vicente e Piedade Itapetim-PE**. Recife: Centro de Estudos de História Municipal/CONDEPE/FIDEM, 2006. (Coleção Tempo Municipal, n. 25).

OLIVEIRA, Alberto Rodrigues de. **São Vicente: memórias, raízes e versos**. Recife, 2002.

OLIVEIRA, Milton. **São José do Egito: as ruas por onde passei - história e biografias**. Olinda: Luci Artes Gráfica, 2017.

PAIVA, Marília de Abreu Martins de; ANDRADE, Maria Eugênia Albino. **Biblioteca pública no Brasil: políticas federais de 1990-2006**. Perspectivas em Ciência da Informação, v.19, número especial, p. 95-114, out./dez. 2014.

PASSOS, Úrsula. **Avon deixará de vender livros em seus catálogos, o que preocupa editores**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/walter-porto/2021/03/avon-vai-deixar-de-vender-livros-em-seus-catalogos.shtml/>> Acesso em 24 de março de 2021.

PILETTI, Nelson; PRAXEDES, Walter. **Dom Helder Câmara: o profeta da paz**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2008. b

PERNAMBUCO. **Manual do Sistema de Bibliotecas Públicas de Pernambuco**. Recife: SEDUC, 2009.

PERNAMBUCO. **Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco**. Sistema Bibliotecas Públicas de PE-SBPE. 2018. Disponível em: <[Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco http://www.biblioteca.pe.gov.br/?pag=1&men=82](http://www.biblioteca.pe.gov.br/?pag=1&men=82)> Acesso em 15 de outubro de 2019.

PERAZZO, Francisco Leite. **Eu e minhas circunstâncias**. Tuparetama-PE: EBGE, 2007.

QUINTELA, Vilma Mota. **Literatura e práticas de leitura nos domínios da oralidade**. Interdisciplinar. Ano VIII, v.17, jan./jun. 2013.

RAMALHO, Elba Braga. **Cantoria Nordestina: Música e Palavra**. São Paulo: Terceira Margem, 2000.

RAMOS, Carla Rossana Chianello. “As políticas para a biblioteca, o livro e a leitura no governo Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva: Breve estudo comparativo”. In: **Anais da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, 2011.

REIMÃO, Sandra. “Ditadura militar e censura a livros: Brasil (1964-1985)”. In: BRAGANÇA, Anibal e ABREU, Márcia (orgs.). **Impresso no Brasil - Dois séculos de livros brasileiros**. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio: História dos Quilombos no Brasil**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

RIBEIRO, Darcy. **Sobre o óbvio: ensaios insólitos**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986.

SAMPAIO, Ivanildo. **Walfredo Siqueira: o algodão e o sonho**. Recife: A Assembleia, 2001. (Perfil Parlamentar, Século XX; v. 22).

SIRINELLI, Jean-François. “Os Intelectuais”. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma História Política**. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SIQUEIRA, Zita. **Walfredo Siqueira: o vice-rei do sertão**. Afogados da Ingazeira: Gráfica Asa Branca, 2011.

SILVA, Márcia Cabral da. **Uma história da formação do leitor no Brasil**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

SOLÉ, Isabel. **Estratégias de leitura**. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

SOUZA, Renata Junqueira de; FEBA, Berta Lúcia Tagliari (org.) **Leitura Literária na Escola**. Reflexões e propostas na perspectiva do letramento. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2011.

VALE, Mario. **Passarolindo**. Belo Horizonte: RHJ, 1989. (Coleção Ilustrador Escritor)

VERISSIMO, Erico. **Incidente em Antares**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

VILLALTA, Luiz Carlos. **Bibliotecas Privadas e Práticas de Leitura no Brasil Colonial**. In: Katia de Queiróz Mattoso, Idelette Muzart - Fonseca dos Santos et Denis Rolland [Org.] *Naissance du Brésil Moderne, Actes du Colloque "Aux temps Modernes: Naissance du Brésil"*, Sorbone, Mars 1997. Paris: Presses de l'Université de Paris - Sorbonne, 1998. *Traduit du portugais* por Maria Lúcia Jacob Dias de Barros. *Revu par Gérard Perrot*.

ANEXOS

Anexo A

Mapa de Brejinho-PE



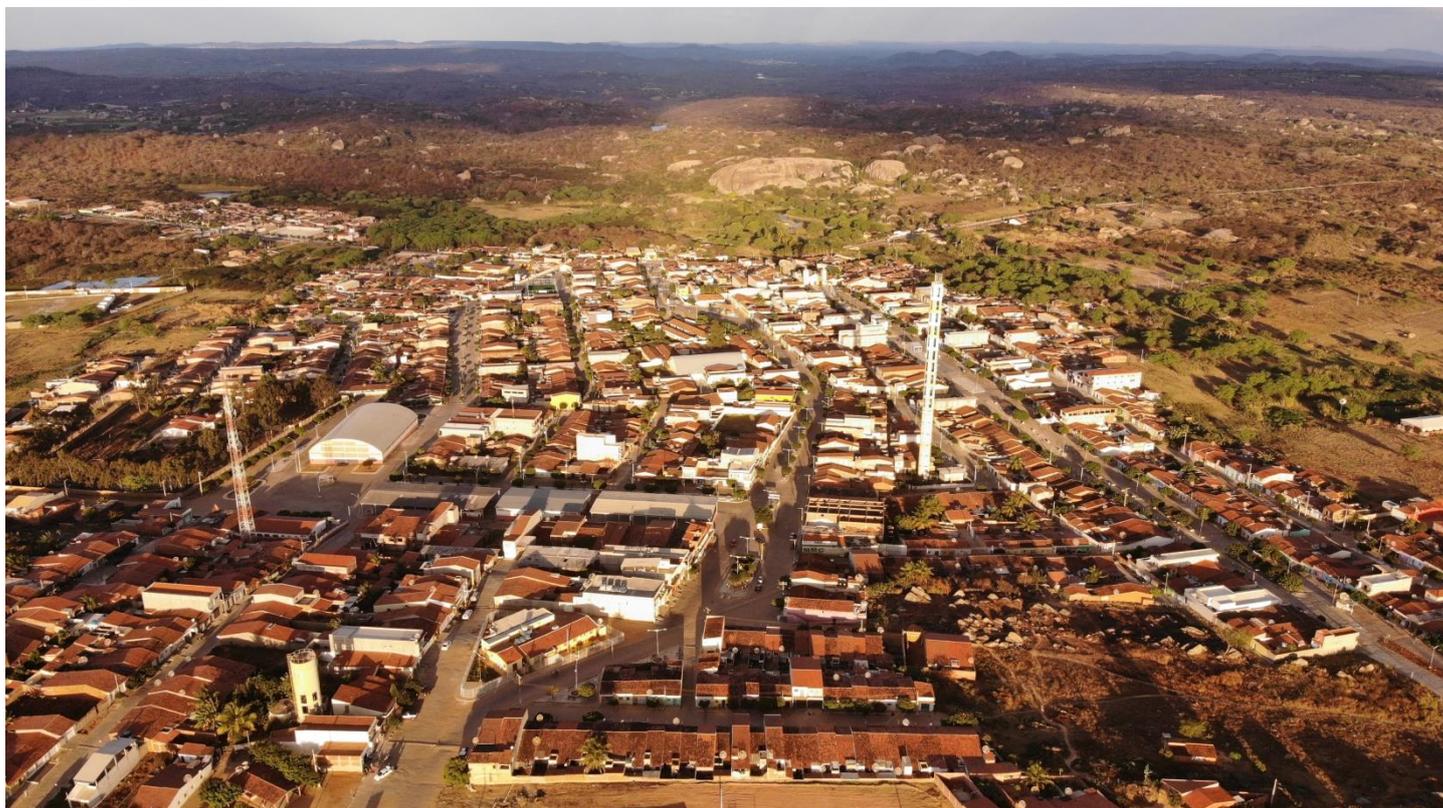
Anexo B

Brejinho-PE em 1975



Anexo C

Brejinho-PE em 2020



Anexo D

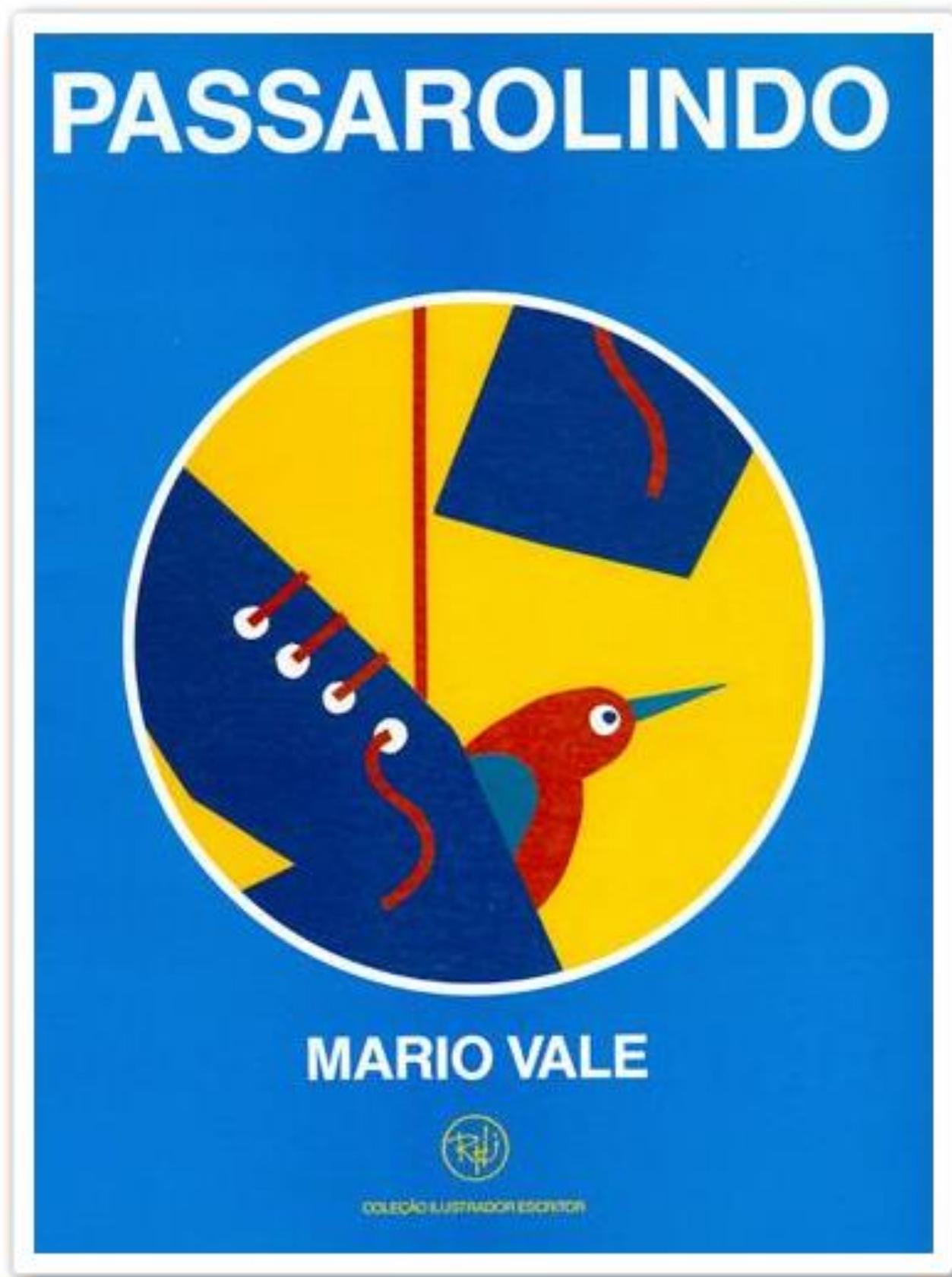
PARAÍSO DA CRIANÇA

JOÃO DE BARRO



EDELBRA

Anexo E



Anexo F

Projeto de Lei nº 02/72.

Lementa - Cria sala de leitura no
Ginásio Municipal S. Sebastião

O Prefeito do município de Brejinho, Estado de Pernambuco:

A Câmara Municipal de Brejinho decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica criada uma Sala de Leitura a ser instalada e mantida pela municipalidade, no Predio onde funciona o Ginásio Municipal São Sebastião.

Art. 2º - As despesas de instalação, manutenção e aquisição do acervo inicial (individual) de duzentos volumes para a Sala de Leitura criada no Artigo anterior, correção por dotação orçamentária própria.

Art. 3º - As dotações anuais destinadas à finalidade prevista nesta Lei não poderão ser inferiores ao valor de cinquenta por cento (50%) do acervo inicial adquirido para a Sala de Leitura.

Art. 4º - O Senhor Prefeito Municipal, fica autorizado a assinar convênio com o Instituto Nacional do Livro para fornecimento de livros e assistência técnica à Sala de

Leitura criada por esta Lei.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brejinho, 5 de novembro de 1972.

João Rezende Neto.
Prefeito Municipal

Anexo G



ESTADO DE PERNAMBUCO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJINHO
 ESTADO DE PERNAMBUCO

PROJETO DE LEI Nº 03/75

EMENTA: Cria a Biblioteca Municipal autoriza o Executivo a assinar convenio com o Instituto Nacional do Livro e dá outras providencias.

JOÃO MANOEL DA SILVA, Prefeito Constitucional do Município de Brejinho Estado de Pernambuco.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criada a Biblioteca Pública Municipal.

Art. 2º Afim de atender ao funcionamento da Biblioteca ficam criados os seguintes cargos de provimento efetivo:

DENOMINAÇÃO	NUMERO	VENCIMENTO MENSAL
Auxiliar de Biblioteca	02	₹ 250,00
Bibliotecario	01	₹ 250,00

Art. 3º As despesas de instalação e funcionamento da Biblioteca Pública Municipal, correrão por conta de dotações orçamentárias específicas.

Art. 4º O Prefeito Municipal poderá estabelecer convenio com o Instituto Nacional do Livro ou outras instituições publicas // com objetivo de organizar a Biblioteca Pública Municipal, construir e ampliar seu acervo e aperfeiçoar seus serviços.

Art. 5º O Prefeito Municipal baixará por decreto o regulamento da Biblioteca Municipal.

Art. 6º Esta lei entrar em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO

Brejinho 16 de maio de 1975

JOÃO MANOEL DA SILVA
 PREFEITO

Anexo H



Projeto de Lei nº 03/79

Em 12 de Abril de 1979.

EMENTA: Cria a Biblioteca Pública Municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte Lei.

- Art. 1º Fica criado, na sede do Município, a Biblioteca Pública Municipal de Brejinho, subordinada à administração do DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DE ENSINO DE 1º GRAU.
- Art. 2º Fica aberto no orçamento vigente, o crédito especial suplementar de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) destinado a despesa de instalação, manutenção e aquisição do acervo inicial para a biblioteca
- Art. 3º Fica o Senhor Prefeito Municipal autorizado a dispendar no presente exercício até R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos cruzeiros) para contratação ou pagamento de 2 funcionários para os serviços da referida Biblioteca propondo a inclusão nos orçamentos anuais, de verba especialmente destinada a esse fim
- Art. 4º Fica o Senhor Prefeito Municipal autorizado a firmar convênio com Instituto Nacional do Livro, do Ministério de Educação e Cultura para efeito de recebimento de livros e assistência técnica à Biblioteca criada por esta Lei, propondo a inclusão nos próximos orçamentos anuais do Município de uma dotação correspondente ao valor de 10(dez) salários mínimos da região para aquisição de livros para a Biblioteca Pública Municipal.
- Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brejinho 12 de Abril de 1979.

Anexo I



Prefeitura Municipal de Brejinho

PROJETO DE LEI Nº 001/95

EMENTA: Dispõe sobre a criação e manutenção da Biblioteca Pública Municipal e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Brejinho, Estado de Pernambuco,

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a criar no Município de Brejinho, a Biblioteca Pública Municipal, visando melhor apoiar a comunidade estudantil.

Art. 2º - As despesas com a criação e manutenção da Biblioteca Pública Municipal, correrão por conta de dotações próprias, consignadas no orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gab. do Prefeito, em 03 de janeiro de 1995.

João Manoel da Silva
Prefeito Constitucional

JOÃO MANOEL DA SILVA
Prefeito



Anexo J



PROJETO DE LEI Nº 027/2005 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2005

EMENTA: Cria Biblioteca Pública Municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BREJINHO, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, faz saber que encaminha para discussão e votação o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º - fica criada, na sede do Município, a Biblioteca Pública Municipal denominada de Manoel Nunes Ferreira, subordinada à estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo.

PARAGRAFO ÚNICO – A biblioteca funcionará em prédio que lhe for destinado pela administração municipal.

Art. 2º - são objetivos da biblioteca:

- a) viabilizar a difusão da cultura, socializar conhecimentos e possibilitar fontes de pesquisa;
- b) constituir acervo de livros, jornais, escritos, documentos, vídeos, CD e todas as demais fontes de pesquisa em quantidade suficiente para atender a demanda da população, no tocante a consultas e pesquisas;
- c) viabilizar salas de leituras ou de pesquisas;
- d) fazer funcionar sala de vídeo e de pesquisa em CD;
- e) fazer realizar jornadas culturais, com pulsos e outros meios que possa melhorar o nível cultural, social e de aprendizado da nossa coletividade.

Art.3º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a firmar convênio com entidades culturais, locais, estaduais ou de caráter nacional, pública ou privada, ainda poderá celebrar convênio com setor de cultura do Estado no sentido de fazer viabilizar a integração da referida biblioteca ao Sistema de Bibliotecas Públicas de Pernambuco – SBPE e recebimento de toda a assistência prevista às unidades conveniadas.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta das dotações constantes no Orçamento do Município.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei Municipal 119 de 09 de janeiro de 1995 e as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 14 de novembro de 2005.

FANCISCO DE SALES RODRIGUES DA COSTA

Prefeito
Francisco de Sales Rodrigues da Costa
Prefeito

Anexo K

165

Lei nº 258/2005.

EMENTA: Cria Biblioteca Pública Municipal e dá outras providências.

O Projeto Municipal de Brejinho, Estado de Pernambuco, faz saber que o Poder Legislativo aprova e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica criada, na sede do Município, a Biblioteca Pública Municipal denominada de Manoel Nunes Ferreira, subordinada à estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo.

Parágrafo único - A biblioteca funcionará em prédio que lhe for destinado pela administração municipal.

Art. 2º - São objetivos da biblioteca:

- a) Habilitar a difusão da cultura, socializar conhecimentos e possibilitar fontes de pesquisa;
- b) Constituir acervo de livros, jornais, escritos, documentos, vídeos, CD e todas as demais fontes de pesquisa em quantidade suficiente para atender a demanda da população, no tocante a consultas e pesquisas;
- c) Habilitar salas de leituras ou de pesquisas;
- d) Fazer funcionar sala de vídeo e de pesquisa em CD;
- e) Fazer realizar jornadas culturais, com impulsionamentos e outros meios que possa melhorar o nível cultural, social e de aprimoramento da massa coletiva.

Art. 3º - Fica o Projeto Municipal autorizado a firmar convênios com entidades culturais, locais, estaduais ou de caráter nacional, pública ou privada, ainda poderá celebrar convênios com setor de cultura do Estado no sentido de fazer via bilizar a integração da referida biblioteca ao Sistema de Bibliote

• as Públicas de Pernambuco - SBFE e o recebimento de toda assistência prevista às unidades conveniadas.

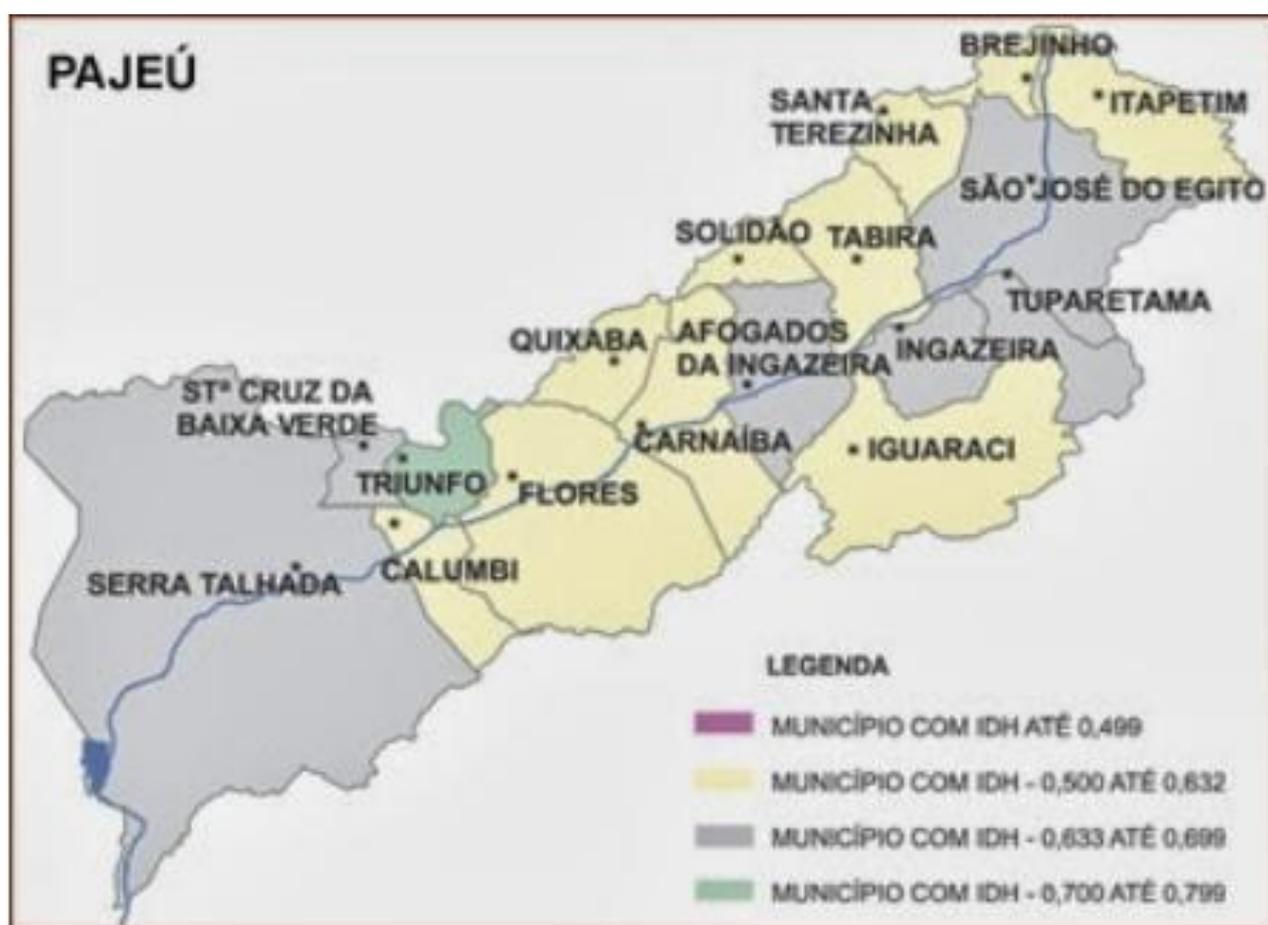
Art. 4º - As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta das dotações constantes nos Orçamentos do Município.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei Municipal 113 de 09 de janeiro de 1995 e as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em, 28 de novembro de 2005.

Francisco de Sales Rodrigues da Costa
Prefeito

Anexo L



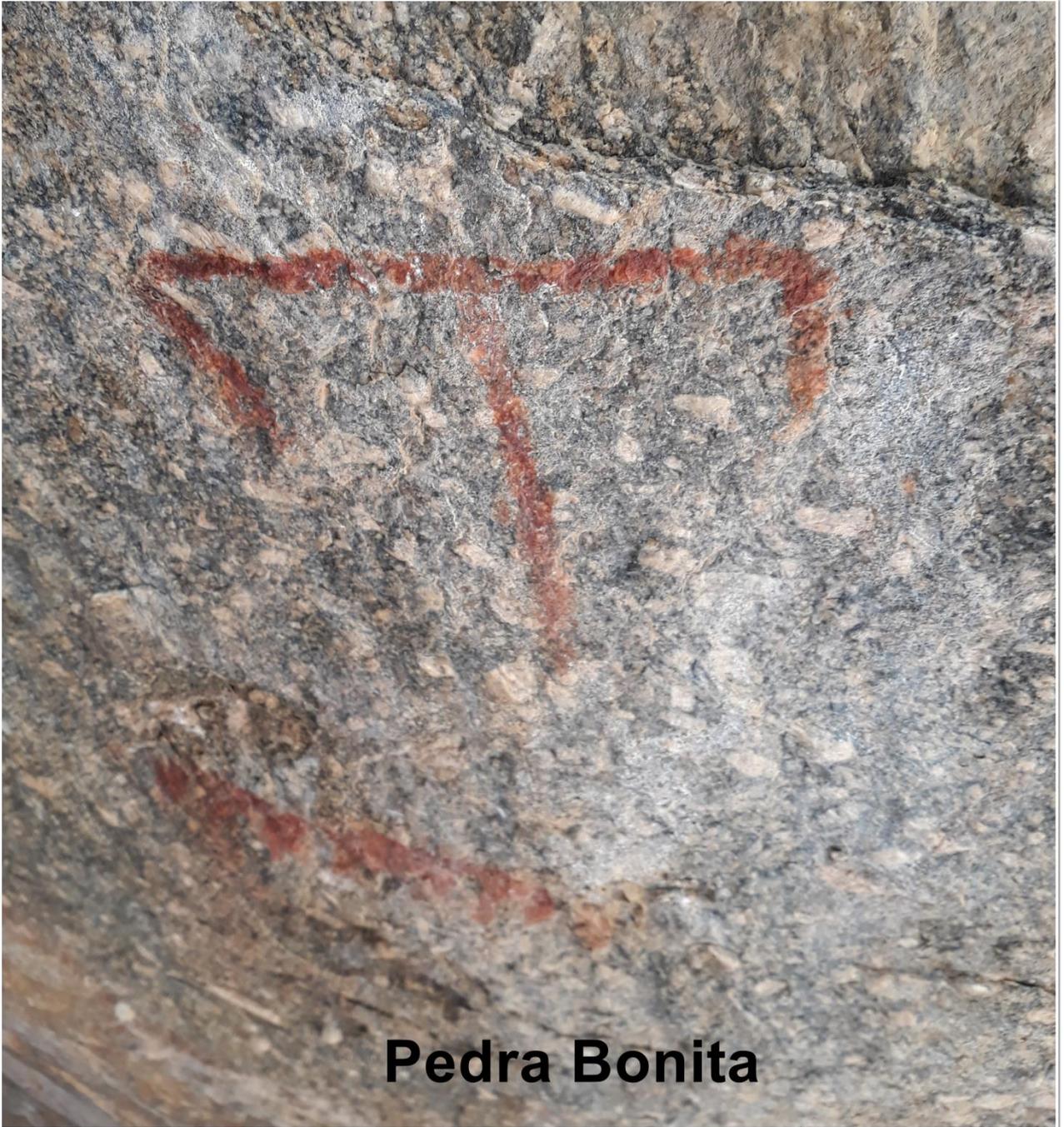
Anexo M



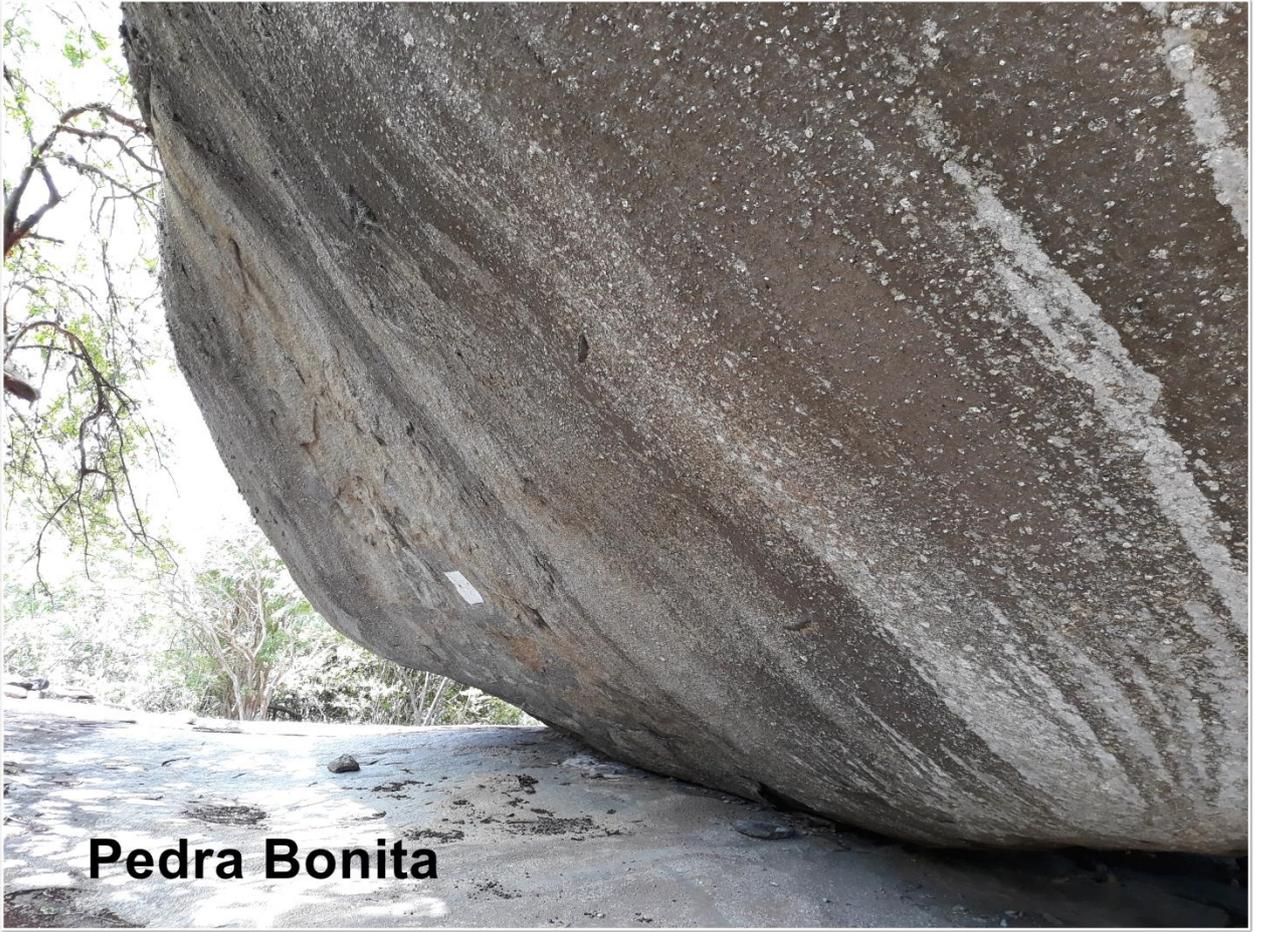


Pedra do Milho

Anexo N



Pedra Bonita



Pedra Bonita